

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

**Fabiana de Souza Costa**

**O ProUni e seus egressos:  
Uma articulação entre educação, trabalho e juventude**

**DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO**

**SÃO PAULO**

**2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

**Fabiana de Souza Costa**

**O ProUni e seus egressos:  
Uma articulação entre educação, trabalho e juventude**

**DOUTORADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Educação: Currículo sob a orientação da Profª. Drª Isabel Franchi Cappelletti.

**SÃO PAULO**

**2012**

**Ficha Catalográfica**

---

**TD                    COSTA, Fabiana de Souza**

**O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação,  
trabalho e juventude**

**São Paulo, p. 201, 2012**

**Tese (Doutorado) – PUC-SP**

**Programa: Educação: Currículo**

**Orientadora: Isabel Franchi Cappelletti**

---

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Educação Superior, Juventude, Trabalho.

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_ **Local e Data:** \_\_\_\_\_

*Aos meus pais, maestros da minha vida e referências eternas de amor, dedicação, apoio e carinho. Percorreram ao meu lado todos os caminhos trilhados até aqui, sempre torcendo incondicionalmente pelo meu sucesso.*

*Ao meu irmão querido, um grande parceiro de vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

A elaboração da tese é um processo que envolve muitas reflexões, angústias, surpresas e descobertas. É uma caminhada - na maior parte do tempo feita de forma solitária, mas por diversas vezes interrompida pela participação de pessoas queridas que a tornaram mais leve e alegre.

Em primeiro lugar, quero agradecer a acolhida da minha orientadora, Professora Isabel, que aceitou prontamente o desafio do meu tema de pesquisa e me “adotou”. Foram vários encontros de orientação, que se tornaram momentos de risadas, descobertas, parcerias, apoio e respeito. Obrigada professora pelo crédito e confiança!

Esta jornada também não seria possível sem o apoio de pessoas especiais que me ajudaram a completar essa etapa tão importante da minha vida acadêmica.

Ao querido professor Antonio Chizzotti, pela confiança depositada desde a fase do mestrado. Obrigada pelas contribuições na minha trajetória acadêmica, as quais guardarei sempre com muito carinho.

Ao professor Alípio Casali, eleito informalmente como meu co-orientador. Obrigada pelo apoio, pelas sugestões valiosas para a minha tese, pela paciência, pelas contribuições e pela parceria no desenvolvimento da pesquisa.

Ao professor Celso João Ferretti, pelas contribuições, provocações e indagações que foram fundamentais para o desenvolvimento da etapa final da pesquisa.

À professora Nereide Saviani, pelo carinho, paciência e incentivo. Espero sempre corresponder a toda essa confiança e apostar em minha carreira acadêmica.

À professora Madalena Guasco, pelo grande incentivo ao meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo. Obrigada pela parceria, pelas oportunidades e pelo apoio a minha trajetória!

À Capes, pelo apoio e viabilidade no financiamento da pesquisa.

Aos estudantes e egressos do ProUni, pela parceria nas reflexões ao longo desses anos, que foram minha fonte de inspiração na luta por uma sociedade mais justa.

Às minhas irmãs do coração que escolhi para compartilhar a vida, em especial, as minhas alegrias e conquistas: Roselene Souza, Kathia Dudick, Márvia Scárdua, Elisa Campos, Lucia Stumpf.

Às queridas amigas Elaine Guimarães, Eloisa Gonçalves, Eliana Ada Gasparini, Ulema Andrade, Mônica Sampaio, Lucélia Tavares, pelas inúmeras contribuições nessa jornada. Obrigada por todo apoio e paciência!

Ao Walter Sorrentino, pelo incentivo, parceria, e diálogos constantes marcados por debates e reflexões sobre os desafios que a vida nos reserva.

Aos amigos e compadres Vandrê Fernandes e Renata Mielli, pelo apoio até aqui e pela confiança em partilhar o futuro do pequeno Gabriel, meu querido afilhado, que nasceu durante esse percurso, para alegrar e iluminar ainda mais os dias da Dinda.

Ao querido Alexandre Mignoni, liderança que entrou em campo aos 43 minutos do segundo tempo para compartilhar as emoções finais dessa partida. Obrigada pelo apoio, parceria e torcida!

A todos(as) os(as) amigos(as) que de alguma forma contribuíram para o êxito deste trabalho, e que estiveram presentes em vários momento desta minha trajetória.

À União Nacional dos Estudantes, pela disponibilização dos dados da pesquisa, mas, acima de tudo, por ter sido uma grande escola, com quem aprendi a trilhar os caminhos da incansável luta em defesa da educação.

*“A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”.*

*(Paracelso)*

COSTA, Fabiana de Souza. **O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude.** São Paulo, 2012. (Doutorado – Programa de Pós-Graduados em Educação: Currículo), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

## RESUMO

Esta tese teve por objetivo investigar se o ProUni, enquanto Política Pública de Acesso à Educação Superior, possibilitou melhores condições de inserção no mercado de trabalho, assim como melhorias na condição socioeconômica dos seus egressos. Tivemos como referência a produção teórica sobre os temas: juventude, trabalho e educação. Buscamos compreender a problemática do estudo, usando como referência os seguintes autores: Marcio Pochmann, José Pastore, José Dias Sobrinho, Maria Carla Corrochano, Gaudêncio Frigotto, Antônio Chizzotti, Geraldo Romanelli, Pierre Naville, George Friedmann, entre outros. O ProUni se constitui como uma política pública educacional que atende majoritariamente a juventude, e surge no contexto da necessidade de ampliação do acesso à Educação Superior. Utilizamos a pesquisa qualitativa, que se desenvolveu num processo marcado por reflexões na construção do conhecimento, e na coleta dos dados obtidos através de questionários eletrônicos e entrevistas. Os sujeitos da pesquisa foram jovens que concluíram a graduação pelo ProUni em Instituições de Educação Superior localizadas na capital de São Paulo. Para os egressos do ProUni, cursar uma graduação representou novas perspectivas de ampliar o conhecimento, as relações sociais, as possibilidades de formação profissional, o acesso ao mercado de trabalho e a mobilidade social. O acesso aos níveis educacionais, desde a educação fundamental até o nível superior, isoladamente, não são suficientes para garantir uma ascensão social, mas sem o acesso a educação, certamente torna-se mais difícil uma evolução desses jovens na escala social brasileira.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Educação Superior, Juventude, Trabalho.

COSTA, Fabiana de Souza. **ProUni and its alumni: education, work and youth combined.** São Paulo, 2012. (Doctor's Degree – Post-Graduate Program on Education: Curriculum), of Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

## ABSTRACT

This thesis aimed to investigate whether the ProUni, while Public Policy on Access to Higher Education, enabled better insertion in the labor market, as well as improvements in the socioeconomic status of their graduates. The reference used it is theoretical discussion on the themes: youth, work and education. We seek to understand the problems of the study, using as reference the following authors: Marcio Pochmann, Jose Pastore, José Dias Sobrinho, Maria Carla Corrochano, Gaudencio Frigotto, Antonio Chizzotti, Geraldo Romanelli, Pierre Naville, George Friedmann, among others. The ProUni is constituted as a public educational policy that attends mostly to youth, and arises in the context of the need to expand access to higher education. In this thesis it was used the qualitative research, which developed a process marked by reflections in the construction of knowledge, and the collection of data obtained through electronic questionnaires and interviews. The study subjects were young people who have completed graduation by ProUni in Higher Education Institutions located in the capital of São Paulo State, Brazil. To the graduates of ProUni, attend a graduation represented new perspectives for enhancing knowledge, social relations, professional training opportunities, access to the labor market and social mobility. The access to educational levels, from elementary education up to the college level, alone, are not sufficient to ensure social mobility, but without access to education, certainly makes more difficult the social evolution of these young people in the Brazilian social scale.

**Keywords:** Public Policy, Higher Education, Youth, Labor.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Número de bolsas do ProUni ofertadas no Brasil – 2005–2012 .....	44
Gráfico 2 –	Número de bolsas do ProUni ofertadas por região Brasil – 2005–2012 .....	47
Gráfico 3 –	Número de bolsas do ProUni ofertadas na Região Sudeste – 2005–2011 .....	48
Gráfico 4 –	Número de estudantes inscritos no processo seletivo do ProUni em todo o país - 2005-2012 .....	49
Gráfico 5 –	Sexo dos egressos do ProUni.....	76
Gráfico 6 -	Faixa etária dos egressos do ProUni .....	77
Gráfico 7 –	Raça e cor dos egressos do ProUni .....	78
Gráfico 8 –	Ano de conclusão da graduação dos egressos do ProUni .....	80
Gráfico 9 –	Curso de graduação dos egressos do ProUni .....	81
Gráfico 10 –	Grau de escolaridade da mãe dos egressos do ProUni .....	84
Gráfico 11 –	Grau de escolaridade do pai dos egressos do ProUni. ....	85
Gráfico 12 –	Profissão do Pai dos egressos do ProUni .....	86
Gráfico 13 –	Profissão da Mãe dos egressos do ProUni .....	87
Gráfico 14A–	Está trabalhando atualmente? .....	88
Gráfico 14B–	Se sim, em qual ramo de atividade? .....	88
Gráfico 15 –	Você trabalhava antes de iniciar a graduação pelo ProUni? .....	89
Gráfico 16 –	Ocupação no mercado de trabalho dos egressos do ProUni .....	90
Gráfico 17 –	Seu trabalho corresponde à sua área de formação acadêmica? .....	91
Gráfico 18 –	Ocupação dos egressos correspondente a sua área de formação acadêmica ...	92
Gráfico 19 –	Renda mensal individual dos egressos do ProUni .....	94
Gráfico 20 –	Ter cursado uma graduação pelo ProUni contribuiu para a elevação da sua renda? .....	95
Gráfico 21 –	Percentual de elevação da renda após a conclusão do curso de graduação dos egressos do ProUni .....	95
Gráfico 22 –	Renda Mensal individual dos egressos do ProUni antes e depois de cursar a graduação .....	96

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010 .....	Apêndice A
Tabela 2 –	Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica – Brasil – 2001-2010 .....	Apêndice B
Tabela 3 –	Evolução da Participação Percentual de Matrículas de Graduação por Organização Acadêmica – Brasil – 2001-2010 .....	33
Tabela 4 –	Evolução das Taxas de Escolarização Bruta e Líquida na Educação Superior (18 a 24 anos) – Brasil e Regiões – 2001-2009 .....	Apêndice C
Tabela 5 –	Evolução do Número de Matrículas por Categoria Administrativa - Brasil – 2001-2010 .....	Apêndice D
Tabela 6 –	Distribuição e Participação Percentual de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais por Região Geográfica – Brasil – 2001 e 2010 .....	Apêndice E
Tabela 7 –	Evolução do Número de Ingressos (Todas as Formas) por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010 .....	Apêndice F
Tabela 8 –	Evolução do Número de Concluintes por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010 .....	Apêndice G
Tabela 9 –	Total de Ingressos por Processo Seletivo e Ingressos por meio do ENEM nos Cursos Presenciais, por Categoria Administrativa das IES – Brasil/Regiões – 2010 .....	35
Tabela 10 –	Perfil dos Egressos participantes das Entrevistas.....	74

## **LISTA DE SIGLAS**

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
Cemj	Centro de Estudos e Memória da Juventude
Conaes	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
Confenem	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
Ibmec	Instituto Brasileiro de Mercado e Capitais
Ibope	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IES	Instituto de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFET	Instituto Federal de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação

ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni	Programa Universidade para Todos
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SESU	Secretaria de Educação Superior
SisProUni	Sistema do ProUni
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1 JUVENTUDE E EDUCAÇÃO – O CONTEXTO A PARTIR DE 2003 .....</b>	<b>24</b>
1.1 Juventude, Educação e Mobilidade Social .....	24
1.2 O Panorama da Educação Superior e sua Expansão – 2001 a 2010 .....	29
1.3 Juventude e Trajetória Educacional .....	38
1.4 As Políticas Públicas de Acesso à Educação Superior .....	41
1.4.1 O Programa Universidade Para Todos – ProUni .....	41
1.4.2 Ações Afirmativas .....	50
<b>2 JUVENTUDE E TRABALHO – UM DESAFIO AO PAÍS .....</b>	<b>55</b>
2.1 Qualificação profissional como relação social .....	58
2.2 Empregabilidade para a Juventude .....	60
2.3 Trabalho Decente para a Juventude .....	62
2.4 Ensino Técnico para a Juventude .....	65
<b>3 OS CAMINHOS DA PESQUISA .....</b>	<b>69</b>
3.1 Referência Epistemológica .....	69
3.2 Os sujeitos da pesquisa .....	71
3.3 Instrumentos de pesquisa .....	72
<b>4 OS EGRESOS DO PROUNI: PERFIL, FORMAÇÃO, CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA E TRAJETÓRIA OCUPACIONAL .....</b>	<b>75</b>
4.1 Análise e interpretação dos resultados .....	75
4.2 Perfil dos egressos .....	76
4.3 Escolaridade e formação dos egressos .....	79
4.4 Escolaridade e profissão dos pais e mães dos egressos do ProUni .....	82
4.5 Renda e mercado de trabalho dos egressos .....	87

4.6 Os egressos do ProUni e as diferentes perspectivas sobre a qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho .....	97
4.6.1 Qualificação/formação profissional e acesso ao mercado de trabalho .....	97
4.6.2 Condição socioeconômica, qualidade de vida e atendimento das necessidades básicas .....	101
4.6.3 Trajetória ocupacional, oportunidades e perspectivas no mercado de trabalho .....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>185</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo investigar o Programa Universidade para Todos (ProUni) e identificar se, enquanto Política Pública de Acesso à Educação Superior, ele possibilitou melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, assim como melhorias na condição socioeconômica dos seus egressos. Tivemos como referência a produção teórica sobre os temas: Juventude<sup>1</sup>, Trabalho e Educação.

O conceito juventude é definido como uma transição entre a adolescência e a fase adulta. No Brasil foi aprovada em 2010 a Emenda à Constituição n. 65, e o termo *jovem* passou a configurar na denominação do capítulo VII do título VIII da Constituição Federal Brasileira, assegurando um direito já garantido constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres.<sup>2</sup> A Emenda Constitucional compõe o tripé do marco legal da juventude, que inclui também o Estatuto da Juventude e o Plano Nacional de Juventude.

O ProUni se constitui como uma política pública educacional que atende majoritariamente a juventude, e surge no contexto da demanda de ampliação do acesso à Educação Superior no Brasil, em especial por parte de segmentos sociais excluídos do sistema educacional, em função das dificuldades de ingressar na universidade. Por um lado, esse contexto se dá pela redução de vagas na Educação Superior pública e, por outro, pela dificuldade de arcar com custos das mensalidades na universidade privada, mesmo com a expansão de vagas desse setor ocorrida na década de 1990. Nestes segmentos, está inserida grande parte da juventude brasileira. Atualmente, temos somente 14,4% de estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos matriculados na Educação Superior, conforme o Censo de Educação Superior (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2010).

Os anos 1990 foram marcados por uma série de transformações políticas e sociais no país. Inicia-se com a consolidação do processo de redemocratização no Brasil e com a eleição

<sup>1</sup> Utilizaremos como referência de juventude ao longo do texto a faixa etária correspondente de 15 a 29 anos, conforme definição da Organização Internacional do Trabalho (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009).

<sup>2</sup> “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, Emenda Constitucional n. 65, 2010).

direta em 1989. É eleito na ocasião o Presidente Fernando Collor de Mello, e inicia-se um período de redefinição do papel do Estado em relação às políticas públicas, em especial, à Educação Superior. Tal redefinição está vinculada ao projeto em curso no Brasil e no mundo, denominado neoliberalismo, que tem como principal característica a diminuição do papel do Estado nas políticas sociais.<sup>3</sup> As décadas de 1980 e 1990 no Brasil foram marcadas pelo baixo crescimento econômico e pelo alto índice de desemprego estrutural<sup>4</sup>, atingindo uma grande parte da população brasileira, e em especial a juventude. Partimos de uma abordagem dos jovens como sendo uma das principais vítimas do processo do neoliberalismo ocorrida no Brasil na década de 1990, em função da redução ou mesmo ausência de políticas sociais direcionadas ao segmento juvenil, e por serem os jovens os mais atingidos no processo de desemprego visto na década de 1990. Nesse mesmo contexto, emergem no Brasil várias mobilizações sociais, tendo à frente os jovens, que se constituíram como um dos principais protagonistas nos processos de resistências e mudanças no Brasil nessa década – com destaque para o movimento Fora Collor. Para Dussel (2007, p. 501), “são as vítimas, quando irrompem na história, que criam o novo”. O Brasil vivencia na década de 1990 um processo intenso de implementação do projeto neoliberal, iniciado com o Presidente Collor em 1989 e liderado por dois mandatos consecutivos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que governou o país entre 1995 e 2002.

Em 2003, assume o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e temos o início da recuperação econômica e crescimento das taxas de emprego no Brasil. Mesmo com o aumento dos postos de trabalho, os jovens não foram diretamente beneficiados nesse primeiro momento. Conforme a Organização Internacional do Trabalho (2009, p. 19) “o cenário de recuperação do emprego formal e de redução da informalidade, característicos dos anos 2004 a 2008, não beneficiou os jovens da mesma forma que os adultos” no Brasil.

O Brasil está vivenciando um processo denominado bônus demográfico, que se constitui com o aumento do contingente de pessoas em idade produtiva. Há uma redução do peso das crianças e dos idosos na economia, e, consequentemente, uma ampliação do peso dos

<sup>3</sup> O caráter mínimo do Estado se apresenta na deteriorização das políticas sociais, na incapacidade de conter o desemprego em massa, na baixa aplicação de recursos públicos para a educação e a saúde, na contenção dos gastos com os servidores públicos, enfim, em um conjunto de medidas tomadas sempre de forma autoritária, muitas vezes passando por cima da Constituição do país, sempre em prejuízo do conjunto da nação (PINHO, 2002, p. 73).

<sup>4</sup> O período de hegemonia de políticas sociais neoliberais caracterizou-se pela regressão nos mecanismos de valorização do trabalhador, especialmente por conta da desestruturação do mercado de trabalho (POCHMANN, 2004, p. 99).

adultos no setor produtivo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), esse fenômeno não ultrapassará o ano de 2030 e só acontece uma vez em cada país. Atualmente no Brasil, há 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos.

O jovem possui especificidades e demandas que precisam ser levadas em conta pelo poder público. Para Foucault (apud DUSSEL, 2007, p. 502) “a vida, muito mais que o direito, é que está em jogo agora nas lutas políticas, inclusive se estas são formuladas através das afirmações de direito”. Ao abordarmos o tema da juventude, é necessário levarmos em conta a heterogeneidade dos grupos juvenis, conforme suas vivências e experiências ao longo da vida, pois a transição da adolescência para a fase adulta tem se tornado cada vez mais complexa, gerando demandas sociais específicas desse segmento.

Com essa nova realidade social, é preciso ver a juventude para além da inclusão e participação. É necessário criar condições e prever políticas públicas que visem à ampliação dos postos de trabalho, a garantia de inserção dos jovens no mercado de trabalho, a ampliação dos direitos sociais e a redução das desigualdades no Brasil.

No Brasil, o tema juventude ganha mais visibilidade após a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), em 2005. O debate e a elaboração de políticas públicas para a juventude tornam-se mais presentes nos espaços públicos, abrindo, assim, um período de grande participação da juventude. Participei como conselheira nacional do Conjuve, na gestão 2007-2008, representando o Centro de Estudos e Memória da Juventude (Cemj). Esse período foi um momento de grande debate e de formulações voltados à consolidação e à construção de um marco legal da juventude brasileira, que assegurasse seus direitos na forma da lei.

O ProUni surge como uma oportunidade de acesso à Educação Superior. O Programa atingiu em 2012 a marca de mais de 1 milhão de beneficiários desde sua implementação em 2005 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012). Desde então, já concluíram a graduação mais de 174.500 estudantes em todo o Brasil.

Iniciamos nossa trajetória, definindo o problema de pesquisa a partir da exclusão de camadas da população de baixa renda na Educação Superior, tendo como principal foco a juventude. Identificamos a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre o ProUni, e como o mesmo contribui para a inserção ou mediação dos egressos no mercado de trabalho.

O interesse pelo presente tema surgiu a partir da minha experiência como representante estudantil, eleita vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), na

gestão 2003-2005, no 51º Congresso da entidade, e que teve o seguinte tema “O Brasil é um sonho que realizaremos”. Tratou-se de um momento de grande expectativa em toda a sociedade brasileira, com a posse e o início do Governo Lula em janeiro de 2003. Na ocasião, residi em Brasília, com a tarefa de acompanhar e participar do debate educacional sobre as propostas vinculadas à Educação Superior, que seriam apresentadas pelo novo governo. Em função da eleição de um governo democrático-popular, gerou-se em todos os movimentos sociais um amplo debate e grandes expectativas de mudanças e avanços sociais. Na ocasião houve vários debates, audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, seminários, além de outros eventos, o que me proporcionou uma rica experiência em relação às polêmicas, propostas e, principalmente, as diversas opiniões relativas ao debate educacional em pauta naquela ocasião.

Dentre as pautas iniciais apresentadas, surgiu o debate sobre a avaliação institucional. Fui representante discente na Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 2003 a 2005. A Conaes foi instituída pelo Ministro da Educação na ocasião, Cristovam Buarque, e composta por especialista, membros do poder público e representantes discentes. Foi presidida inicialmente pelo professor José Dias Sobrinho e encarregada de apresentar uma nova proposta de avaliação institucional.

Além da avaliação institucional, outras pautas surgem relacionadas à Educação Superior, dentre elas, a proposta de um novo programa de acesso à universidade – o Programa Universidade para Todos. Muitos debates, polêmicas, críticas e apoios permearam a discussão sobre o projeto. A opinião da UNE era de que deveríamos ter cautela, mesmo considerando o Programa uma boa iniciativa. Como representante da entidade, respeitei essa opinião, mas desde o primeiro momento considerei o Programa uma ótima oportunidade para garantir o acesso da juventude à universidade. A discussão sobre a ampliação do acesso à universidade era frequente em fóruns, debates e discussões no setor educacional, em especial no movimento estudantil.

O interesse em estudar o ProUni surge em decorrência de sua relevância social, como uma política pública educacional que visa à inclusão de jovens na Educação Superior, associada ao fato de eu ter tido uma experiência de militância política a ele diretamente ligada. Naquele momento da gestão da UNE, não havia a clareza ainda sobre o impacto e as perspectivas que o Programa iria proporcionar à juventude brasileira. Após o término da

gestão, e aproveitando a larga experiência adquirida com a militância estudantil, decidi dedicar-me ao estudo do Programa.

Desde 2006, venho estudando o ProUni, em pesquisa de mestrado no Programa em Educação: Currículo na PUC-SP, onde concluí a dissertação com o tema “Políticas Públicas de Educação Superior – Programa Universidade para Todos: um olhar dos alunos beneficiários na PUC-SP” (COSTA, 2008). Neste trabalho, analisei o Programa do ponto de vista dos alunos beneficiários, identificando na ocasião as críticas, limitações e possibilidades do ProUni após 2 anos de sua implementação. Como resultado da pesquisa, tendo por referência a opinião dos próprios alunos beneficiários, esses reconheceram o Programa como uma excelente oportunidade de acesso à universidade. Para eles, mesmo com todas as críticas apresentadas, o ProUni serviu como uma porta de entrada ao universo acadêmico, até então, distante ou inacessível.

Em 2008 dei continuidade ao estudo sobre o ProUni enquanto uma política pública de acesso à universidade, mas, desta vez, em pesquisa de Doutorado, tendo como referência os alunos egressos e sua inserção no mercado de trabalho. Levamos em conta o atual contexto político e econômico no Brasil em 2012, tendo como recorte a capital de São Paulo para a realização da pesquisa.

A educação no Brasil se torna cada vez mais central no debate sobre o nosso desenvolvimento, oportunidades de crescimento e redução das desigualdades sociais em âmbito nacional. Dessa forma, devemos assumir o consenso e “eleger a educação como o fator estratégico de desenvolvimento do país. Isto é: o ponto de partida do desenvolvimento do país será o investimento maciço na educação, o que implica carrear para ela todos os recursos disponíveis” (SAVIANI, 2010, p. 262). É necessário que o Estado assuma a educação como prioridade e estabeleça ações no sentido de possibilitar a juventude brasileira oportunidades de acesso à Educação Superior de qualidade.

Esta tese é composta por quatro capítulos:

O primeiro capítulo teve como objetivo introduzir discussões relacionadas ao contexto educacional brasileiro a partir do ano de 2003, tendo por referência um panorama da articulação dos temas educação e juventude. Iniciamos discutindo os fatores que envolvem o tema da mobilidade social no Brasil, associado ao contexto político, social e econômico, e que interferem nas mudanças de um modo geral no conjunto da população e de modo específico na vida dos jovens, articulando com o tema da educação. Discutimos os caminhos adotados

pelo Governo Federal e que incidem na expansão da Educação Superior entre os anos de 2001 e 2010, e a implementação das políticas afirmativas de acesso à universidade, tendo como destaque o ProUni. Além disso, abordamos a trajetória educacional dos jovens, e suas implicações no que se refere aos desafios do acesso, permanência e conclusão dos ciclos educacionais.

No segundo capítulo fizemos uma articulação dos temas trabalho e juventude. Discutimos os conceitos de qualificação profissional, como relação social e empregabilidade, no que se refere à realidade da juventude. Também apresentamos o debate sobre o trabalho decente para a juventude que surgiu como resultado de uma Agenda Hemisférica da OIT. Essa agenda prevê uma série de iniciativas no sentido de ampliar as oportunidades de acesso à educação, à formação, à qualificação, e de inserção laboral de melhor qualidade aos jovens no Brasil. Ao final, discutimos as iniciativas em relação ao ensino técnico relacionadas à sua ampliação, e a adoção de mecanismos pelo poder público que ampliem as oportunidades de acesso da juventude ao ensino técnico no Brasil.

No terceiro capítulo, apresentamos os caminhos epistemológicos da pesquisa qualitativa, que se desenvolveu num processo marcado por reflexões e contradições na construção do conhecimento e na coleta das informações a partir dos instrumentos de obtenção de dados – questionários eletrônicos e entrevistas.

No quarto capítulo, analisamos os dados resultantes desta pesquisa, no que se refere à identificação do perfil dos egressos, assim como à análise do problema e objetivo da pesquisa, a partir do levantamento das ideias centrais contidas nas respostas dos egressos em diferentes perspectivas: qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho, condição socioeconômica, qualidade de vida, atendimento das necessidades básicas, trajetória ocupacional e perspectivas no mercado de trabalho.

Concluímos que o acesso à universidade para os egressos do ProUni representou uma nova perspectiva de ampliar o conhecimento, as relações sociais, as possibilidades de formação profissional, o acesso ao mercado de trabalho e a mobilidade social. Além disso, surge com destaque a importância da conquista de um direito negado até então a esses jovens – o acesso à Educação Superior.

## 1 JUVENTUDE E EDUCAÇÃO – O CONTEXTO A PARTIR DE 2003

### 1.1 Juventude, Educação e Mobilidade Social

A mobilidade social refere-se as mudanças de uma posição social para outra por parte de indivíduos ou grupos. Temos duas formas de mobilidade: a mobilidade horizontal e a mobilidade vertical.

Conforme o Dicionário de Política, “por mobilidade horizontal se entende o deslocamento ou passagem de uma posição social para outra, entre as quais não é possível estabelecer diferenças de níveis” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2008, p. 763). Como exemplo de tipo de mobilidade horizontal, temos os trabalhadores que trocam de posto de trabalho na empresa, mas mantêm a mesma qualificação profissional, não alternando a estrutura social de sua condição.

A mobilidade vertical se constitui como a alteração da posição social de um indivíduo ou grupo, que pode ser ascendente ou descendente conforme a condição da mudança.

Conforme os atributos que se levam em consideração ao definir as várias camadas sociais, poderemos ter uma mobilidade econômica, política ou profissional; quando as diversas camadas se compõem em função da combinação destes atributos é que falamos de Mobilidade social propriamente dita. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2008, p. 763)

Os fatores para uma mobilidade social estão associados ao contexto político, social e econômico de um país, que interfere nas mudanças de modo geral no conjunto da população e de modo específico na vida dos indivíduos.

O Brasil vivencia um processo de recuperação do crescimento econômico e de ampliação dos postos de trabalho formal. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (2012), a taxa ou nível de ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) em fevereiro de 2012 foi de 53,6%.

Nos últimos 10 anos, milhões de brasileiros passaram de uma condição de miséria para a chamada “nova classe média”, ou, “nova classe trabalhadora”, ou “classe C”. Segundo Neri (2008), esta se constitui como a classe central, abaixo de A e B e acima de D e E. Está compreendida entre a faixa de renda mensal de R\$ 1.064,00 e R\$ 4.561,00. O autor afirma

que cerca de 29 milhões de brasileiros ingressaram nas fileiras da nova classe média (classe C) entre 2003 e 2009 (NERI, 2010, p. 12).

A expansão dos postos de trabalho no Brasil, segundo Pochmann (2012, p. 10), constitui-se como um movimento de expansão dos empregados de baixa remuneração e mostrou-se compatível com a absorção do excedente de força de trabalho gerado pelo neoliberalismo no Brasil.

O fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho. (POCHMANN, 2012, p. 10)

A soma dos fatores educação e ampliação da renda podem contribuir para a ascensão dos jovens no Brasil, mas não é uma garantia em termos de oportunidades e trajetória ascendente. Mesmo que esses jovens possuam uma mobilidade ascendente, ela pode se configurar simplesmente como leve ascensão social.

A instrução, no entanto, só funciona como canal de mobilidade ascendente quando o acesso aos vários níveis escolares é de algum modo limitado e seletivo, baseado em algum critério. Numa sociedade que garantisse a todos os cidadãos a obtenção dos níveis máximos de escolaridade, sem se modificar ao mesmo tempo a estrutura das ocupações, a instrução não serviria mais de canal de mobilidade. O aumento da escolaridade está, com efeito, ligado, nas sociedades avançadas, à depreciação do valor social dos títulos de estudo e, portanto, à diminuição da importância da escola como canal de mobilidade. (BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 2008, p. 764)

O aumento da escolaridade, associada à oportunidade de melhoria na renda, pode contribuir ou não para que a juventude consiga obter uma mobilidade social ascendente, dependendo das expectativas e necessidades do setor produtivo. No entanto, outros fatores, como experiência profissional, cursos de formação e acesso a uma educação com qualidade, podem contribuir para as mudanças na sua condição.

Iniciar um processo de mobilidade em uma dada sociedade depende de mudanças estruturais e individuais. Do lado estrutural, as forças de maior impacto sobre a mobilidade social são as transformações dos vários setores da economia, o volume de emprego e o surgimento de novas ocupações. Do lado individual, destacam-se a educação, a experiência, a informação e o relacionamento. (PASTORE, 1979, p. 10)

O investimento na educação e na ampliação do acesso dos jovens à Educação Superior de qualidade pode ser importante na trajetória profissional e, consequentemente, na melhoria da sua condição socioeconômica. A educação é o mais importante e determinante das trajetórias sociais futuras dos brasileiros, relevância essa que vem crescendo ao longo do tempo (PASTORE; SILVA, 2000, p. 40).

É necessária uma articulação entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a geração de emprego no país, pois, ao pensarmos em distribuição de renda e novas oportunidades para a juventude, devemos levar em conta que o Brasil precisa desenvolver sua economia e garantir investimentos públicos nas políticas sociais, os quais garantam oportunidades para sua população.

Uma sociedade sem mobilidade é uma sociedade estagnada que simplesmente reproduz sua estrutura social ao longo do tempo e, por isso, pouco pode oferecer em termos de promoção humana e progresso social. (PASTORE, 1979, p. 03)

Em 2009, a classe média no Brasil representava 50,5% da população, correspondendo a 94,9 milhões de brasileiros (NERI, 2010). Em um cenário de recuperação do emprego, esses se configuraram como novos trabalhadores que passaram a ter acesso ao emprego formal e aos bens de consumo. Surgem nesse contexto novos atores sociais, que demandam maior investimento em políticas públicas, em especial, em saúde e educação.

As sociedades humanas se desenvolvem socialmente na medida em que elevam o padrão de vida de sua população e equalizam sua estrutura social, sendo que a mobilidade social constitui o principal mecanismo dessa equalização. Nesse sentido, a mobilidade pode ser usada como um indicador de desenvolvimento social. (PASTORE, 1979, p. 03)

É importante considerarmos que o acesso ao conhecimento e às oportunidades estão vinculados ao desempenho dos indivíduos, pois, mesmo assegurando a todos as mesmas condições, há diferenças em relação ao aproveitamento e o êxito nas trajetórias individuais. Temos que levar em conta as especificidades da juventude, uma vez que as habilidades também interferem na evolução e perspectiva educacional. Mesmo assim, as habilidades e competências individuais de pouco adiantam se não forem combinadas com o crescimento econômico e ampliação dos postos de trabalho no país.

[...] quando as oportunidades são fartas e diversificadas, a questão de sucesso ou fracasso de fato tende a restringir-se ao desempenho e às habilidades individuais que o indivíduo adquire na escola ou no trabalho. Mas, quando as oportunidades são limitadas e pouco diversificadas, a educação, experiência e habilidades pouco podem atuar para criar empregos e promover a mobilidade. (PASTORE, 1979, p. 21)

O acesso às políticas públicas da juventude, em especial a Educação Superior, configura-se como uma possibilidade e uma perspectiva de mobilidade social ascendente, ao proporcionar oportunidades de capacitação profissional, acesso ao conhecimento e ampliação do universo cultural. Tais fatores podem contribuir para melhor inserção no mercado de trabalho e, consequentemente, uma elevação da renda desses indivíduos. Os bolsistas do ProUni, em geral, possuem uma elevação do grau de escolaridade se comparado com a escolaridade de seus pais. Tais mudanças podem ocasionar para esses jovens uma mobilidade tanto intergeracional, quanto intrageracional.

[...] as novas gerações apresentaram boas possibilidades de superar as condições de vida e trabalho das gerações anteriores (mobilidade intergeracional), com ascensão na trajetória ocupacional (mobilidade intrageracional). (POCHMANN, 2007, p. 09)

Temos que considerar a possibilidade de que mais de 1 milhão de jovens que tiveram acesso ao ProUni, possam ter conseguido superar a trajetória educacional de seus pais. Para Pochmann (2007, p. 09), a mobilidade social – enquanto indicador de que os jovens reproduzem condições de vida e trabalho superiores às de seus pais – contribui para o estabelecimento de expectativas coletivas positivas em relação ao futuro.

No Brasil, vivenciamos um contexto de expansão da oferta de empregos, em especial nos setores de comércio e serviços, estimulados, sobretudo, pelo aquecimento da economia interna. A Pesquisa Mensal de Emprego de 2008 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012) revelou que o maior empregador continua sendo o setor relacionado ao comércio, que absorve cerca de 19% de todo o contingente de trabalhadores, seguido pela indústria (17%), outros serviços (17%) e administração pública (16%). As maiores taxas de crescimento no nível de emprego foram registradas nos setores outros serviços (5,8%), intermediação financeira (5,4%) e administração pública (5,3%) (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2012).

Torna-se importante, dentro desse contexto de desenvolvimento e geração de emprego, o investimento nas políticas de formação desses novos trabalhadores, em especial para o

segmento juvenil, que possui uma longa trajetória e possibilidade de almejar a mobilidade social. No entanto, tal investimento na formação desses indivíduos deve ser combinado com a melhoria das condições do mercado de trabalho e ampliação das vagas. Podemos ter um contingente de trabalhadores bem qualificados, com nível elevado de escolaridade, mas um exército de desempregados no Brasil.

De um modo geral, a maior parte dos indivíduos entra no mercado de trabalho através das posições que oferecem gratificações mais modestas. Quanto maior o tempo de exposição no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de mobilidade, ou seja, maior a probabilidade dos profissionais ajustarem suas características individuais às exigidas pelas posições. (PASTORE, 1979, p. 25)

No contexto da demanda de qualificação da mão de obra no Brasil, em especial nos setores estratégicos, os tecnológicos e de engenharia, o Governo Federal lançou em 2011 o Programa Ciência sem Fronteira. Este tem por objetivo estabelecer o intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação, através da concessão de 75 mil bolsas de estudos no período de 4 anos, garantindo mobilidade internacional a estudantes e docentes vinculados a cursos dessa área do conhecimento.<sup>5</sup>

Ao falarmos em desenvolvimento no Brasil, temos que levar em conta o novo contexto do país, que figura como a 7<sup>a</sup> economia mundial, a uma taxa de desemprego de 7,6% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012), e um processo de crescimento com maior distribuição de renda. Neste mesmo contexto, surgem novas possibilidades com a descoberta da camada de pré-sal no litoral brasileiro, o que significa consolidar o Brasil como uma potência energética mundial.

Somadas todas essas oportunidades de crescimento no país, surgem novas demandas de perfis de mão de obra. Além disso, o processo denominado como bônus demográfico coloca em destaque a juventude como um imenso potencial e alvo de investimentos destinados à formação de novos cientistas e futuros profissionais ligados a setores estratégicos do País.

---

<sup>5</sup> Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Biologia e Geociências; Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e tecnologias da informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos.

O processo de desenvolvimento, na medida em que avança, provoca a diferenciação social necessária para a mobilidade. Isso ocorre pela transformação dos setores econômicos e especialmente pela diminuição do mercado de trabalho agrícola e ampliação das oportunidades nos setores de indústria, comércio e serviços. Por outro lado, a mobilidade em si constitui um estímulo e uma condição importante para o próprio desenvolvimento econômico (PASTORE, 1979, p. 5-6).

Mesmo considerando que o Brasil passa por um processo de recuperação do crescimento e ampliação das oportunidades em relação às políticas sociais de distribuição de renda e ampliação do emprego, temos que levar em conta que ainda persiste uma enorme desigualdade social, potencializada ainda mais pelas desigualdades regionais, em especial nas regiões norte e nordeste. Prevalecem ainda altas taxas de analfabetismo (10%) e o acesso à educação se constitui para muitos jovens como uma realidade distante.

## 1.2 O Panorama da Educação Superior e sua Expansão – 2001 a 2010

O Brasil inicia em 2003 um novo ciclo político, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apoiado por uma ampla frente democrática e popular, e que incluía as principais lideranças dos setores educacionais. Com o novo ciclo, gerou-se uma grande expectativa e um amplo debate sobre a necessidade de mudanças estruturais na educação brasileira, em particular na Educação Superior.

Dentre as principais expectativas, tínhamos a necessidade de ampliação e democratização do acesso à Educação Superior. Iniciava-se neste período, face às grandes possibilidades, um amplo debate no sentido de se realizar uma Reforma Universitária no Brasil. Nesse contexto, o Governo Federal apresenta o Projeto de Lei (PL) 7200/06. O PL foi fruto de discussões permeadas por uma série de críticas dos setores educacionais, os quais tinham como alvo a forma de condução do debate pelo Ministério da Educação. O PL foi composto por três eixos normativos, são eles:

- (i) constituir um sólido marco regulatório para a educação superior no País; (ii) assegurar a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição, tanto para o setor privado quanto para o setor público, preconizando um sistema de financiamento consistente e responsável para o parque universitário federal; e (iii) consolidar a responsabilidade social da educação superior, mediante princípios normativos e assistência estudantil. (BRASIL, 2006, p. 22)

Além dos eixos normativos, o PL previa também uma série de modificações no sistema educacional brasileiro, entre elas, a necessidade de expansão de vagas na universidade tendo como objetivo a inclusão de estudantes na Educação Superior. No texto de apresentação da proposta, o documento destaca:

O Brasil precisa urgentemente democratizar e qualificar suas instituições de ensino superior. Nos próximos seis anos, para cumprir as metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) será preciso mais do que dobrar o número de estudantes nas nossas instituições de ensino superior. O anexo Projeto de Lei de Reforma da Educação Superior tem como um dos seus objetivos centrais criar condições para a expansão com qualidade e equidade: o nível de acesso no Brasil é um dos mais baixos do continente (9% para jovens entre 18 e 24 anos); ao passo que a proporção de matrículas em instituições públicas reduziu-se drasticamente nos últimos dez anos, representando hoje menos de um terço do total. (BRASIL, 2006, p. 21)

A proposta destacava a importância de articulação da Educação Superior com o projeto de desenvolvimento nacional, pelo significado que tem a universidade para o nosso país. Neste sentido, para Baldijão e Teixeira (2011, p. 8), “a educação é uma das condições fundamentais para o desenvolvimento sustentável, a distribuição de riquezas e a soberania da nação, além de se constituir, a um só tempo, em meio e objetivo do desenvolvimento global e da diminuição das desigualdades”.

A necessidade de expansão da Educação Superior no país vem acompanhada do desafio de promover mudanças estruturais na educação em todos os níveis. Tais mudanças são frutos de reivindicações de diversos setores educacionais. Sendo assim, “a educação, isolada de outros setores e sem a participação da sociedade, não pode promover a transformação necessária. Entretanto, sem ela, essa transformação torna-se inviável” (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011, p. 11).

As experiências realizadas no país alargaram significativamente as esferas públicas de participação social, com integração entre gestão estabelecida e a sociedade. Demonstraram que o envolvimento de vários segmentos da sociedade na discussão das políticas educacionais é determinante para o aperfeiçoamento da democracia e a superação das desigualdades sociais e regionais. (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011, p. 12)

O contexto de expansão da Educação Superior no Brasil, em especial a partir da década de 1990, é configurada pelo aumento da participação do setor privado. Tal expansão teve o amparo legal do Estado Brasileiro através da concessão à iniciativa privada a prestação de serviços educacionais na Educação Superior. Segundo a Constituição Federal de 1998, em

seu art. 209, “o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – Cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – Autorização e avaliação de qualidade pelo poder público”. A transferência ao setor privado de grande parte da Educação Superior no país não foi acompanhada pelo controle do Estado nos *serviços prestados*, em especial no que se refere à qualidade desse atendimento. Para Minto (2006), “os expedientes adotados para a expansão do Ensino Superior – sob o pretexto de democratização do acesso – ostentam uma visão muito específica do ensino e da qualidade da formação que se pretende oferecer” (p. 175).

Conforme os dados do Censo da Educação Superior de 2010, temos ampliação do número de Instituições de Educação Superior (IES) nos anos 2000. Em 2001, o país contava com 1.391 IES, 10 anos depois o número de IES saltou para 2.378. Desses, 278 IES públicas e 2100 IES privadas, conforme tabela 1 (Apêndice A).

A Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 40/2007, classifica as IES, conforme a organização acadêmica e cada IES possui sua especificidade de estrutura e funcionamento. Nela, as instituições de educação superior, de acordo com sua organização acadêmica, são classificadas como: I – faculdades; II – centros universitários; III – universidades; IV – institutos federais de educação, ciência e tecnologia; e V – centros federais de educação tecnológica.

A diversificação dos modelos de IES no Brasil na década de 1990 seguiu a lógica da necessidade de uma formação diferenciada em função de diversos objetivos. Segundo Minto (2006), “a alegada não necessidade de expandir as instituições universitárias, tidas por ‘centros de excelência’, fez com que as novas IES criadas desconsiderassem o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (p. 176). Dentre os objetivos de grande parte das IES privadas, se destaca a formação direcionada a atender as demandas do mercado de trabalho.

As instituições privadas, salvo as exceções conhecidas, se dedicam mais à absorção de matrículas e ao ensino em cursos de graduação, principalmente à noite, com foco na preparação de mão de obra para os empregos mais demandados pelo mercado. (SOBRINHO, 2010, p. 1243)

Ao analisarmos a evolução do número de IES por organização acadêmica, temos a predominância das faculdades que representam 85,2% do total das 2.378 IES atualmente no Brasil. As universidades representam 8%, os centros universitários 5,3%, e os Institutos

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 1,6%, conforme tabela 2 (Apêndice B). A dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pelas IES privadas, tendo por destaque as faculdades e centros universitários, trouxe implicações para a qualidade da Educação Superior no Brasil, mesmo considerando seus objetivos específicos de ensino, conforme a sua estrutura de funcionamento.

As faculdades no Brasil representam as IES de pequeno porte. Do total das 2.025 existentes em 2010, 73% possuíam menos de 10 cursos, conforme o Censo da Educação Superior (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2010).

Em relação ao número de matrículas, apesar das universidades representarem somente 8% do total das IES, elas ainda representam 54,3% dos matriculados em 2010, conforme Tabela 3, a seguir. No entanto, verificarmos que houve uma redução do número de matrículas de 64,6% em 2001 para 54,3% em 2010. Esse papel de destaque dos centros de excelência e produção decorre do fato de que as Universidades são instituições pluricurriculares e, conforme a Portaria Normativa nº 40/2007, têm por objetivo a formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Assim, caracterizam-se por: I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático de temas e problemas mais relevantes tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional; II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral. (BRASIL, 1996)

Tabela 3 - Evolução da Participação Percentual de Matrículas de Graduação por Organização Acadêmica – Brasil – 2001-2010

Ano/Categoria Administrativa	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IFETs e Cefets
2001	64,6	11,1	23,6	0,7
2002	62,1	12,3	24,8	0,7
2003	58,9	12,8	27,4	0,9
2004	57,3	14,6	27,3	0,8
2005	56,1	14,9	28,4	0,6
2006	54,2	15,2	30,0	0,6
2007	55,8	13,4	30,1	0,7
2008	56,3	13,0	29,9	0,8
2009	55,5	13,4	30,0	1,1
2010	54,3	13,1	31,2	1,4

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior, 2010.

O PNE de 2001 a 2010 (BRASIL, Lei n. 10.172, 2001), estabeleceu como meta “prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos”. Conforme dados da tabela 4 (Apêndice C), percebemos que o Brasil ficou aquém da meta estabelecida, chegando somente ao percentual nacional de 14,4%.

O novo PNE (BRASIL, Lei n. 8.035, 2010) em discussão no Congresso Nacional estabelece uma nova meta, a de se atingir 33% do número de jovens de 18 a 24 anos matriculados na Educação Superior.

O número de matrículas na graduação em 2010 atingiu a marca de 6.379.299. Se compararmos com os números do início da década, temos um crescimento superior a 100% nas matrículas, conforme tabela 5 (Apêndice D).

Ao compararmos a distribuição das matrículas por regiões no Brasil, verificamos ainda uma predominância da região Sudeste, que concentra 48,7% do total de matrículas. Percebemos uma mudança na condição da região Nordeste, que em 2001 ficava em terceiro lugar, atrás da região Sul e, em 2010, passa a ocupar o segundo lugar, com um percentual de

19,3% das matrículas nacionais. Ao mesmo tempo, observamos uma redução das matrículas na região Sul na última década, conforme tabela 6 (Apêndice E).

O número de ingressantes na Educação Superior na última década cresceu 109,2%. Desse total, tivemos um crescimento de 140,5% nas IES públicas e 115,4% nas IES privadas, proporcionalmente. Se compararmos o percentual de matrículas em 2010, ainda percebemos uma predominância das IES privadas, com 78,2%, seguida pelas Federais com 13,9%, Estaduais, 6,5%, e Municipais, 1,5%, conforme tabela 7 (Apêndice F).

O ano de 2010 apresenta 973.839 concluintes. Se compararmos com o ano de 2001, temos um crescimento de 145,8% desse número. Percebemos também um crescimento no percentual de concluintes nas IES privadas, que passou de 66,5%, em 2001, para 80,4%, em 2010. Em contrapartida, temos uma redução no percentual das IES públicas, de 33,5%, em 2001, para 19,6%, em 2010, conforme tabela 8 (Apêndice G). Temos que considerar que nos próximos anos, podemos verificar novamente o crescimento dos concluintes nas IES públicas, em razão da ampliação de matrículas nos últimos anos, a partir do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Ao analisarmos o ingresso dos estudantes na Educação Superior através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), temos um percentual de 15,4% de alunos que se utilizaram do Exame para ingressar na universidade. As Federais ainda concentram o maior percentual de utilização do ENEM em seus processos de seleção, o que corresponde a 31,7% dos ingressos, seguido das IES privadas, que correspondem a 13,7%, conforme tabela 9, a seguir.

Tabela 9 - Total de Ingressos por Processo Seletivo e Ingressos por meio do ENEM nos Cursos Presenciais, por Categoria Administrativa das IES – Brasil/Regiões – 2010.

<b>Brasil e Regiões</b>	<b>Ingressos</b>					
	(Processo Seletivo)	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	Total	1.590.212	251.059	130.035	27.468	1.181.650
	ENEM	244.362	79.506	2.454	652	161.750
	%	15,4	31,7	1,9	2,4	13,7
Centro-Oeste	Total	153.885	27.746	11.415	1.508	113.216
Oeste	ENEM	29.007	3.708	46	-	25.253
	%	18,8	13,4	0,4	0,0	22,3
Nordeste	Total	299.950	81.631	34.364	5.338	178.617
	ENEM	58.632	30.115	1.035	554	26.928
	%	19,5	36,9	3,0	10,4	15,1
Norte	Total	97.956	25.710	9.927	3.349	58.970
	ENEM	10.138	3.136	-	-	7.002
	%	10,3	12,2	0,0	0,0	11,9
Sudeste	Total	807.304	73.852	49.944	14.372	669.136
	ENEM	102.713	23.919	1.186	80	77.528
	%	12,7	32,4	2,4	0,6	11,6
Sul	Total	231.117	42.120	24.385	2.901	161.711
	ENEM	43.872	18.628	187	18	25.039
	%	19,0	44,2	0,8	0,6	15,5

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior, 2010.

O ENEM é pré-requisito para o ingresso no ProUni. Conforme o art. 3º da Lei 11.096 (BRASIL, 2005), “o estudante a ser beneficiado pelo ProUni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação.”

O ENEM foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC) em 1998, tendo por objetivo avaliar o ensino médio, e fornecer a sociedade brasileira elementos para análise e avaliação do nível de formação oferecido aos alunos nessa etapa de escolarização. Em 2010, é publicada uma portaria que foi denominada de *novo ENEM*, que redefine alguns objetivos do Exame. Conforme a Portaria nº 807, de 18 de junho de 2010, o ENEM tem por objetivo avaliar o conhecimento dos alunos e “aferir se o participante do Exame, ao final do ensino médio, demonstra domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e conhecimento das formas contemporâneas de linguagem” (Art. 1º). Além disso, conforme o Art. 2º, os resultados obtidos possibilitam:

- I - a constituição de parâmetros para autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;
- II - a certificação no nível de conclusão do ensino médio, pelo sistema estadual e federal de ensino, de acordo com a legislação vigente;
- III - a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio;
- IV - o estabelecimento de critérios de participação e acesso do excludente a programas governamentais;
- V - a sua utilização como mecanismo único, alternativo ou complementar aos exames de acesso à Educação Superior ou processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
- VI - o desenvolvimento de estudos e indicadores sobre a educação brasileira.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012), o ENEM em 2012 chegou à marca de 1.757.399 inscritos, um crescimento de 62% em relação ao ano de 2011, que teve um total de 1.080.194.

O aumento das inscrições no ENEM pode estar relacionado com o novo papel do Exame, que se constituiu como pré-requisito em processos de seleção de algumas Universidades Federais e como acesso ao ProUni. A própria portaria já prevê a sua utilização como instrumento único, alternativo ou complementar aos processos de seleção para acesso à Educação Superior e ao mercado de trabalho. Tais mudanças são alvo de críticas, em especial quando se estabelece os critérios de seleção baseadas nas habilidades e competências dos alunos. Em artigo publicado no Jornal da USP em 2001, o professor José Mário Pires Azanha afirma que “nesse quadro complexo, o ENEM surge, pela voz de seus responsáveis, como solução definitiva e milagrosa” (p. 02). Para o professor,

A jactância das afirmações sobre o valor diagnóstico das notas do ENEM é quase aterradora, não só pelas suas eventuais consequências, como também pelo que revelam de ignorância ousada da necessidade de estudos empíricos e teóricos para

dar respaldo ao uso de provas e testes mentais para selecionar pessoas em função de suas capacidades. (p. 02)

Além da crítica em relação à eficácia do Exame como um instrumento de avaliação, cabe uma reflexão sobre o papel do ENEM enquanto uma política pública no sentido de facilitar ou não o acesso dos alunos egressos da escola pública na universidade, em especial nas IES mais concorridas.

Em pesquisa realizada com alunos do ensino médio da rede pública no processo seletivo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2002, a pesquisadora Valéria Fambrini descreve qual foi o peso do ENEM em relação à seleção desses alunos. Os resultados da pesquisa negam que o ENEM possa ser uma modalidade alternativa ou complementar aos processos seletivos para cursos de alta e média procura, como é o caso da PUC-SP que tem 29 cursos oferecidos nesta condição. (FAMBRINI, 2002, p. 145)

Segundo Fambrini (2002), o Exame não facilita o acesso dos alunos oriundos da escola pública aos cursos de grande concorrência na PUC-SP. Além disso, não interfere no resultado final das notas de seleção.

A inexpressiva representatividade do desempenho do candidato que optasse pela incorporação dos resultados do ENEM 2001 no cálculo das notas para o processo seletivo unificado da PUC-SP, ainda que fosse viabilizado pelas condições em que a simulação foi proposta nesta pesquisa, caracteriza a inviabilidade e, o que parece mais grave, caracteriza a propagação de ilusão quanto à conquista de classificação final apta a permitir uma convocação para matrícula em qualquer dos cursos mais disputados. (FAMBRINI, 2002, p. 143-144)

Em nossa pesquisa do mestrado (COSTA, 2008), identificamos que a concorrência média em relação ao processo seletivo do ProUni na PUC-SP era de 37,3 candidatos por vaga, conforme dados do Expediente Comunitário no processo seletivo de 2008. Nesse sentido, além das dificuldades que normalmente os alunos enfrentam ao ingressar numa universidade pelos mecanismos tradicionais de seleção, esses também enfrentam uma barreira na seleção em relação ao ingresso pelo ProUni.

O ENEM, sendo um exame de pré-requisito para o ingresso ao ProUni, tem um papel importante, mas ainda se configura como um mecanismo seletivo. Nesse sentido, a adoção de políticas públicas de acesso sem ampliação de vagas e um investimento na qualidade do ensino fundamental e médio, tornam-se soluções paliativas e só contribuem para o caráter ainda excluente do acesso à Educação Superior.

### 1.3 Juventude e Trajetória Educacional

A educação escolar, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, é composta por: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior. (Art. 21). A trajetória educacional da juventude no Brasil, nem sempre se estabelece de forma linear. Temos um índice de evasão escolar significativo, em especial no ensino fundamental e médio. A exclusão dessas etapas de escolarização tem implicações. Segundo Sobrinho (2010),

As diversas etapas de escolarização formal organizam os processos de formação que farão parte da vida toda de uma pessoa. A exclusão escolar, em qualquer etapa, é privação de algumas bases cognitivas, sociais e axiológicas que todo indivíduo necessita para edificar uma existência humanamente significativa na sociedade contemporânea. (p. 1227)

Um dos motivos da evasão escolar dos jovens atualmente, se constitui pela dificuldade de conciliar os estudos e a necessidade de trabalhar para ampliar a renda familiar e o próprio sustento. Em muitos casos, essa opção de trabalho significa interromper a matrícula precocemente na escola. Segundo Pochmann (2007),

[...] a transição do sistema escolar para o mundo do trabalho não se manifesta de maneira direta e objetiva. Tem sido comum a passagem gradual, com entrada e saída do mercado de trabalho, decorrente da tentativa inicial do jovem de procurar aliar o trabalho com a escola. (p. 63)

A juventude em seu processo de desenvolvimento e inserção social possui outros desafios que vão além da simples trajetória de estudo e trabalho, mas que se apresentam a partir de novas relações sociais, como um ciclo de exigências da passagem da fase juvenil para a fase adulta, e que envolve a saída da casa dos pais, o matrimônio e a constituição de um núcleo familiar, entre outros.

Segundo dados do IBGE (2012), entre os jovens de 14 a 17 anos no Brasil, somente 50,9% estavam matriculados no ensino médio no ano de 2010. O Brasil, se comparado a países como Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela, possui a maior taxa de abandono nesse nível de ensino.

A exclusão educacional é um fenômeno que apresenta múltiplos problemas, que vão desde o analfabetismo, as evasões, a repetência, as carências econômicas e culturais familiares, os preconceitos, a falta de vagas, a escassa formação de parte dos professores, as precárias condições de escolarização de muitos jovens, até a falta de perspectivas de futuros bons empregos. (SOBRINHO, 2010, p. 1231)

As políticas educacionais recentes destinadas ao ensino médio têm sido no sentido de articular o ensino integral com a formação profissional, como forma de possibilitar aos jovens opções no sentido de se qualificarem para o mercado de trabalho, e numa tentativa de combater a evasão escolar nessa etapa educacional. Tornam-se importantes ações do poder público que contribuam para a melhoria do sistema educacional em termos de qualidade e atendimento à demanda atual dos jovens – a articulação entre um ensino de qualidade e a preparação para o ingresso no mercado de trabalho. Neste sentido, “a democratização do acesso à educação, à formação e à qualificação de boa qualidade é uma condição necessária para promover o trabalho decente para os jovens, embora não seja suficiente” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p. 137).

No Brasil, há atualmente 14,4% dos jovens matriculados na Educação Superior. Se considerarmos que somente metade dos jovens matriculados no ensino médio conclui os estudos, percebemos uma defasagem de oportunidades de acesso a uma graduação por parte desses jovens, que nem sequer finaliza a etapa que é pré-requisito para a graduação. Existe, portanto, um gargalo considerável, que corresponde à *perda* de uma geração que abandona a escola e, em geral, não retorna para concluir o ciclo educacional. Para Sobrinho (2010), “os jovens excluídos dos bens comuns acabam, muitas vezes, internalizando, ao longo de suas trajetórias estudantis, a ideologia de que a exclusão é natural e de que é natural que eles se incluam entre os excluídos sociais” (p.1230).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012), a média de anos de estudos na educação formal no Brasil é de 7,5 anos. A proporção de crianças e jovens na faixa etária de 6 a 14 anos que frequentam a escola é de 97,6%, e a proporção de jovens de 18 a 24 anos com diploma de ensino médio é de 52,3%. O que se demonstra é um grande “funil” entre os ciclos educacionais, agravado ainda mais quando se trata da proporção de pessoas com diploma de curso superior com idade acima de 25 anos, percentual de apenas 10,6%.

A garantia de oportunidade aos jovens, da conclusão do seu ciclo educacional, desde o ensino fundamental até a universidade, torna-se um desafio importante no que se refere às políticas públicas direcionadas à juventude. Neste sentido,

Embora se possa afirmar que, hoje, o acesso e a permanência dos jovens na escola no Brasil se apresentam mais democratizados, por conta da universalização do acesso ao Ensino Fundamental na faixa etária de 7 a 14 anos, que vem ocorrendo desde os anos 1990, os processos vivenciados pela maioria dos jovens brasileiros e suas estratégias de escolarização ainda expressam as enormes desigualdades a que está submetida essa faixa da população. (ANDRADE; NETO, 2007, p. 58)

O acesso à educação como um direito não se reflete na realidade vivenciada por parte significativa dos jovens no Brasil. Devemos pensar na juventude como um sujeito que está inserido no contexto da realidade brasileira, na qual, ao longo dos últimos anos, a educação é tratada de forma secundária.

[...] o processo de escolarização constitui hoje, sem dúvida, um espaço importante de sentido, que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas que marcam expressivos grupos de jovens brasileiros. Ao mesmo tempo, é um espaço fundamental de reflexão e luta por direitos. (ANDRADE; NETO, 2009, p. 58)

A demanda pela inserção precoce no mercado de trabalho impede que muitos jovens possam almejar o ingresso na educação superior, pois “a necessidade de ingressar no mercado de trabalho constitui um dos principais obstáculos, que no limite pode levar ao abandono definitivo da escola” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010, p. 183).

Uma grande parcela do segmento juvenil, por diversas razões, entre elas, socioeconômicas, não conseguem chegar à Educação Superior, o que gera certa *seleção* entre aqueles que tiveram condições de concluir seus estudos e aqueles que por razões diversas interromperam sua trajetória educacional.

A trajetória educacional da juventude requer um maior investimento do poder público, que deve estimular a conclusão do ciclo educacional, de forma a diminuir o índice de evasão no ensino médio, e possibilitar que esses jovens possam chegar à Educação Superior.

Para esses jovens que, além das vulnerabilidades econômicas, em geral chegam ao nível superior com baixos repertórios educacionais e culturais, cada ano de escolaridade pode significar ganhos salariais, aumento no padrão de consumo, elevação da autoestima e das possibilidades de alcançarem melhores posições sociais. Porém, por muito importantes que sejam as políticas públicas focadas na expansão das matrículas e na inclusão não rompem a estrutura verticalizada e desigual da sociedade. (SOBRINHO, 2010, p. 1238)

A assim denominada sociedade do conhecimento exige um maior preparo e uma atualização educacional dos jovens em especial. Mas, para além de elevar a escolaridade e

garantir o acesso dos jovens ao sistema educacional, é necessário investir na qualidade do ensino no Brasil e articular o tema trabalho e educação.

A conciliação entre a escola e o trabalho para a juventude deve levar em conta as peculiaridades e expectativas profissionais, de forma a incentivar a continuidade dos estudos ao longo da vida. Para Pochmann (2007, p. 25), “a educação geral exigiria mais tempo de vida da juventude, estando comprometida com a aprendizagem teórica e prática, capaz de potencializar as oportunidades do conhecimento”.

O Estado deve adotar ações que favoreçam a trajetória educacional dos jovens desde os anos iniciais até o ingresso na Educação Superior. Deve-se considerar também que nem todos os jovens almejam chegar ao nível da graduação, pois muitos preferem se qualificar em cursos técnicos que garantam de imediato o acesso ao mercado de trabalho.

## 1.4 As Políticas Públicas de Acesso à Educação Superior

### 1.4.1 O Programa Universidade Para Todos – ProUni

O ProUni foi instituído pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, e surge no contexto das mudanças educacionais propostas pelo Governo Lula. Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, se inicia, no âmbito do então novo governo, um amplo debate com os setores educacionais sobre a necessidade de ampliação das vagas na Educação Superior.

O Programa foi apresentado como uma resposta imediata à demanda de acesso à Educação Superior aos jovens de baixa renda, que por diversos motivos estariam excluídos da universidade. O público-alvo do Programa são estudantes egressos da rede pública de ensino e professores da rede pública de ensino básico que não possuem curso superior. Conforme prevê o art. 2º da Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005),

A bolsa será destinada: I - A estudante que tenha cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; II - Ao estudante portador de deficiência, nos termos da lei; III - A professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda.

O Programa possui também uma política de cotas pelas quais as bolsas de estudo para negros e indígenas são concedidas de acordo com a proporção dessas populações em cada estado. No art. 7º da Lei, as obrigações a serem cumpridas pela IES serão previstas no termo de adesão ao ProUni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas:

I - Proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

II - Percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao Ensino Superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O ingresso na universidade para os alunos do ProUni representa uma nova perspectiva de ampliar o universo de conhecimento e as relações sociais, além da possibilidade de adquirir formação profissional. A conclusão de uma graduação pode contribuir para que esses alunos obtenham um melhor preparo para inserção no mercado de trabalho. No entanto, temos que considerar outros fatores para essa inserção, dentre eles, maiores oportunidades de acesso a um emprego, através da ampliação dos postos de trabalho no Brasil. Nesse sentido, “a democratização do acesso à educação, à formação e à qualificação de boa qualidade é uma condição necessária para promover o trabalho decente para os jovens, embora não seja suficiente” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p. 137).

Em nossa pesquisa do mestrado, identificamos que, dos 530 alunos sujeitos entrevistados, 52,32%, ou seja, mais da metade, passaram a exercer algum tipo de atividade profissional após o ingresso na universidade. O ProUni tem se demonstrado uma importante política que contribui para a inserção dos jovens no mercado de trabalho (COSTA, 2008, p. 58).

O Estado tem um papel importante na definição, na implementação e na garantia de acesso aos beneficiários dessas políticas públicas, considerando os mesmos enquanto sujeito de direitos. Os beneficiários do ProUni se constituem como uma parcela da juventude de baixa renda, sendo assim, a adoção de mecanismos que garantam ampliar as perspectivas de futuro para esses jovens deve ser muito cara ao poder público.

Conforme o Censo de Educação Superior (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2010), 3 em cada 10 alunos

matriculados na Educação Superior possuem bolsas de estudos – 1,2 milhões de alunos. Dessas, 82% são benefícios reembolsáveis, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e 17% são benefícios não reembolsáveis, como o ProUni. Políticas de Acesso à Educação Superior, como o FIES e o ProUni, são importantes para atender emergencialmente uma parcela da juventude excluída da universidade. No entanto, as ações para ampliação das oportunidades de acesso devem ser combinadas também com o investimento na expansão da universidade pública.

O ProUni se configura como uma política pública com grande relevância social no atual contexto da Educação Superior. No entanto, representa uma iniciativa do poder público emergencial e conjuntural, implementada em 2005, no intuito de atender um contingente de jovens excluídos da universidade.

Desde sua implementação, o Programa vem recebendo uma série de críticas. Dentre as principais, temos: a relação do Estado com o setor privado; o problema da baixa qualidade de ensino oferecido pelas IES privadas e a ausência de uma política de assistência estudantil, que auxilie esses alunos a concluírem a graduação.

A relação do Estado com o setor privado da educação é alvo de críticas por parte dos segmentos educacionais, em especial, pela ausência de um controle maior no funcionamento e na qualidade das IES particulares. Em se tratando do ProUni, um dos principais questionamentos se refere à isenção fiscal concedida as IES que aderiram ao Programa.

O Programa Universidade para Todos deve operar, à semelhança do PROER para o sistema bancário, em benefício da recuperação financeira das instituições particulares endividadas e com alto grau de desistência e de inadimplência. As instituições mais beneficiadas parecem ser as lucrativas, que não apenas estão submetidas às regras mais flexíveis, como também obtêm maior ganho relativo em renúncia fiscal, em troca de um número reduzido de bolsas de estudo. (CARVALHO, 2006, p. 995)

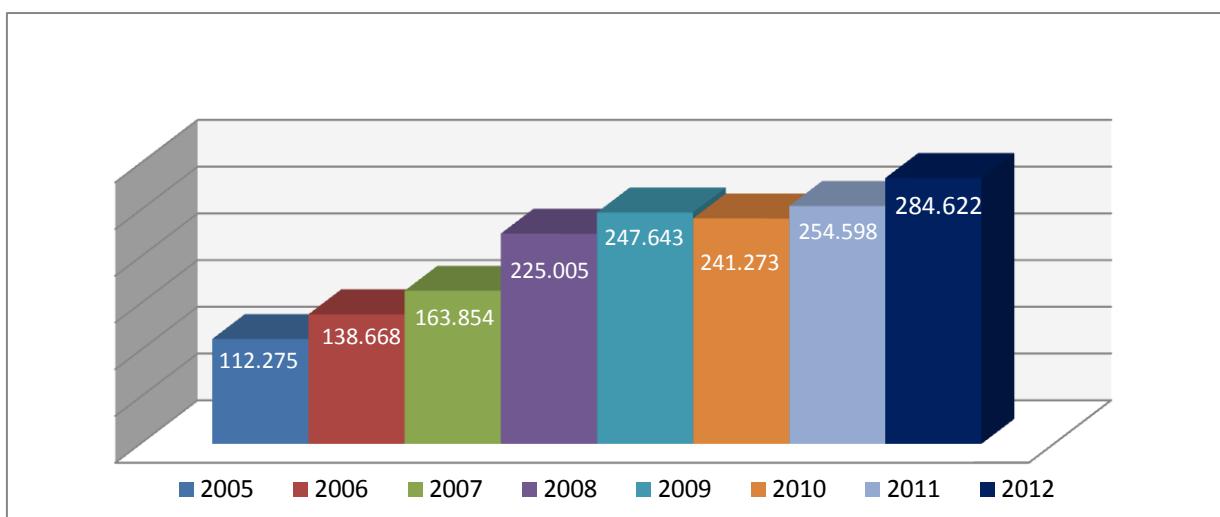
A baixa qualidade do ensino oferecida pelas IES privadas atualmente também é alvo das críticas ao ProUni, e ao contexto educacional do ensino superior privado como um todo. Não se trata somente do direito ao acesso através da matrícula desses bolsistas do ProUni, mas de assegurar que eles possam ter um ensino de qualidade. O Ministério da Educação deve estabelecer mecanismos de controle mais rigorosos nos cursos oferecidos pelas IES privadas. Segundo Amaral (2011), torna-se necessário,

compreender que as escolhas feitas pelos estudantes de classes populares acerca de sua escolarização em nível superior nem sempre estão pautadas na qualidade de oferta do ensino pelas instituições tampouco na escolha pelo curso desejado, mas, no que é possível estudar e onde é possível se matricular. (p. 874)

Outro aspecto relevante se refere à necessidade, tanto por parte do Estado, quanto das IES, de ações que assegurem condições de permanência dos alunos ao longo da graduação pelo ProUni. Tais ações poderiam ser previstas como uma forma de garantir a equidade no acesso e na permanência para os alunos bolsistas em relação aos alunos não bolsistas.

Diante do quadro social e educacional deletérios, cabe questionar a efetividade de tal programa, uma vez que as camadas de baixa renda não necessitam apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários e bolsas de trabalho e pesquisa. (CARVALHO, 2006, p. 994)

Desde que o ProUni foi instituído em 2005 até 2012, foi oferecido um total de 1.667.938 bolsas integrais e parciais, conforme Gráfico 1 a seguir.



Fonte: SisProUni, Ministério da Educação, 2012.

Gráfico 1 – Número de bolsas do ProUni ofertadas no Brasil - 2005-2012.

O fato dos alunos do ProUni terem acesso à bolsa integral ou parcial não garante que os mesmos consigam se manter na universidade. Mesmo considerando o baixo índice de evasão, as dificuldades de permanência ao longo da graduação, em razão das dificuldades financeiras de arcar com os custos complementares da formação (transporte, alimentação,

acesso ao material didático, entre outros), é uma realidade na trajetória acadêmica dos bolsistas. Tal fato nos remete à discussão de que, para esses jovens, a oportunidade de cursar a Educação Superior, se, por um lado, constitui uma grande oportunidade de acesso, por outro lado, pode trazer algumas dificuldades em relação à sua permanência, em função da condição socioeconômica dos seus beneficiários.

A necessidade de acesso ao mercado de trabalho durante a graduação para esses alunos constitui-se como um requisito fundamental para que os mesmos consigam arcar com os custos da graduação. Uma grande parcela da juventude necessita conciliar o estudo e o trabalho. Tal realidade pode trazer consequências no aproveitamento e acompanhamento dos estudos para esses jovens. Para Pochmann (2004, p. 218),

Foi com o avanço das políticas públicas endereçadas ao financiamento da inatividade dos jovens por intermédio de bolsas de estudo, como forma de elevar a escolaridade e a formação para todos os jovens, que as condições de disputa no mercado de trabalho melhoraram. Trata-se de uma condição essencial, uma vez que o conhecimento torna-se cada vez mais o elemento decisivo na trajetória ocupacional.

Os beneficiários do ProUni são jovens de baixa renda e, levando em conta sua condição socioeconômica, a adoção pelo Estado de políticas que favoreçam tanto o ingresso quanto a permanência desses alunos na universidade, contribuiria para que os mesmos pudessem concluir sua trajetória escolar com maior tempo disponível para dedicação aos estudos. A ampliação da bolsa permanência do ProUni, por exemplo, contribuiria para melhorar as condições dos bolsistas.

De acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o ProUni (2008), verificou-se que do total de bolsas concedidas no período de 2005-1º/2008, houve evasão de 19,5% dos beneficiários. Dentre os motivos da evasão, temos: a) inexistência de matrícula no período letivo de início de usufruto da bolsa; b) rendimento acadêmico insuficiente; c) solicitação do bolsista; d) evasão do bolsista; e) inidoneidade de documento apresentado ou falsidade de informação prestada; f) substancial mudança de situação socioeconômica do bolsista; e g) conclusão do curso superior.

Atualmente, somente os bolsistas que estudam em cursos com carga horária acima de 6 horas possuem uma assistência de R\$ 300,00 (trezentos reais) para pagamento de gastos relativos a transporte, alimentação e material didático. Conforme o art. 11º da Lei 11.1180, de 23 de dezembro de 2005,

fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, exclusivamente para custeio das despesas educacionais, a estudante beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos - PROUNI, matriculado em curso de turno integral, conforme critérios de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas a serem estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência mínima a ser exigida do estudante.

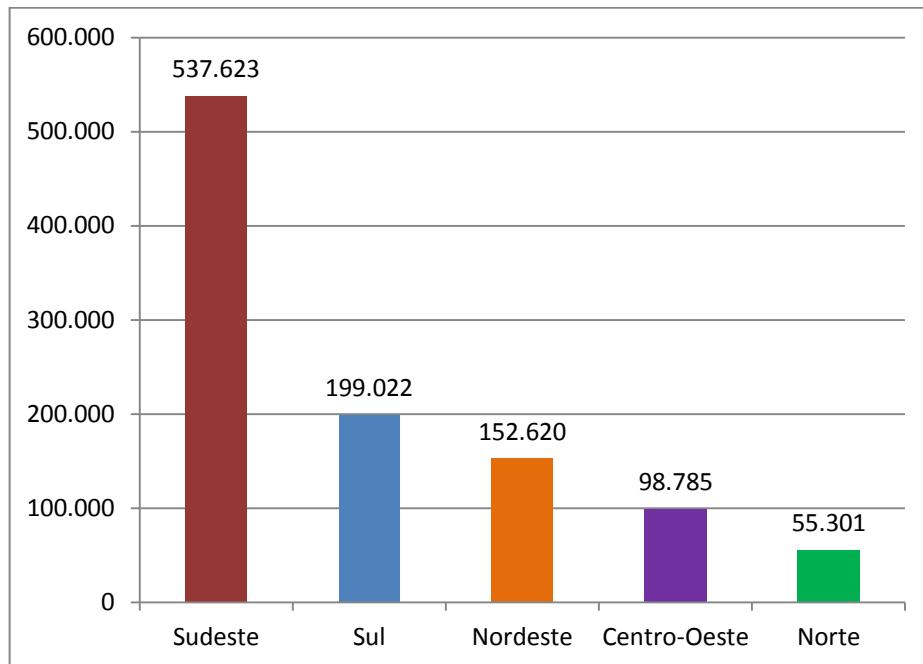
Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), a pedido do Ministério da Educação em 2009, com 1.200 recém-formados pelo ProUni, concluiu-se que os egressos estão saindo do ensino superior inseridos no mercado de trabalho<sup>6</sup>. O estudo apontou que 80% dos entrevistados disseram estar saindo da universidade com emprego garantido. Além disso, os mesmos afirmam que a renda familiar e sua vida melhoraram após iniciarem o curso de graduação pelo Programa. A opção do Estado em adotar mecanismos através das políticas públicas que garantam a articulação da educação e do trabalho é de grande importância para a juventude, e tais ações dizem respeito às opções políticas.

Mesmo levando em conta que a pesquisa do Ministério da Educação apresenta um cenário favorável para os egressos do ProUni em relação ao mercado de trabalho, cabe a seguinte reflexão: *O ProUni, enquanto uma Política Pública de Educação Superior, possibilitou melhores condições de acesso ao mercado de trabalho e mudanças na condição socioeconômica dos seus egressos?* Para Pochmann (2010), “o futuro socialmente justo e economicamente sustentável torna-se possível a partir de uma maioria política que assuma o protagonismo de conceber, junto com o povo, o que historicamente lhe foi negado: o bem-estar coletivo” (p. 175).

A região Sudeste concentra o maior número de bolsas ofertadas pelo ProUni, em função de concentrar cerca de 1/3 das matrículas da graduação em todo o país. O total de bolsas, entre 2005 e 2012, chegou ao patamar de 537.623, conforme gráfico 2 a seguir, o que equivale a 32,2% do total de bolsas ofertadas em todo o país (1.667.938).

---

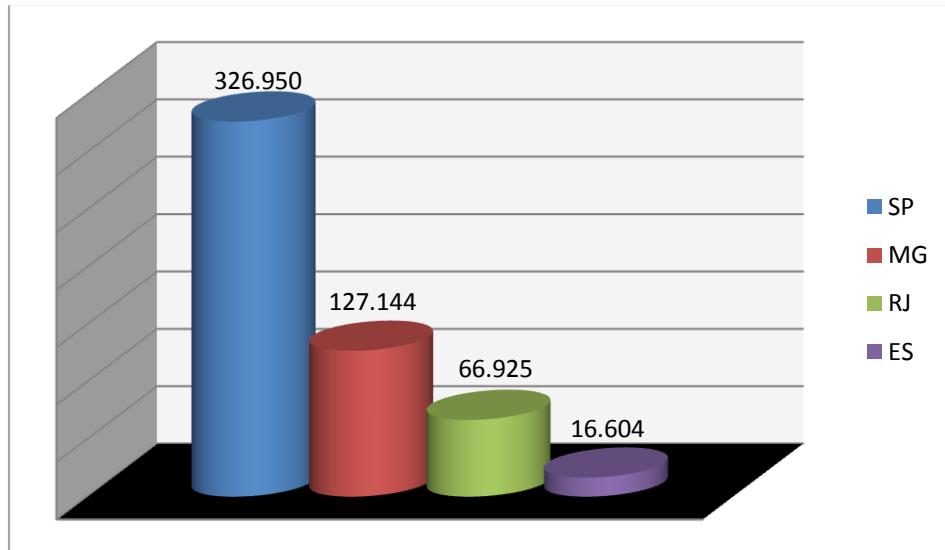
<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/ProUni%20%C3%A9%20considerado%20%C3%B3timo%20por%2086\\_%20dos%20bolsistas.aspx](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/ProUni%20%C3%A9%20considerado%20%C3%B3timo%20por%2086_%20dos%20bolsistas.aspx)>. Acesso em: 30 ago. 2012.



Fonte: SisProUni, Ministério da Educação, 2012.

Gráfico 2 – Número de bolsas do ProUni ofertadas por região Brasil - 2005-2012.

Do total de bolsas da região Sudeste (537.623), o estado de São Paulo concentra o equivalente a 326.950 bolsas (60,8% do total da região), conforme gráfico 3.

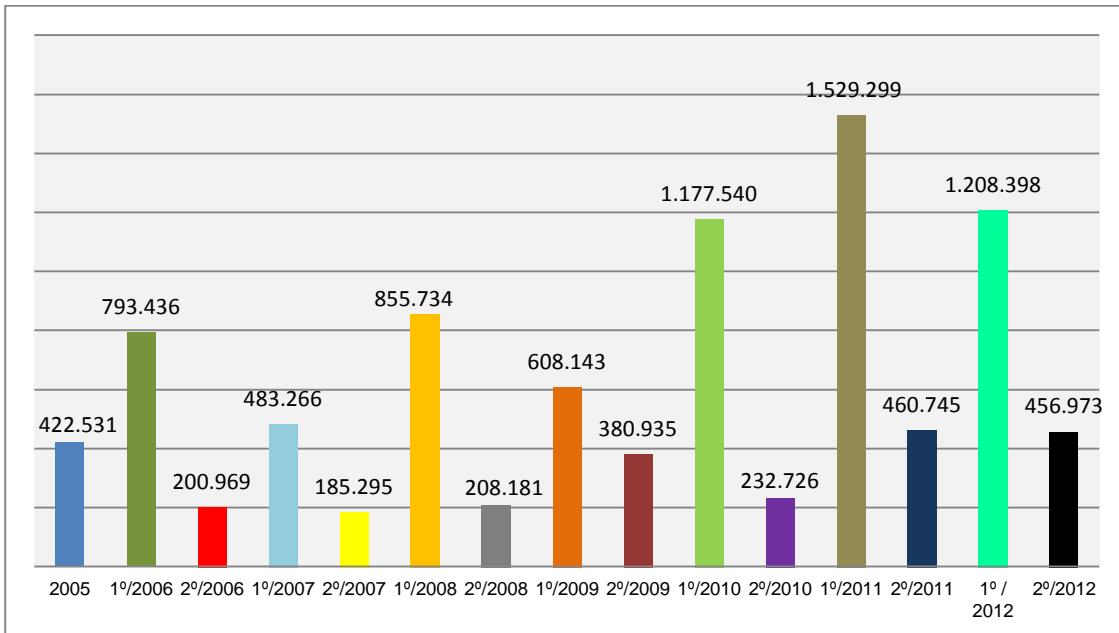


Fonte: SisProUni, Ministério da Educação, 2012.

Gráfico 3 – Número de bolsas do ProUni ofertadas na Região Sudeste – 2005-2012.

Em função dessa grande concentração de bolsistas do ProUni no estado de São Paulo, optamos por um recorte da amostra considerando a capital de São Paulo para o desenvolvimento da nossa pesquisa.

Desde sua implementação em 2005, vem-se ampliando a procura por bolsas do ProUni. Conforme o gráfico 4, a seguir, percebemos uma evolução no número de inscrições, chegando à marca de 1.665.371 inscritos em 2012. Se considerarmos que o número de bolsas oferecidas nacionalmente em 2012 foi de 284.622 observamos que a concorrência foi grande no acesso ao Programa, chegando a uma média de 5,8 candidatos por vaga, sem considerarmos a divisão de bolsas parciais e integrais, nem mesmo as divisões regionais.



Fonte: SisProUni, Ministério da Educação, 2012.

Gráfico 4 - Número de estudantes inscritos no processo seletivo do ProUni em todo o país - 2005-2012.

Para esses alunos, chegar à universidade é um processo de superação constante de barreiras, que começa desde a conclusão do ensino médio, e todas as limitações pelas quais passam, e à concorrência em disputar essas vagas do ProUni. Mesmo com a evolução da oferta de vagas desde sua implementação, o Programa ainda não consegue atender toda a demanda de acesso à universidade em nosso país. Não se tem em mente ainda a universalização do acesso à Educação Superior, mas, conforme os dados atuais de matrículas, 14,4% entre os jovens de 18 a 24 anos, há ainda um grande desafio no Brasil.

A articulação do tema trabalho e educação torna-se cada vez mais relevante ao se pensar e propor políticas públicas direcionadas à juventude. A implantação de políticas que permitam aos jovens sonhar com um futuro melhor nos desafia e nos motiva para continuarmos lutando por educação e por mais acesso ao mercado de trabalho. Os alunos do ProUni reivindicam: “não queremos mais desperdiçar as grandes mentes brasileiras excluídas dos bancos escolares!” (1º ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DO PROUNI DE SÃO PAULO, 2007).

#### 1.4.2 Ações Afirmativas

O Brasil vivenciou nos meses de abril e maio de 2012 um intenso debate político, jurídico e ideológico sobre as cotas raciais e o mérito constitucional do ProUni. Foi julgada no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada pelo Partido dos Democratas (DEM) contra o sistema de reserva de vagas na Universidade de Brasília (UnB). O Ministro relator do processo, Ricardo Lewandowski, rejeitou o pedido, e o STF por unanimidade considerou constitucional o sistema de cotas raciais para o ingresso de alunos afrodescendentes em universidades públicas. Para o Ministro, as políticas de ação afirmativa adotadas pela UnB estabelecem um ambiente acadêmico plural e diversificado, e têm o objetivo de superar distorções sociais historicamente consolidadas.<sup>7</sup>

No mesmo período foi julgada a ADI 3330, apresentada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem). O Ministro do STF, Joaquim Barbosa rejeitou o pedido, e o STF por ampla maioria considerou constitucional. O Ministro sustentou que o ProUni é coerente com diversos dispositivos constitucionais que preveem a redução das desigualdades sociais. Ao financiar a bolsa total, para alunos de famílias com renda de até 1,5 salário mínimo, e parcial, para aqueles egressos de famílias com renda de até 3 salários mínimos, o ProUni representa um importante fator de inserção social, disse o Ministro.<sup>8</sup>

As políticas de ações afirmativas são mecanismos de que o Estado dispõe para repor e atenuar as desigualdades que marcam a sociedade brasileira no que se refere a oportunidades de acesso à Educação Superior de uma grande parcela da juventude, em especial, a juventude negra.

Analizar juridicamente políticas públicas de inclusão imediata, contrárias ao conservadorismo histórico vivido em nosso país, é quebrar paradigmas e reconhecer minorias em sentido qualitativo como participantes ativas do processo democrático nacional. (AGOSTINHO; FILHO, 2011, pp. 456)

Segundo o Dicionário de Relações Étnicas e Raciais, de Ellis Cashmore, o verbete *ação afirmativa* é definido como a política (medida ou programa) que visa ir além da tentativa de garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime a discriminação, e tem

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042&caixaBusca=N>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

<sup>8</sup> Ibid.

como beneficiários os membros de grupos que enfrentam preconceitos (CASHMORE, 2000, p. 31 apud BRANDÃO, 2005, p. 27).

O debate sobre as cotas raciais surge relacionado às minorias étnicas raciais nos EUA na década de 70, como forma de compensar as desigualdades e reparar historicamente o preconceito racial estabelecido naquele país ao longo de décadas.

Segundo Gary Orfield, da Universidade de Harvard (EUA), as políticas de ação afirmativa se inserem no quadro das políticas concebidas nas décadas de 1960 e 1970, que “buscavam resultados concretos para melhorar as condições de vida das minorias”, não visando apenas à igualdade individual. (BRANDÃO, 2005, p. 06)

No Brasil, as políticas afirmativas se apresentam com mais destaque a partir de 1999, com a discussão no Senado Federal do Projeto de Lei nº 298/99, que previa a destinação de 50% do total de vagas nas universidades públicas para estudantes que cursaram todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas, conforme Brandão (2005, p. 55). Como objetivos dessas medidas, temos a necessidade de incluir na Educação Superior grupos historicamente excluídos, como os afrodescendentes e os jovens de baixa renda. Como parte deste processo, surge o debate em relação às cotas raciais no país. Em vários momentos, ao longo dessa discussão, surgiram polêmicas em torno das cotas raciais e cotas sociais no Brasil, considerando a primeira uma reparação racial e a segunda uma reparação de segmentos excluídos socialmente.

As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2001, p. 40)

No Brasil, conforme dados do IBGE (2012), 50,7% da população se declarou negros e pardos em 2010. A juventude de baixa renda se constitui como um contingente considerável desse universo e não há como negar que ainda existe uma forte discriminação racial em nosso país. Além disso, o tema das políticas afirmativas está relacionado, principalmente, à necessidade de ampliação do acesso à Educação Superior aos segmentos da população, em especial, à juventude negra, até então, distantes dessa realidade.

Além do ideal de concretização da igualdade de oportunidades, figuraria entre os objetivos almejados com as políticas afirmativas o de induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, aptas a subtrair do imaginário coletivo a ideia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação à outra. (GOMES, 2001, p. 44)

A discriminação racial se reflete em todos os setores da nossa sociedade, independentemente da condição socioeconômica. Para Brandão (2005, p. 34), “no Brasil a discriminação racial persiste, a pobreza tem cor e sua cor é negra. Para combater essa desigualdade é que os movimentos de combate à discriminação racial defendem as políticas de ação afirmativa”.

O sistema de cotas não se configura como o único mecanismo de garantia de acesso à Educação Superior. Assim como o ProUni, possibilita maior oportunidade aos jovens negros e de baixa renda, que são geralmente excluídos pelo sistema tradicional do vestibular, não pelo mérito, mas sim em função das dificuldades enfrentadas ao longo de sua trajetória educacional.

[...] é preciso ter claro que as ações afirmativas não se resumem à questão das cotas, seja no mercado de trabalho, seja para o ingresso no ensino superior. Outras medidas podem ser adotadas, como, por exemplo, o estabelecimento de metas e preferências e o sistema de incentivos e bônus fiscais – utilizados como instrumentos de estímulo para que o setor privado também adote medidas de ação afirmativa. (BRANDÃO, 2005, p. 45)

O Estado deve investir na melhoria da qualidade da educação básica e do ensino médio, de forma a garantir formação a esses alunos – sejam eles de baixa renda, negros, pardos ou brancos, e assegurar mecanismos que favoreçam o acesso desses jovens à Educação Superior, entre eles, o ProUni.

Atualmente no Brasil, além do sistema de cotas, outras iniciativas estão sendo implementadas no sentido de reduzir as desigualdades do acesso à universidade e ampliar as oportunidades para os jovens chegarem à Educação Superior. São elas: 1) Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); 2) O Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES); 3) Acessibilidade na Educação Superior – Programa Incluir; 4) Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); 5) Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior; 6) Reserva de Vagas – PL 3627/2004.

O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O Reuni tem por

objetivo: ampliar o acesso e a permanência dos estudantes nas Universidades Federais, através de um maior investimento do Governo Federal direcionado para a ampliação de vagas na graduação, incluindo a abertura de vagas nos cursos noturnos das IFES; a contratação de docentes, através da instituição de concursos públicos; a redução do custo por aluno; a flexibilização dos currículos e o combate à evasão.

O Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) foi instituído através da Medida Provisória nº 1.827, de 27/05/1999, e regulamentado pela Lei nº 10.260, de 12/07/2001. O fundo tem por objetivo financiar a graduação na Educação Superior para estudantes sem condições de arcar integralmente com seus custos.

Até 2012, o FIES já beneficiou 532.303 estudantes em todo o país, conforme relatório da Controladoria Geral da União (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012)<sup>9</sup>. Para alunos do ProUni que possuem bolsa parcial de 50%, o Governo Federal disponibiliza, em processos seletivos específicos, o financiamento de 50% dos encargos educacionais efetivamente cobrados pela IES, o que corresponde a 25% dos encargos educacionais totais.

O estudante efetua o pagamento ao término da graduação, com o prazo de quitação proporcional ao tempo de utilização do contrato – uma vez e meio o prazo do período em que cursou a graduação.

O Programa Incluir tem por objetivo apoiar propostas desenvolvidas nas IFES, no sentido de superar situações de discriminação contra estudantes com deficiência. Conforme Edital nº 03, de 26 de abril de 2007, “o Programa Incluir constitui-se em uma iniciativa da Secretaria de Educação Especial e da Secretaria de Educação Superior que visa implementar política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência à Educação Superior”. Além disso, o Incluir visa fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012).

Os núcleos atuarão na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição. As ações desenvolvidas pelo núcleo deverão integrar e articular as demais atividades da instituição, como os projetos de pesquisa, estudo, intercâmbio, cooperação técnico-científica e extensão para a inclusão educacional e social das pessoas com deficiência.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=242&Itemid=525](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=242&Itemid=525)>. Acesso em: 15 mai. 2012.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES foi criado em 2008 e tem por objetivo apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados nos cursos de graduação presencial das IFES. Visa assegurar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, através de medidas que busquem combater situações de repetência e evasão do Ensino Superior público.

O PNAES oferece aos estudantes que necessitam a moradia estudantil, alimentação, transporte, atendimento à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Os programas e ações são coordenados pela própria IFES, incluindo o acompanhamento e a avaliação do desenvolvimento do Programa. O critério de seleção está relacionado ao perfil socioeconômico dos alunos, e é estabelecido conforme a realidade de cada instituição.

O Projeto de Lei 3.627 (BRASIL, 2004) tem como objetivo garantir a reserva de 50% das vagas nas IES públicas para alunos egressos da escola pública. Conforme previsto no artigo 1º, “as instituições públicas federais de Educação Superior reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas” (BRASIL, 2004). O PL ainda está em tramitação no Congresso Nacional e aguardando ser votado.

## 2 JUVENTUDE E TRABALHO – UM DESAFIO AO PAÍS

A juventude tem um papel estratégico no desenvolvimento do nosso país. Ao falarmos de crescimento e desenvolvimento econômico, temos que levar em conta a trajetória e a participação dos jovens na economia e no mercado de trabalho.

O Brasil vivencia um momento importante denominado de transição demográfica, que se constitui com a queda das taxas de mortalidade e natalidade. Tal redução tem como resultado o chamado Bônus Demográfico, que se configura como uma grande oportunidade de participação da População Economicamente Ativa (PEA) no desenvolvimento e crescimento da nação. Segundo Alves (2008), “a janela ou Bônus Demográfico no Brasil começou em 1995 e irá até 2055, perfazendo um período de 60 anos” (p. 07).

Atualmente no Brasil, conforme dados do PNAD de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTASTÍSTICA, 2012), existem 51,3 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos. Trata-se de um contingente considerável, se levarmos em conta que se refere a aproximadamente 1/4 da população brasileira. Já entre a população ocupada em 2009, ou seja, um contingente de 90.751.429 milhões, somente 28.953.822 (31,9%) estão na faixa etária de 16 a 29 anos.

Ser jovem é uma condição social e de vida que, segundo Pochmann (2007), se constitui como referência de estágio de desenvolvimento de uma sociedade. Além disso, para o autor, ser jovem é uma forma de vida que se estende por muito mais tempo que a simples etapa de 15 a 24 anos de idade, e que não pode mais ser anunciada como preparação para o ingresso na vida adulta, ou mesmo como intermediação entre a escola e o trabalho (POCHMANN, 2007, p. 14).

O jovem, ao ter acesso ao mundo acadêmico e ao mundo do trabalho, passa a ter contato com novas possibilidades de conhecimento, de vivências e relações sociais. Ele amplia seu horizonte de experiências, adquire uma noção maior de cidadania e expectativas de mudanças, necessárias para afirmação da sua condição de sujeito de direito.

Torna-se cada vez mais fundamental fortalecer os alicerces estruturais que possibilitam ao jovem ultrapassar as barreiras, por meio da distribuição de renda, do crescimento econômico socialmente justo e de melhores condições educacionais e culturais. O engajamento social do jovem representa uma possibilidade de saída para todo aquele que deseja construir um futuro melhor. (POCHMANN, 2007, p. 10)

Discutir e articular os temas educação e trabalho no atual momento do Brasil torna-se relevante no sentido de estabelecer condições mais favoráveis para a trajetória escolar e ocupacional da juventude.

Os jovens, das classes C, D e E tendem a ingressar cada vez mais cedo no mercado de trabalho, em função da necessidade de contribuir com a renda familiar. Tal condição impede que muitos desses jovens possam continuar ou, em muitos casos, retomar seus estudos.

Temos atualmente um mercado de trabalho cada vez mais exigente que impõe uma condição desigual à juventude que disputa os postos de trabalho. A educação ganha centralidade na preparação dos indivíduos para o trabalho, configurando uma *pressão* constante para esses jovens no sentido de adquirir qualificação e estudar cada vez mais.

[...] a educação passa a ser identificada cada vez mais como condição preparatória e sequencial ao longo de toda a vida, não cabe mais estabelecer a conclusão dos estudos como algo próprio de uma fase estritamente juvenil. O ensino continuado tende a tornar-se uma realidade cada vez maior no Brasil, envolvendo pessoas de faixas etárias cada vez mais elevadas. (POCHMANN, 2007, p. 14)

A implementação de políticas públicas que garantam ao jovem a oportunidade de ampliar o tempo de estudo e se preparar melhor para o ingresso no mercado de trabalho, seria um primeiro passo para assegurar melhor qualificação para a juventude. Tais ações são importantes, mas ao mesmo tempo complexas e contraditórias, em função da atual realidade brasileira, que ainda está permeada por intensas desigualdades sociais, que afetam diretamente a juventude. Para Frigotto (2004), as políticas públicas relacionadas ao trabalho e à educação dos jovens brasileiros da classe trabalhadora são, no plano econômico-social e ético-político, tão imprescindíveis quanto complexas (p. 204).

Nos últimos anos, percebemos um crescimento de ações voltadas ao investimento nos estudos e na capacitação da juventude para a vida profissional. Dentre elas, temos o ProJovem Urbano<sup>10</sup>, que se destina a promover a inclusão social dos jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, através de medidas que garantam a sua reinserção na escola

---

<sup>10</sup> O ProJovem Urbano tem como finalidade primeira proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre: (a) Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; (b) Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial; (c) Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade. Disponível em: <<http://www.projovem.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Conteudos&cod=14>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

e no mundo do trabalho. O Programa tem como finalidades específicas: a reinserção dos jovens no processo de escolarização; a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo profissional; a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público; a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação; e a ampliação do acesso dos jovens à cultura (PROJOVEM, 2011).

O Estado possui um papel importante no sentido de direcionar as políticas públicas de juventude, de forma a abranger as mais diversas áreas, em especial, os temas de educação e trabalho, no que diz respeito à formação de uma geração que possa contribuir com o desenvolvimento do país.

O trabalho representa uma condição essencial para o desenvolvimento humano e sua sobrevivência. No entanto, numa sociedade capitalista, marcada por intensas contradições e exclusão social, nem sempre o desenvolvimento humano combinado com o acesso ao trabalho é possível. Para Pochmann (2004)

o trabalho encontra-se vinculado ao desenvolvimento humano, especialmente na sua forma ontológica, que representa a capacidade do homem de transformar a si próprio e a natureza. Mas também, e principalmente, o trabalho na sua forma histórica tem sido mais visado como condição de financiamento da sobrevivência humana, nem sempre associado ao desenvolvimento humano. (p. 227)

O jovem, ao ter a oportunidade de trabalho, gera em seu meio social uma série de expectativas, pois, além do seu desenvolvimento humano, essa oportunidade pode significar uma possibilidade de ampliação da renda para si e sua família. No entanto, a relação entre o acesso ao mercado de trabalho e a ampliação da renda nem sempre acontece de forma direta. Os jovens pertencentes a famílias de baixa renda cada vez mais ocupam a posição de arrimo de família, tendo que ingressar muito cedo no mercado de trabalho para obtenção de uma renda. Em muitos casos, ocupam postos de trabalho de baixa remuneração, em função de pouca experiência e qualificação profissional. Para Frigotto (2002),

[...] o modo dominante de apreender e de orientar na prática a relação trabalho e educação, mesmo em quadros progressistas, passa pelas seguintes dimensões: a) uma dimensão moralizante, tão ao gosto da moral burguesa, onde o trabalho manual e intelectual aparecem como igualmente dignos, formadores do caráter e da cidadania; b) uma dimensão pedagógica, onde o trabalho aparece como uma espécie de laboratório de experimentação – aprender fazendo; c) e, finalmente, uma dimensão social e econômica, onde os filhos dos trabalhadores podem autofinanciar sua educação (escolas de produção). (p. 16)

O investimento no acesso à Educação Superior, através de políticas como o ProUni, pode contribuir para que uma parcela significativa da juventude brasileira tenha melhores perspectivas e condições de ingresso no mercado de trabalho. Para Pochmann (2007), “a educação não é o único passaporte para o emprego, mas permanece como requisito capaz de evitar os piores constrangimentos impostos pela marginalização juvenil” (p. 40).

## 2.1 Qualificação profissional como relação social

O termo qualificação profissional se constitui como uma construção social e está associado aos diferentes contextos sociais, políticos e econômicos de um país. No *Tratado de Sociologia do Trabalho* (1962), os autores Georges Friedmann e Pierre Naville, apresentam reflexões sobre o estudo das coletividades do trabalho voltado às atividades não industriais no comércio, na administração e na agricultura. Embora não seja o tema desta tese, identificamos alguns elementos que contribuem para a compreensão do significado da qualificação como relação social.

Segundo os autores, “não existe uma finalidade universal de trabalho que se possa afirmar abstratamente e seria perder tempo filosofar sobre o trabalho separando-o dos grupos sociais, étnicos, dos contextos culturais em que se efetuou” (FRIEDMANN; NAVILLE, 1973, p. 21). Tal afirmação nos remete à discussão sobre as demandas de qualificação profissional e as mudanças previstas nas políticas públicas direcionadas a essa qualificação, levando em conta o atual contexto de desenvolvimento econômico no Brasil. Segundo Girard (1973),

as estruturas econômicas e sociais não são fixas e, visto que se faz preciso algum tempo para a formação de homens, a orientação ideal deveria levar em conta não só as necessidades efetivamente reconhecidas hoje, mas também o número e a natureza das qualificações que serão necessárias daqui a dez ou vinte anos, atentando-se para o progresso técnico e o movimento da população. (p. 204)

Gisela Tartuce (2002), em sua dissertação intitulada *O que há de novo no debate da “qualificação do trabalho”?*, realiza algumas reflexões sobre o conceito de “qualificação do trabalho”, tendo como referência as obras de Georges Friedmann e Pierre Naville.

Segundo Tartuce, se Naville deixa de lado vários aspectos que, em sua época, não eram problemas (desemprego, precarização e desregulamentação do trabalho etc.), sua definição da qualificação como uma relação social permanece extremamente atual, porque, no regime do salariado (que separa o trabalhador de seu trabalho), as qualificações profissionais – que, em princípio, remetem a capacidades qualitativas – são apreciadas por meio de sua hierarquização nas classificações profissionais – que medem quantitativamente essas capacidades por meio do salário. (TARTUCE, 2002, p. 369)

Nessa perspectiva, a qualificação está associada ao processo de evolução do trabalhador dentro de um contexto social de valorização ou não das suas capacidades, que são expressas através do valor do seu trabalho combinada com os níveis salariais. Nem sempre os empregadores estão atentos ao processo da qualificação dos seus trabalhadores, que, em alguns casos, é realizada de forma individual por iniciativa do próprio funcionário, de acordo com as demandas do mercado de trabalho e conforme as exigências perante a si mesmo na disputa pelos melhores postos de trabalho, ou mesmo na possibilidade de ascensão dentro da empresa.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou, em 2003, o documento intitulado *Bases de uma Nova Política Pública de Qualificação*<sup>11</sup>. O texto de apresentação estabelece as diretrizes e a concepção do conceito de qualificação entendida como uma construção social.

Uma Política Pública de Qualificação, que venha a se afirmar como um fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda, deve nortear-se por uma concepção de qualificação entendida como uma construção social, de maneira a fazer um contraponto àquelas que se fundamentam na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho. (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2003, p. 23)

O compromisso do Estado com a qualificação dos trabalhadores face às novas demandas e perspectivas de ampliação dos postos de trabalho no Brasil é importante. Mas, como o próprio texto estabelece, tais políticas não podem recair como um *peso no ombro* dos trabalhadores, de forma a individualizar o processo de formação. Em se tratando do segmento juvenil, o redesenho de um projeto de desenvolvimento requer medidas de atenção específicas à qualificação desses jovens. Segundo Pochmann (2007), “a qualificação e formação

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEA05FAE71AFC/conheca\\_base.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEA05FAE71AFC/conheca_base.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2012.

profissional tendem a constituir, no caso dos jovens, um fator adicional na determinação geral do potencial de ingresso no mercado de trabalho” (p. 55).

## 2.2 Empregabilidade para a Juventude

O termo empregabilidade surgiu na década de 1990 e está relacionado com a capacidade do indivíduo em conseguir novas oportunidades de emprego e manter-se empregado. Além disso, também se relaciona com a possibilidade de conseguir promoções e desenvolver suas competências, através de novas habilidades e aquisição de conhecimento.

Alguns autores questionam o conceito de empregabilidade, em função de se exigir um compromisso e esforço do próprio indivíduo na sua formação profissional. Segundo Frigotto (1997), não podemos depositar na educação do indivíduo a responsabilidade de sua inserção no mercado de trabalho, visto que o mesmo não possui a capacidade de gerar postos de trabalho.

Não confundir o papel da educação, da formação e qualificação no processo social e produtivo com o suposto, a meu ver falso, de que políticas educacionais e de formação profissional tenham a virtude de que os indivíduos criem seu próprio emprego. (FRIGOTTO, 1997, p. 63)

A qualificação do indivíduo, se não estiver associada ao crescimento das oportunidades de emprego no Brasil, de pouco irá contribuir para o acesso do mesmo aos postos de trabalho. A principal crítica ao termo empregabilidade é no sentido de que só a condição individual não é o suficiente para inserir o trabalhador no mercado de trabalho. Para Frigotto (1997),

[...] a ideia que passa é de que se foram desenvolvidas políticas de educação, de formação profissional e de requalificação e, ainda sim, há pessoas desempregadas, é porque se formaram, educaram ou requalificaram mal. (p. 63)

Associado ao debate da empregabilidade e qualificação profissional, ainda temos as constantes transformações no mundo do trabalho e as novas exigências de mão-de-obra que decorrem dessas mudanças. Segundo Cortella (1997), “o *Mundo do Trabalho* está se alterando com uma rapidez inédita em comparação com a agilidade de nossas estruturas habituais para

acompanhá-la” (p. 59). A juventude, dentro desse contexto, é a que mais sente as consequências dessas novas exigências e habilidades nas *disputas* pelos postos de trabalho.

A Empregabilidade é uma construção social, evolutiva e dinâmica, e não uma atribuição isolada e exclusiva dos indivíduos; essa construção emerge atrelada a um outro requisito a cada instante mais demandado: a qualidade de vida e do trabalho como direitos substantivos. (CORTELLA, 1997, p. 22)

A educação é um elemento importante nesse contexto, ao se levar em conta sua função na formação dos indivíduos, e que, em grande medida nos últimos anos, tem se voltado cada vez mais para o mercado de trabalho. A trajetória ocupacional do indivíduo é permeada por um conjunto de experiências adquiridas tanto dentro quanto fora da empresa. Segundo Cortella (1997, p. 60), “as vivências das pessoas, ocorridas fora da empresa, também criam arcabouços sólidos de aprendizagem, devendo ser incorporadas ao cotidiano do trabalho”. Para o autor, “existe toda uma riqueza pedagógica nessa externalidade que raramente é aproveitada pelos formadores, como se fossem mundos apartados completamente” (p. 60).

A educação, formação e o treinamento do indivíduo é parte do processo de desenvolvimento integral do ser humano, tanto físico quanto intelectual e moral, permitindo o seu desenvolvimento individual e sua integração social, segundo Musa (1997, p. 13).

O papel do indivíduo no trabalho tem se destacado cada vez mais. Para Casali (1997, p. 67), “o indivíduo trabalhador tende a ser visto como um núcleo de problemas singulares, ao mesmo tempo que, como um núcleo de potencialidades singulares para a solução dos problemas”. Nessa perspectiva, cria-se uma nova referência para esse indivíduo, no sentido de estimular cada vez mais o investimento na sua formação e potencialidades. O autor ainda considera a dimensão do resgate do perfil do próprio trabalho como “o de um jogo desafiador e envolvente, que mobiliza a complexa rede de forças pessoais e culturais que constitui o humano e, com isso, efetivamente, permite constituir o humano na história” (1997, p. 69).

O indivíduo tem uma função social importante na constituição de sua trajetória ocupacional. No entanto, não podemos desconsiderar que o contexto político e social do mercado de trabalho no Brasil interfere na qualidade e na quantidade de vagas disponíveis. Além disso, ações do Estado no sentido de assegurar melhores condições de formação dos trabalhadores, em especial da juventude, são essenciais para o desenvolvimento desses indivíduos. Segundo Carvalho (1997, p. 108), a empregabilidade – enquanto capacitação de indivíduos – é somente uma visão da questão. Para o autor, “não basta colocar um indivíduo

com um conjunto maior de competências num mercado de trabalho de difícil acesso, que se sofistica não somente no nível de tecnologia, mas também no nível dos padrões relacionais”.

A adoção de mecanismos que articulem a formação do indivíduo para a inserção no mercado de trabalho torna-se importante. No entanto, tais ações devem ser articuladas com o crescimento da economia, a criação de postos de trabalho, a garantia dos direitos trabalhistas, e empregos com qualidade, em especial, para a juventude. Para Pochmann (2004),

Mesmo numa possível situação nacional de pleno emprego, por exemplo, o Brasil continuaria a reproduzir a desigualdade entre os ricos e pobres no interior do mercado de trabalho. Isso significa dizer que o funcionamento do mercado de trabalho termina por ampliar as diferenças originárias de uma sociedade de classes. (p. 232)

### 2.3 Trabalho Decente para a Juventude

O tema do trabalho decente para a juventude surgiu como resultado de uma Agenda Hemisférica para a promoção do Trabalho Decente, apresentada na XVI Reunião Regional Americana em 2006. Na ocasião, foi aprovada a Década de Promoção do Trabalho Decente, tendo como objetivo central promover a formação da juventude e melhor inserção no mercado de trabalho. Conforme a Declaração do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em 2006, entraram nessa agenda a geração de emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.

O cumprimento da Agenda Hemisférica no Brasil tem se desenvolvido a partir da implementação de políticas públicas que possibilitem e facilitem o acesso da juventude ao mercado de trabalho. No entanto, tais iniciativas devem ser combinadas com uma série de fatores econômicos, políticos e sociais, dentro de uma perspectiva do que é possível se realizar em função do contexto atual do Brasil. Para Dussel (2007), “o princípio da factibilidade ética determina o âmbito do que se pode fazer (factabilia: o que é técnico-economicamente possível de ser feito) dentro do horizonte: a) do que é eticamente permitido fazer; b) até o que se deve fazer necessariamente” (p. 270).

A Declaração da Organização Internacional do Trabalho (2009, p. 14) estabelece a necessidade de “promover o acesso ao trabalho por meio de políticas integradas que propiciem a criação de novos empregos e de qualidade para os jovens, e facilitem o acesso a

eles, por meio de iniciativas, informação e capacitação”. Tais políticas são possíveis e factíveis, dentro de um contexto em que seja possível a ampliação dos direitos sociais da juventude, pois, para Dussel (2007), a ética é a factibilidade que permite produzir a vida:

[...] quem projeta realizar ou transformar uma norma, ato, instituição, sistema de eticidade etc., não pode deixar de considerar as condições de possibilidade de sua realização objetiva, materiais e formais, empíricas, técnicas, econômicas, políticas etc., de maneira que o ato seja possível levando em conta as leis da natureza em geral e humanas em particular. Trata-se de escolher as mediações adequadas ou eficazes para determinados fins. (p. 268)

Para a OIT, a noção de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial, aos princípios e aos direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010). Nesse sentido, foram propostas quatro prioridades para uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. São elas:

Mais e melhor educação: elevação do acesso e qualidade em todos os níveis de ensino para os/as jovens, com igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça, elevação da escolaridade, melhor ensino médio profissionalizante e tecnológico, ampliação do acesso ao ensino superior, mais e melhor acesso ao patrimônio cultural brasileiro, implementação de políticas públicas para garantir a observância efetiva da idade mínima de ingresso no mercado de trabalho, conforme legislação brasileira vigente, e implementação da política pública de educação do, no e para o campo.

Conciliação de estudos, trabalho e vida familiar: ampliar as oportunidades e as possibilidades de conciliação entre os espaços do trabalho, dos estudos e da vida familiar e em sociedade para os/as jovens trabalhadores e estudantes, de forma que o trabalho não se sobreponha ou mesmo prejudique as trajetórias educacionais e de integração social.

Inserção ativa e digna no mundo do trabalho: mais e melhores empregos e outras oportunidades de trabalho para os/as jovens com igualdade de tratamento e de oportunidades: a) ampliação das oportunidades de emprego assalariado e melhoria de sua qualidade; igualdade de oportunidades e de tratamento; promoção da saúde do/a trabalhador/a; combate

às causas da rotatividade; acesso à terra, trabalho e renda no campo; b) melhorias na qualidade dos empregos, com ampliação das oportunidades no campo dos “empregos verdes”; c) geração de trabalho e renda através da economia popular e solidária, associativismo rural e do empreendedorismo.

Diálogo social: ampliar e fortalecer o debate sobre as alternativas e condicionantes para a melhor inserção juvenil no mercado de trabalho; estimular as condições de participação juvenil urbana e rural nos instrumentos de defesa de direitos do trabalho, na organização sindical e nas negociações coletivas (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010).

O jovem é motivado pela inserção no mercado de trabalho por diversas perspectivas, dentre elas: 1) melhoria das condições econômicas para si e para a família; 2) conquista de uma autonomia financeira. Entretanto, grande parte desses jovens depara-se com a baixa experiência no mercado de trabalho, que os levam muitas vezes a se submeterem a subempregos. Além disso, muitos possuem baixa qualificação, em razão do abandono dos estudos de forma precoce, pela necessidade de trabalhar. Nesse sentido, há a “necessidade de criar novos arranjos entre educação e trabalho nas políticas para a juventude” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p. 23).

É importante o reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos de direitos, com demandas específicas que devem ser levadas em conta nessa fase da vida. Além disso, o jovem possui expectativas, e o ingresso no mundo do trabalho, para este segmento, representa “a percepção de que a experiência no mundo do trabalho faz parte da equação de construção da trajetória ocupacional” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p. 25). Gonzalez (2009) apresenta a perspectiva do desemprego juvenil como “reflexo das mudanças mais amplas no mundo do trabalho que não estão circunscritas aos jovens, mas o afetam mais intensamente em termos de oportunidades de trabalho” (p. 111).

Num país em que a agenda atual se volta à necessidade de um maior crescimento e desenvolvimento, é necessário investir neste segmento juvenil, garantindo “oportunidades para que os jovens que participam do mundo do trabalho tenham possibilidades de se inserir em postos de trabalho de qualidade com proteção social” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2009, p. 26).

Os temas educação e trabalho, atualmente, passam por um amplo debate sobre a ampliação de vagas na educação profissional e tecnológica no país. São apresentadas ações

que visam articular o ensino médio e ensino técnico, com o objetivo de possibilitar aos jovens uma formação profissional e melhores condições de acesso ao mercado de trabalho.

## 2.4 Ensino Técnico para a Juventude

A Educação Técnica, Tecnológica e Profissional no Brasil não é um tema recente. A primeira iniciativa no Brasil surge em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, pelo então presidente em exercício Nilo Peçanha; em 1937, surgem os Liceus Profissionais; em 1942, as Escolas Industriais e Técnicas; em 1959, as Escolas Técnicas; em 1978, os Cefets; em 2008, são criados os IFETs, que surgem com a missão de integrar novamente o ensino médio com o ensino profissionalizante.

O Governo Federal através do Decreto 2208, de 17 de abril de 1997 possibilitou a desvinculação do ensino médio ao ensino técnico, o que significou “não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar as formas fragmentadas e aligeiras de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2010, p. 25). Surgiu naquela ocasião uma ampla resistência dos setores educacionais que criticaram a desvinculação. De acordo com o Art. 1º do Decreto, a educação profissional tem por objetivos:

- I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
- II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

As críticas apresentadas à desvinculação do ensino médio ao ensino técnico foram no sentido de combater a visão de uma educação fragmentada. Os setores educacionais tinham por referência uma escola unitária e de educação política. Para Pino (2002, p. 79), “ao separar de forma definitiva o ensino técnico do ensino médio, o que o governo faz é

impulsionar o caráter capitalista da escola, de reprodução da divisão social do trabalho”. O Art. 2º do Decreto 2208/97 prevê que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho”.

Nesse contexto, que permite a educação profissional em escolas do ensino regular, instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, surge com mais destaque o papel do chamado *Sistema S* de ensino. Conforme prevê o Art. 149 da Constituição Federal do Brasil “compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.” As receitas arrecadadas através das contribuições sociais são repassadas a entidades vinculadas ao *Sistema S*, constituído em sua maioria de direito privado, e as quais deverão aplicar os recursos em atividades que visem o aperfeiçoamento profissional e a melhoria do bem-estar social dos trabalhadores.

Dentre as principais entidades que compõe o *Sistema S*, temos: Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Serviço Social do Comércio (SESC). Várias são as críticas atualmente direcionadas ao *Sistema S*, dentre elas temos a destinação dos recursos públicos à iniciativa privada, e o fato de não haver transparência de como esses recursos são aplicados na formação do trabalhador. Segundo Cláudio Haddad, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado e Capitais (Ibmec São Paulo), tais recursos são compulsórios, e o mínimo que se deveria esperar é uma total transparência e prestação de contas, mas, infelizmente, isso não é feito.<sup>12</sup>

Em 2004, o Governo Federal repõe o debate sobre o retorno do ensino médio integrado, através do Decreto 5154/204, que tramitou por 18 meses no Congresso Nacional. Além do Decreto, outras iniciativas foram apresentadas no sentido de estabelecer novamente a articulação do ensino médio e do ensino técnico, dentre elas temos: o Brasil Profissionalizado; a Reforma do *Sistema S*; e a Expansão da Rede Técnica Federal, com a criação até 2014 de mais 208 unidades. Conforme o Censo da Educação Superior (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2010), temos no Brasil 1.140.388 matriculados na educação profissional e ensino médio integrado. Em relação ao ano

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u402662.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

de 2007, em que esse número era de 780.167, houve um crescimento de 68,4% no número de matrículas.

Além disso, foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que, conforme artigo 1º do PL nº 1.209/2011, tem por objetivo:

Ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Além disso, o Pronatec atenderá prioritariamente: I – estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; II – trabalhadores; III – beneficiários dos programas federais de transferência de renda; IV – estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. (BRASIL, 2011)

O Pronatec é apresentado como mecanismo para atender à demanda crescente de aperfeiçoamento da mão-de-obra e ao aumento dos postos de trabalho gerados no último período, e proporcionar, aos jovens que necessitam ingressar no mercado de trabalho, uma formação profissional. Se considerarmos que, grande parte dos jovens não consegue chegar à Educação Superior, torna-se relevante a adoção de políticas públicas que assegurem àqueles que consigam concluir pelo menos o ensino médio, a obtenção de melhor preparo para o ingresso no mercado de trabalho, desde que, combinado com a promoção e geração de postos de trabalho, pois de nada adianta termos um contingente de jovens qualificados, mas desempregados.

O trabalho possui um papel importante na transição da juventude para o mundo adulto. O ingresso no mercado de trabalho, segundo Corrochano (2011), constitui um dos elementos mobilizados para marcar a saída do mundo juvenil e o ingresso no mundo adulto, ao lado do término da escolarização, a saída da casa de origem e a chegada da primeira criança (p. 45). No entanto, essa transição nem sempre acontece de forma sequencial, pois muitos desses jovens iniciam sua trajetória ocupacional antes mesmo de atingirem a idade prevista para inserção no mercado de trabalho, que no Brasil é a faixa inicial de 16 anos.

Um dos gargalos na trajetória educacional dos jovens se encontra ainda no ensino médio, seguido da educação básica. Mesmo com ações que assegurem a universalização do acesso, muitos jovens não passam deste nível educacional, ou, em muitos casos, desistem de continuar os estudos, em função de não se sentirem atraídos pelo ensino oferecido atualmente pelas escolas.

O pertencimento a famílias de renda mais baixa é sem dúvida um aspecto extremamente relevante, mas é preciso considerar a relação estabelecida com a escola, tendo em vista não apenas que a dedicação ao trabalho pode prejudicar a frequência escolar, mas também que o sistema de ensino pode mostrar-se incapaz de atrair o interesse do aluno. (CORROCHANO, 2011, p. 49)

Neste sentido, torna-se necessário um investimento maior em todos os níveis educacionais, assegurando aos jovens melhores condições de ultrapassar as barreiras escolares desde o ensino fundamental até a Educação Superior. Para tanto, o foco deve ser, sobretudo, os jovens de baixa renda, que possuem as maiores dificuldades de concluir os ciclos educacionais.

O ensino médio, concebido como educação básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida. Trata-se de uma base para o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte. (FRIGOTTO, 2010, p. 76)

A realidade para milhares de jovens de baixa renda no Brasil é o ingresso precoce no mercado de trabalho e em atividades econômicas que gerem renda para si e para sua família. Para Frigotto (2010, p. 77), torna-se pertinente que se faculte aos jovens a realização de um ensino médio que, ao mesmo tempo em que preserva sua qualidade de educação básica como direito social e subjetivo, possa situá-los mais especificamente em uma área técnica ou tecnológica.

O investimento no ensino técnico profissionalizante deve estar associado às políticas públicas, que assegurem a oportunidade de acesso ao jovem que deseja continuar seus estudos na Educação Superior, através da ampliação de vagas nas universidades públicas e programas como o ProUni. Tal investimento torna-se importante, principalmente, tendo por referência a faixa etária de 15 a 29 anos, que atualmente representa 1/4 da população brasileira, e que concentra milhões de jovens que necessitam de uma nova perspectiva de futuro com inclusão social e melhoria das suas condições de vida.

### 3 OS CAMINHOS DA PESQUISA

#### 3.1 Referência Epistemológica

O objetivo deste estudo foi identificar no universo dos egressos do ProUni de IES situadas na capital de São Paulo, *em que medida o Programa, enquanto uma Política Pública de Acesso à Educação Superior, possibilitou melhores condições de acesso ao mercado de trabalho e melhoria na condição socioeconômica dos seus egressos.*

Para refletirmos sobre a questão proposta neste estudo, optamos pela pesquisa qualitativa e pela análise dos dados refletindo sobre as informações obtidas a partir das respostas dos questionários eletrônicos e das entrevistas com os egressos do ProUni. Nosso intuito foi aprofundarmos algumas questões referentes às trajetórias ocupacionais, ao acesso no mercado de trabalho e a alteração na condição socioeconômica dos egressos. O papel do pesquisador se constitui como:

uma busca sistemática e rigorosa de informações, com a finalidade de descobrir a lógica e a coerência de um conjunto, aparentemente, disperso e desconexo de dados para encontrar uma resposta fundamentada a um problema bem delimitado, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento em uma área ou em problemática específica. (CHIZZOTTI, 2006, p. 19)

Partimos da compreensão de que a pesquisa requer um esforço sistemático de construção de um conhecimento novo, assim como a apropriação das teorias já existentes por parte do pesquisador, no sentido de “não refutar as teorias existentes, mas trazer alguma coisa nova e original a elas para se afirmar no campo do saber e do poder” (CHIZZOTTI, 2006, p. 21).

A pesquisa qualitativa se desenvolve num caminho marcado por reflexões e contradições na construção do conhecimento e na coleta das informações. Partimos da questão central do problema de pesquisa que nos conduziu durante todo o processo de investigação. Para Chizzotti (2006, p. 24), “todo pesquisador adota ou inventa um caminho de explicitação da realidade que investiga, ou da descoberta que realiza, guiado por um modo de conhecer essa realidade e de explorá-la, porque tem ou urde uma concepção do que é a realidade que investiga”. Traçamos um caminho no sentido de conhecer melhor a realidade dos egressos do

ProUni e de identificar de que forma esses egressos se reconhecem como sujeitos que foram beneficiários de uma Política Pública de Educação Superior.

A pesquisa qualitativa não segue um padrão único de abordagem, pois permite uma interação constante com a realidade e suas contradições, além de levar em conta a visão de mundo e os valores do pesquisador. Nessa interação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa, o caminho percorrido não se estabelece através de uma linha reta e constante, pelo contrário, há uma série de obstáculos e contradições ao longo do processo.

A pesquisa segue uma metodologia de trabalho, ou seja, a lógica subjacente ao encadeamento de diligências que o pesquisador segue para descobrir ou comprovar uma verdade, coerente com sua concepção da realidade e sua teoria do conhecimento. (CHIZZOTTI, 2006, p. 27)

Os sujeitos da pesquisa possuem uma vivência do tema que foi pesquisado. A pesquisa qualitativa é um processo de construção e interação entre o pesquisador e os pesquisados. Para Chizzotti (2005, p. 83), “todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam”.

O ProUni é alvo de investigações desde a fase do meu mestrado (COSTA, 2008), e mesmo tendo objetivos distintos, as conclusões tanto da dissertação quanto da tese se somam e confirmam a relevância social do Programa para aqueles que estão matriculados e os que já concluíram a graduação. Segundo Gamboa (2008), o objeto define o caminho a ser trilhado pelo pesquisador e não o contrário. Desta forma, para o autor,

Investigação significa a busca de algo a partir de vestígios. Como a investigação constitui um processo metódico, é importante assinalar que o método ou modo, ou caminho de se chegar ao objeto, o tipo de processo para chegar a ele é dado pelo tipo de objeto e não o contrário, como pode ser entendido quando o caminho ganha destaque, dado o êxito de certos métodos em certos campos, chegando a ser priorizado de tal maneira que o objeto fica descaracterizado (“desnaturalizado”), recortado ou enquadrado nos códigos restritos das metodologias (GAMBOA, 2008, p. 25-26).

Utilizamos num primeiro momento o questionário eletrônico, de forma a possibilitar maior liberdade para o sujeito em suas respostas, visto que os mesmos foram informados do caráter voluntário da participação.

### 3.2 Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram os egressos do ProUni de IES localizadas na capital de São Paulo. Para isso, utilizamos como referência o banco de dados da UNE, contendo os dados dos alunos matriculados no Programa no ano de 2010.

Antes de obtermos o banco de dados através da UNE, fizemos uma solicitação formal ao Ministério da Educação, através da Secretaria de Ensino Superior (SESU), para obtenção dos dados. Realizamos duas audiências com o então Secretário da SESU, Luiz Claudio Costa, e obtivemos a autorização verbal para acesso aos dados. Enviamos um ofício em papel timbrado do Programa de Pós-Graduandos em Educação: Currículo da PUC-SP, assinado pelas Professoras Doutoras do Programa, Isabel Franchi Cappelletti, orientadora dessa pesquisa, e Elisabeth Almeida, coordenadora do Programa de Pós-Graduação.

Após alguns meses de expectativa depois do envio da solicitação, fomos comunicados que o Ministério Público Federal havia publicado uma norma interna, que impedia a disponibilização dos dados pessoais de alunos vinculados aos Programas Federais do MEC. Mesmo assim, foi encaminhado um banco de dados contendo informações dos egressos formados no ano de 2009, num total de 5.285 cadastros, nos quais constavam os seguintes dados: Instituição de Ensino Superior; Curso; Data de encerramento da bolsa; Data de nascimento; Sexo; Cor/Raça; Integrantes do grupo familiar; Renda familiar média. Mesmo com toda a riqueza de dados, não havia como entrar em contato com os egressos, pois o banco de dados não possuía nenhum contato – email, telefone, endereço.

Em função das dificuldades de conseguir os dados com o MEC, foi realizada uma solicitação ao atual presidente da UNE, Daniel Iliescu, que considerou a pesquisa muito relevante e autorizou a cessão do banco de dados oriundo do II Encontro Nacional dos Estudantes do ProUni, realizado em julho de 2011, na cidade de Goiânia.

O II Encontro Nacional teve a participação de mais de 2 mil estudantes de todo o país e contou com a presença de várias autoridades, dentre elas, o então Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, e o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, foi entregue uma carta pela estudante bolsista do ProUni de medicina da Uninove, Vanessa Castilho ao Ministro da Educação (Anexo B).

Como já registrado, participei da direção da UNE, como vice-presidente na gestão 2003-2005. Tal condição permitiu-me estabelecer uma relação próxima com a atual gestão. Além disso, venho, desde 2008, após a defesa da minha dissertação de mestrado, participando de várias mesas de debate nos fóruns da entidade. Na ocasião do II Encontro, fui convidada a ajudar na organização do evento, devido à experiência como ex-dirigente da UNE e principalmente à proximidade com o tema a partir da presente pesquisa.

O banco de dados fornecido pela UNE é nacional e composto pelos seguintes dados: IES; Endereço completo da Instituição; Código de matrícula do bolsista; Nome completo do bolsista, telefone e endereço eletrônico de estudantes matriculados no ProUni em todo o Brasil no ano de 2010. Após realizada triagem e amostra de dados, selecionamos somente os alunos matriculados nas IES localizadas na capital de São Paulo.

Após a obtenção do banco de dados, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da PUC-SP, cadastrando a proposta na página da Plataforma Brasil, e obtivemos a autorização para realização do trabalho. A participação no estudo pelos egressos foi voluntária e tomamos o cuidado de apresentar no início do questionário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como exigência do Comitê de Ética.

### 3.3 Instrumentos de pesquisa

A opção por utilizarmos o questionário eletrônico teve por objetivo identificar, junto aos egressos do ProUni, questões relativas à sua inserção no mercado de trabalho e as alterações na sua condição socioeconômica após a conclusão da graduação.

O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar. (CHIZZOTTI, 2005, p. 55)

Elaboramos o questionário eletrônico, conforme o objetivo destacado no problema gerador desta pesquisa. Com efeito, todo pesquisador necessita, segundo Chizzotti (2005, p. 55), saber “claramente as informações que busca, o objetivo da pesquisa e de cada uma das questões, o que e como pretende medir ou confirmar suas hipóteses”.

O questionário eletrônico conteve 21 questões: dessas, 13 fechadas e 8 abertas (Apêndice 1). Antes de enviar o instrumento de pesquisa, fizemos um pré-teste com 5 egressos do ProUni, que foram selecionados conforme o critério de disponibilidade dos contatos. Obtivemos três respostas, juntamente com algumas sugestões de mudanças e alterações nas questões. Além disso, consultamos também alguns professores e especialistas em educação, o que ajudou muito na definição da versão final do questionário eletrônico.

Após a finalização da estrutura do questionário eletrônico, enviamos ao endereço eletrônico dos egressos um link de acesso. No link, o participante tinha acesso a um texto de apresentação, o qual esclarecia os objetivos da pesquisa e informava que a mesma era direcionada somente àqueles que já tinham concluído o curso de graduação pelo ProUni. Como o banco de dados era de 2010, consideramos que muitos alunos em 2012 já tivessem concluído a graduação. Deixamos o link disponível para a pesquisa entre os dias 26 de março de 2012 e 11 de abril de 2012, resultando em 146 respostas dos egressos.

Ao pesquisador é requerida sensibilidade na análise dos dados, de forma a identificar informações dos sujeitos dentro de uma perspectiva subjetiva, o que demanda interpretação das respostas obtidas. Conforme Dione e Laville (1999, p. 173), isso requer também por parte do pesquisador a “necessidade de uma tradução que assegure a passagem da linguagem abstrata do conceito para a linguagem concreta da observação empírica, a fim de que se saiba o que pesquisar e o que selecionar como informações ao conduzir o estudo”.

Estruturarmos o questionário eletrônico de forma a favorecer o entendimento do sujeito da pesquisa, pois “as informações não existem em estado puro, como frutos que esperam ser colhidos. O próprio pesquisador faz a informação” (DIONE; LAVILLE, 1999, p. 174).

Após análise das respostas dos sujeitos, estabelecemos um conjunto de categorias, tendo como referência a relevância, constância, as convergências e divergências dos temas que surgiram nas respostas. Reunimos, assim, um conjunto de indicadores que “deve permitir mais do que um simples acúmulo de informação, mas conduzir a categorizações de pessoas ou objetos em função da característica do conceito que ele concretiza” (DIONE; LAVILLE, 1999, p. 174).

Identificamos a partir do instrumento utilizado para a coleta dos dados - questionário eletrônico - um conjunto de informações. De acordo com essas informações, destacamos as ideias centrais e a partir delas elencamos um conjunto de categorias empíricas, que nos

permitiu identificar na literatura os conceitos teóricos, ou categorias teóricas, para análise mais aprofundada dos temas.<sup>13</sup> Esse processo consiste na interpretação dos dados e “na etapa do tratamento dos dados, [em que] o pesquisador terá de construir categorias e ele mesmo deverá interpretar as respostas dos sujeitos em função dessas categorias” (DIONE; LAVILLE, 1999, p. 186).

Após análise das respostas obtidas através do questionário eletrônico, optamos por confirmar algumas informações e enviamos um segundo questionário eletrônico para os 146 sujeitos que participaram da primeira abordagem. Desta vez, tivemos um retorno de 33 respostas. Enviamos também um convite para 20 sujeitos convidando-os a participarem de uma entrevista presencial, no intuito de aprofundarmos o tema da trajetória ocupacional. Tivemos a participação voluntária de 6 sujeitos - 5 participantes do sexo masculino e 1 participante do sexo feminino.

Tabela 10 - Perfil dos Egressos participantes das Entrevistas

	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Curso de formação</b>	<b>IES</b>	<b>Ocupação Atual</b>
Entrevistado 1	F	28	Administração de Empresas	Universidade Ibirapuera	Assistente de Compras
Entrevistado 2	M	36	Tecnologia da Informação	Universidade Paulista	Autônomo
Entrevistado 3	M	38	História	Universidade Bandeirante	Professor da Rede Estadual de SP
Entrevistado 4	M	24	Direito	PUC-SP	Advogado
Entrevistado 5	M	29	História	Universidade Santo Amaro	Professor da Rede Estadual de SP
Entrevistado 6	M	23	Administração de Empresas	PUC-SP	Setor Administrativo

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

<sup>13</sup> No Apêndice J apresentamos um modelo do quadro de análise das questões abertas.

## **4 OS EGRESSOS DO PROUNI: PERFIL, FORMAÇÃO, CONDIÇÃO SOCIOECONÔMICA E TRAJETÓRIA OCUPACIONAL**

### **4.1 Análise e interpretação dos resultados**

A análise e interpretação dos dados resultantes desta pesquisa foram divididas em duas etapas. A primeira consiste na análise dos dados obtidos a partir das questões fechadas, que nos permitiram a identificação do perfil dos egressos, tais como: sexo, idade, raça/cor, escolaridade, formação, renda e mercado de trabalho.

Na segunda etapa analisamos o problema e objetivo da pesquisa, a partir do levantamento das ideias centrais contidas nas respostas abertas dos egressos, no que se refere às diferentes perspectivas sobre a qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho, condição socioeconômica, qualidade de vida, atendimento das necessidades básicas, trajetória pessoal, trajetória ocupacional e perspectivas no mercado de trabalho.

Na interpretação dos dados quantitativos e qualitativos, a partir do empírico, utilizamos algumas referências teóricas na apresentação dos resultados, com o intuito de referendar as informações e opiniões apresentadas pelos egressos.

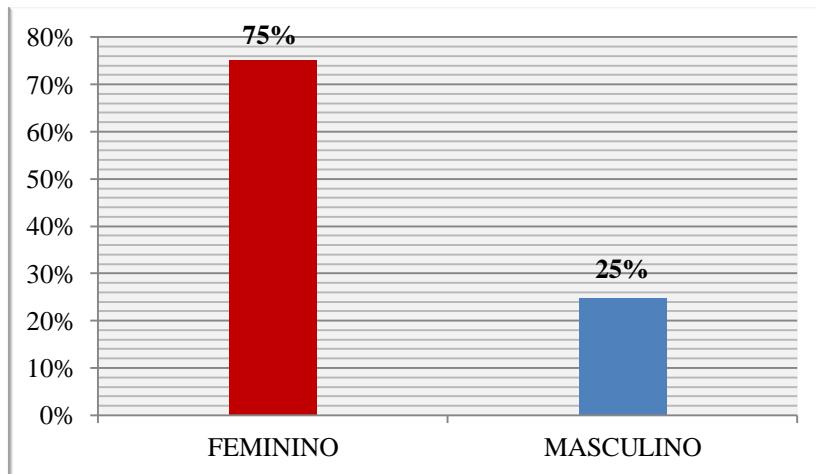
Os dados foram obtidos a partir de três fontes de informações<sup>14</sup>: a) Questionário Eletrônico I (Apêndice G) - 146 respondentes; b) 2º Questionário Eletrônico II (Apêndice H) - 33 respondentes, para a complementação das informações iniciais; c) Entrevistas com 6 egressos (Apêndice I). Os participantes do Questionário II e das entrevistas foram obtidos a partir do universo do Questionário Eletrônico I.

---

<sup>14</sup> Para identificação dos egressos nas respostas abertas, utilizamos as seguintes terminologias: (Egr. 1) - sujeitos do 1º questionário eletrônico; (Egr. 2) - sujeitos do 2º questionário eletrônico; (Entr.) - sujeitos participantes das entrevistas.

#### 4.2 Perfil dos egressos

Entre os respondentes dos questionários observamos, conforme o gráfico 5, uma predominância do sexo feminino, com 75% de participação. O sexo masculino corresponde a 25% dos egressos participantes. A amostra da pesquisa foi baseada em respostas voluntárias, e a participação dos sujeitos foi realizada de acordo com o critério de conclusão do curso de graduação.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

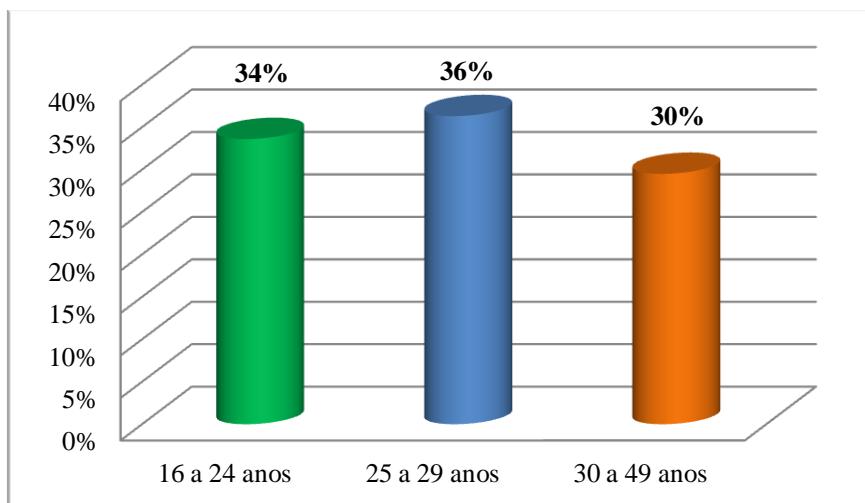
Gráfico 5 - Sexo dos egressos do ProUni.

O resultado segue a tendência nacional da participação das mulheres na Educação Superior, embora no caso dessa pesquisa, seja bem mais acentuada. De acordo com o Censo da Educação Superior (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2010), do total de 6.379.299 matrículas, 57,0% são femininas e, entre os concluintes, sua participação chega a 60,9%.

O papel da mulher atualmente na sociedade brasileira vem se destacando não somente em termos quantitativos na população, mas na conquista de espaços na universidade, no mercado de trabalho, nas representações políticas e no eleitorado.

A mulher jovem, cada vez mais, conquista espaços na sociedade brasileira, em especial, nas universidades. Segundo Romanelli (2010), um dos fatos mais significativos do redimensionamento das universidades é o aumento da participação feminina na clientela dos cursos superiores. Para o autor, “esse aumento deve ser relacionado ao conjunto de transformações ocorridas na sociedade brasileira, que abriram o mercado de trabalho para as mulheres e também às mudanças que revestem as representações sobre o sexo feminino” (p.103).

O acesso à Educação Superior tem sido, em sua grande maioria, realizado pelo público jovem. De acordo com o gráfico 6, a idade dos egressos do ProUni está equilibrada nas três faixas etárias apresentadas nesta pesquisa. De 16 a 24 anos, temos 36% dos respondentes; na faixa etária de 25 a 29 anos, temos o percentual de 34%; e na faixa etária de 30 a 49 anos, temos 30% dos egressos.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 6 - Faixa etária dos egressos do ProUni.

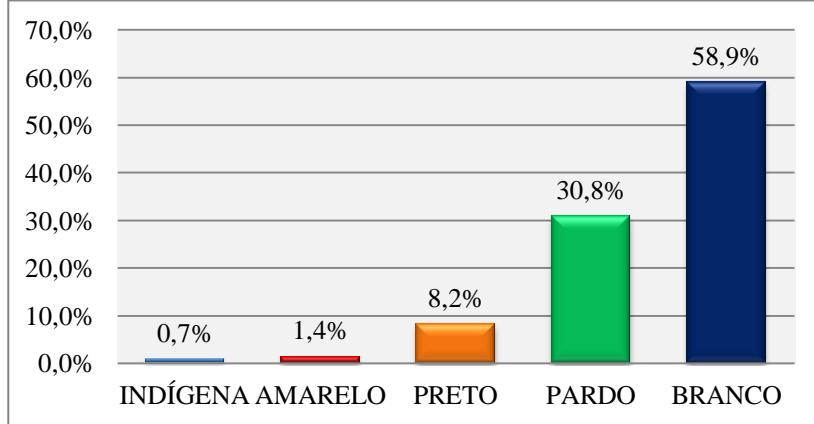
Na pesquisa de mestrado (COSTA, 2008), identificamos que, dentre os sujeitos matriculados em 2008, 60,1% estavam na faixa etária de 18 a 24 anos e 17% na faixa de 25 a 30 anos.

O ProUni se constitui como uma política pública destinada a atender uma parcela da população brasileira excluída da Educação Superior, e que atinge majoritariamente a juventude. Temos que considerar que, em relação aos egressos do Programa, é previsível um equilíbrio maior entre as faixas etárias apresentadas, em decorrência desses sujeitos já terem concluído a graduação.

Além do público jovem, vale destacar que o ProUni também atende àqueles que tiveram o sonho adiado, e possuem uma chance de cursar a graduação, como registrado na carta do 1º Encontro Municipal dos Estudantes do ProUni de São Paulo.

Muitos de nós, com idade já mais avançada, havíamos perdido a expectativa de concluir uma graduação e agora voltamos aos bancos escolares retomando este antigo sonho. (1º ENCONTRO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DO PROUNI DE SÃO PAULO, 2007)

De acordo com o gráfico 7, do total de egressos, 58,9% se autodeclaram brancos. Entre os pretos e pardos, temos um contingente de 39%.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 7 - Raça e cor dos egressos do ProUni.

No Brasil, a população negra e parda representa 50,7% do total, conforme dados do Censo 2010 do IBGE. Mesmo sendo esses grupos a maioria da população no país, as desigualdades ainda persistem, em especial, no acesso à educação.

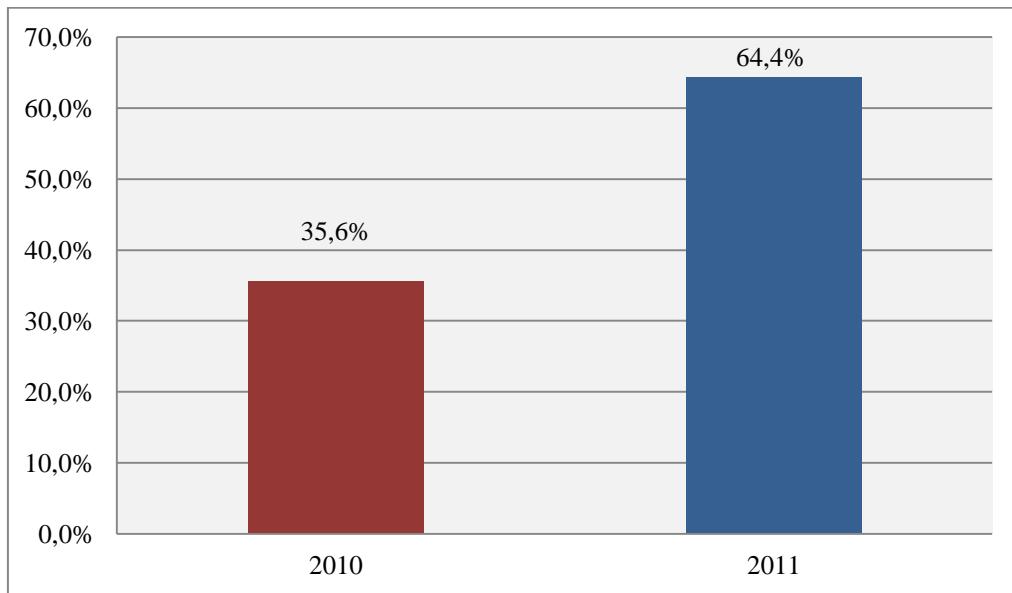
Conforme os resultados apresentados nesta pesquisa, o ProUni ainda atende, em sua maioria, os jovens brancos. Vale o registro de que as respostas foram obtidas a partir da autodeclaração dos egressos. Nesse caso, os aspectos subjetivos podem ter influenciado nas respostas, no que se refere ao sujeito se autodeclarar como preto, pardo, branco, indígena ou amarelo.

Mesmo com as recentes políticas afirmativas, as oportunidades de acesso à Educação Superior ainda excluem uma parcela da juventude negra. No caso específico do ProUni, o artigo 7º da Lei 11.096/2005 prevê um percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao Ensino Superior para portadores de deficiência ou autodeclarados indígenas e negros.

A persistência da desigualdade racial no sistema educacional brasileiro se apresenta como um limitador de acesso e de oportunidades sociais para a juventude negra, ao mesmo tempo em que restringe a construção de uma sociedade mais equânime e democrática. (SILVA; SILVA; ROSA, 2007, p. 263)

#### 4.3 Escolaridade e formação dos egressos

Observamos que o ano de conclusão da graduação dos egressos está concentrado entre 2010 (35,6%) e 2011 (64,4%), conforme gráfico 8.

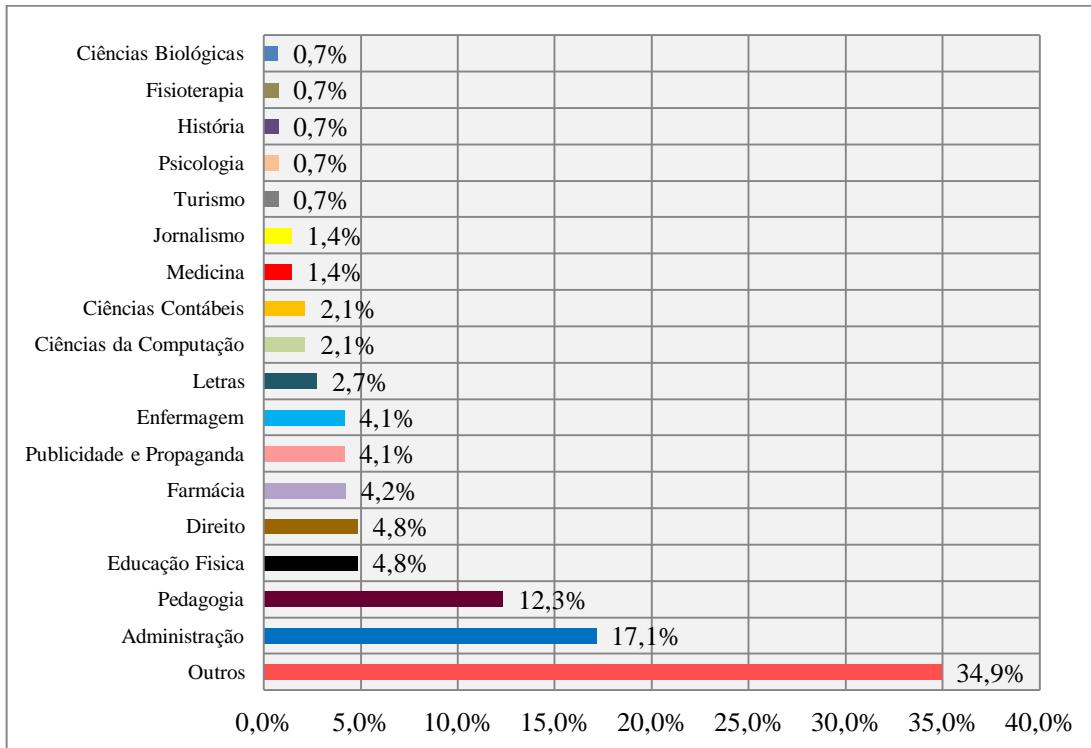


Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 8 - Ano de conclusão da graduação dos egressos do ProUni.

O ProUni formou 174.500 estudantes até o ano de 2011 em todo o Brasil, conforme dados do Ministério da Educação. Se compararmos a quantidade de concluintes no Programa com o número de alunos concluintes na educação superior em 2010, que chegou a marca de 973.839, segundo o Censo da Educação Superior (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2010), teremos um percentual de 17,9% de bolsistas do ProUni.

Os cursos de conclusão dos egressos são identificados no gráfico 9. Nele, pode-se observar a predominância dos cursos de administração (17,1%), pedagogia (12,3%), direito (4,8%) e educação física (4,8%). Além disso, também aparecem com destaque os cursos de farmácia (4,2%), enfermagem (4,1%) e publicidade (4,1%). Os outros cursos (34,9%) citados na pesquisa são: logística, gestão de recursos humanos, gestão financeira, engenharia, gestão, análise e desenvolvimento de sistemas/banco de dados/tecnologia da informação (TI), nutrição, marketing, ciências econômicas, estética e radiologia.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 9 - Curso de graduação dos egressos do ProUni.

O critério de disponibilidade de vagas no ProUni é calculado de acordo com o número de alunos matriculados pagantes em cada IES, conforme previsto no art. 5º. da Lei nº 11.096/05, segundo o qual é oferecida “[...] 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior”.

Atualmente o curso de administração representa o maior número de matrículas no Brasil,<sup>15</sup> em especial, nas IES privadas. Nesse sentido, é previsto que dentre as vagas oferecidas pelo ProUni, a maior parte se concentre nos cursos com maior número de matrículas.

Conforme dados do MEC, o curso de administração teve o maior número de formados pelo ProUni desde sua criação. Do total de 174.500 egressos do Programa, 23.429 estudaram

<sup>15</sup> Administração é o curso com maior número de estudantes no país, Agência Brasil, 11 nov. 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-11-11/administracao-e-curso-com-maior-numero-de-estudantes-no-pais>>. Acesso em: 07 set. 2012.

administração, o que representa 17% do número total de concluintes. Os demais cursos que mais possuem concluintes pelo Programa são: pedagogia com 13.856 (8%), direito com 11.263 (6,5%), enfermagem com 7.737 (4,4%), ciências contábeis com 7.454 (4,2%), educação física com 5.822 (3,3%), gestão de recursos humanos com 4.589 (2,6%), fisioterapia com 3.785 (2,1%), ciências biológicas com 3.355 (1,9%) e farmácia com 2.876 (1,6%).<sup>16</sup>

#### 4.4 Escolaridade e profissão dos pais e mães dos egressos do ProUni

Os egressos do ProUni, em sua maioria, são os primeiros universitários da família. Se considerarmos o grau de escolaridades dos pais e mães dos egressos, identificamos que o acesso à educação para famílias de baixa renda ainda é limitado no Brasil.

Gonzalez (2007) estabelece que as diferenças na renda familiar influenciam profundamente nas condições de escolarização e na incorporação de papéis no mundo do trabalho e na família, criando assim nas novas gerações diferenças quanto às perspectivas profissionais futuras. (p.116)

Há mudanças na escolaridade dos jovens em comparação com a de seus pais. Em nossa pesquisa de mestrado (COSTA, 2008), identificamos que, dentre os bolsistas pesquisados, somente 6,3% possuíam pais com graduação, já entre os não-bolsistas, esse índice representava 67%.

Os dados desta pesquisa confirmam a tendência de elevação do nível de escolaridade de uma geração para outra. Os egressos são filhos de famílias de baixa renda, e essa condição socioeconômica pode ter sido uma das causas que dificultaram o acesso, permanência e continuidade das mães e pais no sistema escolar. Em geral, devido à necessidade de trabalho para o sustento da família.

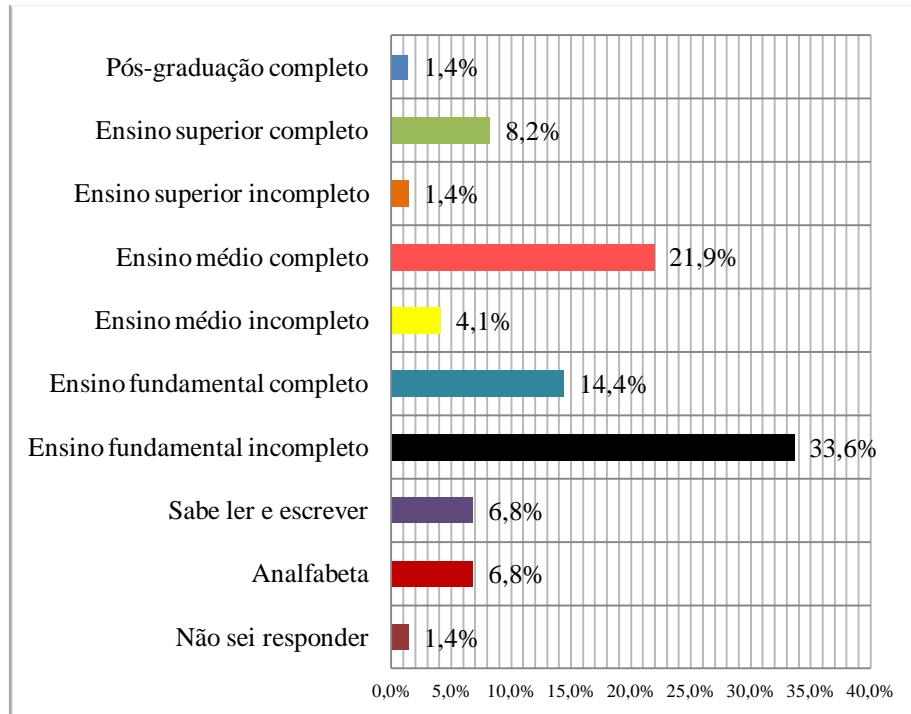
A relação da família com a escola é mediada por determinantes macroestruturais, fruto das pressões que o processo de modernização do país impõe ao sistema educacional e ao mercado de trabalho, e também por fatores de cunho microestrutural, associados à organização da unidade doméstica e ao significado por ela atribuído à escolarização dos filhos. (ROMANELLI, 2010, p. 101)

---

<sup>16</sup> Administração é curso com maior número de formados pelo ProUni. G1, São Paulo, 21 jul. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/07/administracao-e-curso-com-maior-numero-de-formados-pelo-ProUni.html>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

Nesse contexto temos o processo do envolvimento da família, em especial dos pais e mães que não tiveram a oportunidade de concluir os ciclos educacionais e que, tendo como referência as próprias dificuldades, incentivam o estudo de seus filhos e estimulam a obtenção de um diploma superior.

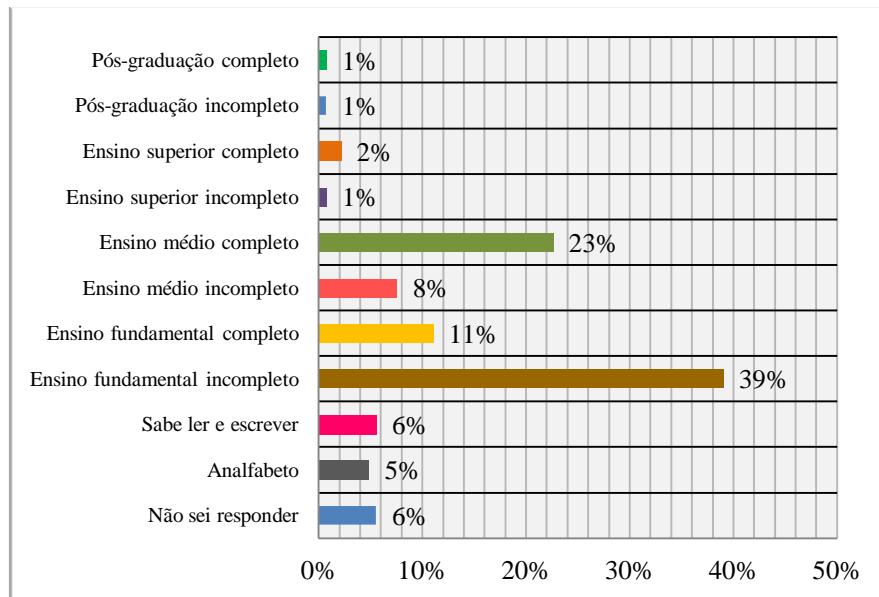
Em relação às mães dos egressos, identificamos uma baixa escolaridade, conforme gráfico 10. Até o nível do ensino médio completo, temos o percentual de 81%; em relação às analfabetas, temos um índice de 7% e somente 8,2% do total possuem ensino superior.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 10 - Grau de escolaridade da mãe dos egressos do ProUni.

Em relação à escolaridade dos pais dos egressos, conforme o gráfico 11, identificamos que: até o nível do ensino médio completo temos o percentual de 92%, o índice de analfabetos dos pais é de 5% e somente 2% possuem ensino superior completo.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 11 - Grau de escolaridade do pai dos egressos do ProUni.

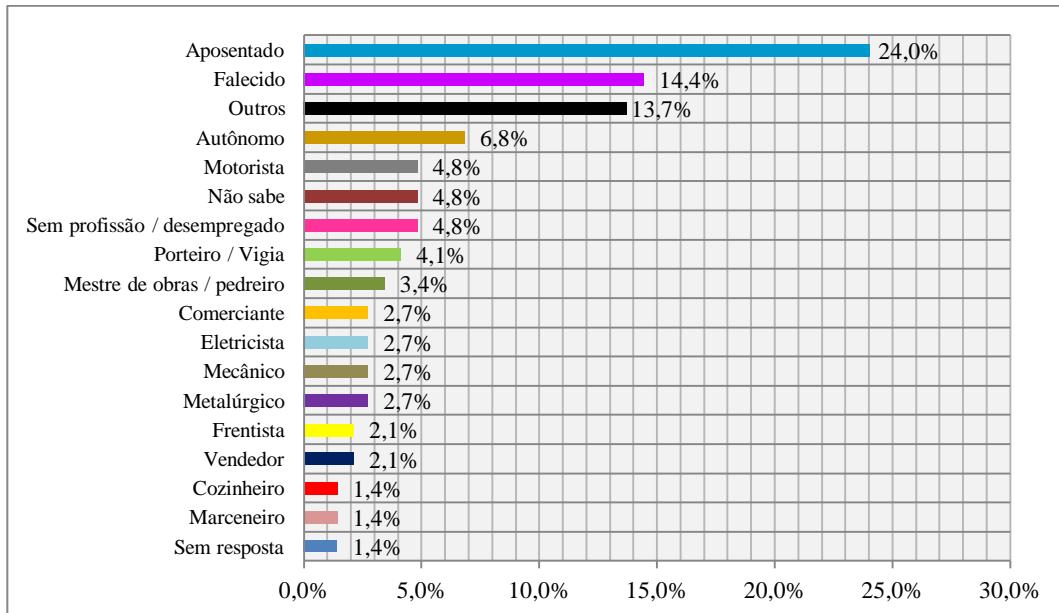
Se compararmos a escolaridade dos pais com a escolaridade das mães, percebemos uma pequena diferença em relação ao nível da graduação. O percentual de mães com graduação é de 8,2%. No caso dos pais, somente 2% atingiram esse nível educacional.

Em relação aos analfabetos, tanto os pais (5%), quanto as mães (6,8%) dos egressos, não percebemos grandes diferenças. No entanto, cabe uma reflexão sobre a realidade no Brasil, ainda marcada pelo alto índice de analfabetismo na população, que atualmente atinge a marca de 10%.

A persistência de altas taxas de analfabetismo e de baixa escolaridade na população de jovens e adultos constitui um problema educacional a ser ainda enfrentado no Brasil. Apesar dos esforços que vêm sendo despendidos pelo governo brasileiro, observa-se que as proporções de analfabetos se mantêm praticamente estáveis ao longo dos últimos anos – cerca de 10% da população, o que significa contingente de aproximadamente 14 milhões de pessoas. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010, p. 163)

Se considerarmos o nível de escolaridade dos pais e mães dos egressos do ProUni, conforme já apresentado, com um quadro de suas respectivas profissões, conforme os próximos gráficos, temos um conjunto de atividades que exigem baixa escolaridade e qualificação, condizente com a realidade educacional dos pais e das mães.

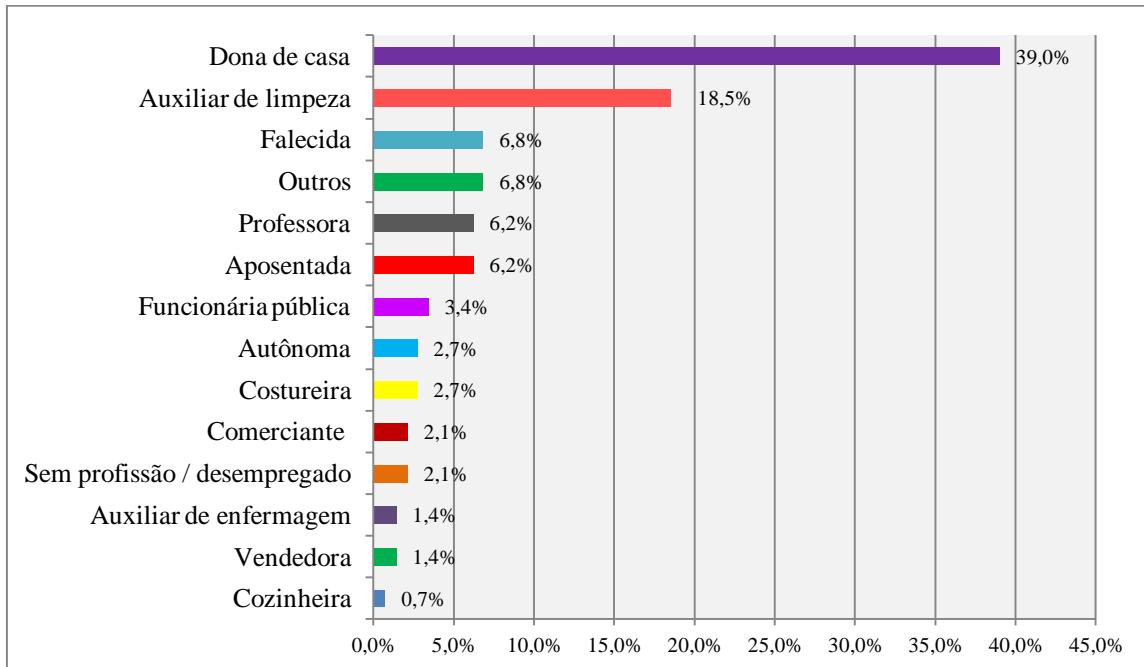
Em relação à profissão do pai, temos um conjunto de profissões que se concentram nas seguintes atividades: aposentado (24%); autônomo (6,8%); motorista (4,8%), sem profissão/desempregado (4,8%); porteiro/vigia (4,1), conforme gráfico 12.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 12 – Profissão do Pai dos egressos do ProUni.

Em relação à profissão das mães, as atividades se concentram em: do lar/dona de casa (39%); seguidas por auxiliar de limpeza (18,5%); aposentada (6,2%); professora (6,2%) e funcionária pública (3,4%), conforme gráfico 13.

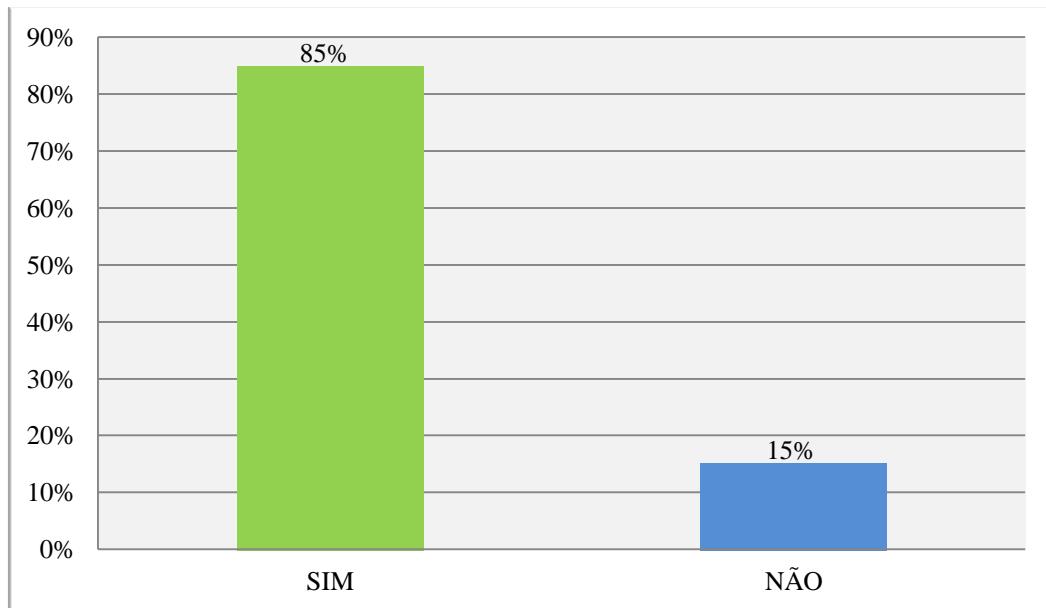


Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 13 – Profissão da Mãe dos egressos do ProUni.

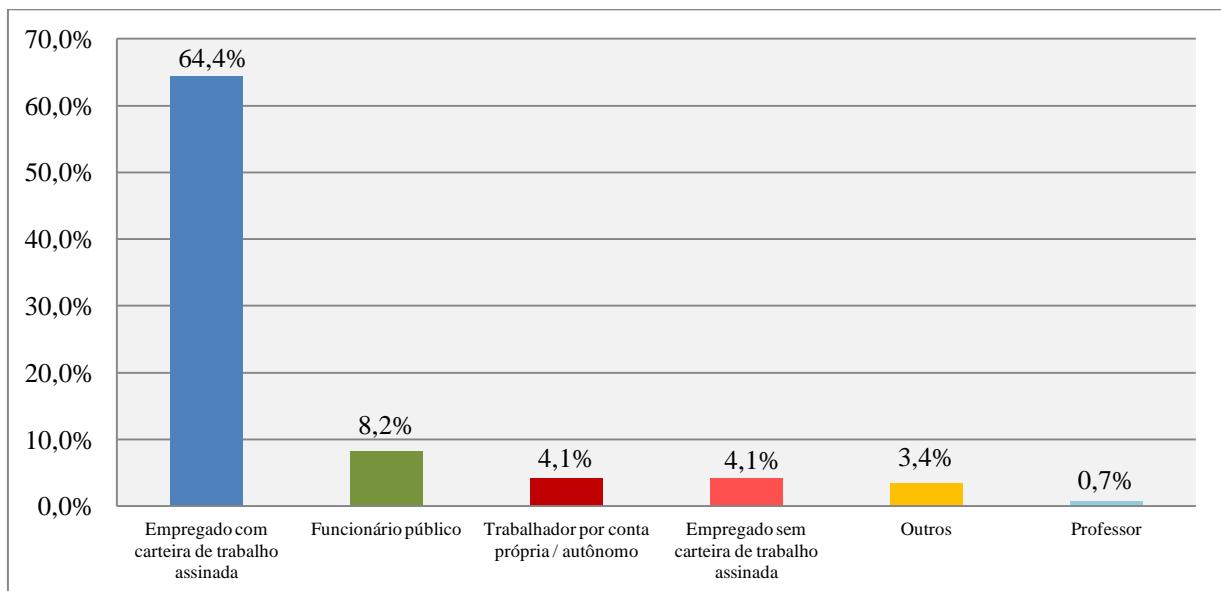
#### 4.5 Renda e mercado de trabalho dos egressos

Utilizamos como referência as categorias de ramo de atividade da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. Do total de egressos participantes da pesquisa, 85% estavam empregados e 15% fora do mercado de trabalho. Entre os empregados, 64% possuíam carteira de trabalho assinada, 8% eram funcionários públicos, 4% trabalhadores por conta própria/autônomos, 4% empregados sem carteira de trabalho assinada e 12% em outros ramos de atividade, conforme gráficos 14-A e 14-B.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 14A – Está trabalhando atualmente?

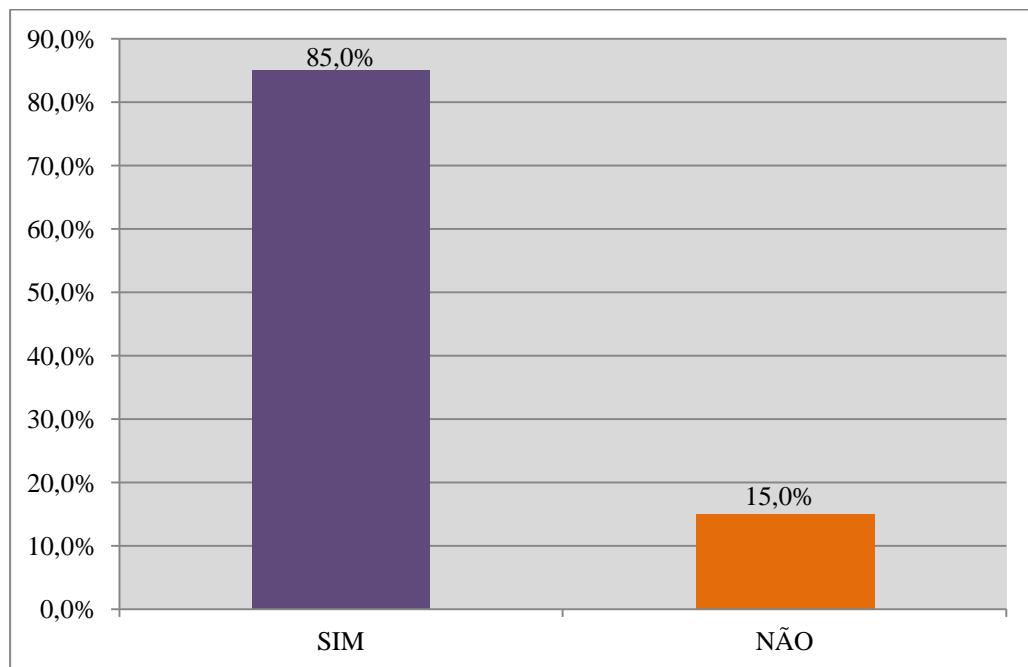


Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 14B – Se sim, em qual ramo de atividade?

É relevante o dado de 85% dos egressos estarem empregados e, desses, 64,4% com carteira de trabalho assinada. Conforme abordamos no primeiro capítulo, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (2012), a taxa ou nível de ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) em fevereiro de 2012 foi de 53,6%. Nesse sentido, o índice sobre esse tópico obtido por esta pesquisa se revela superior ao do contexto nacional.

Tais números também se mostram reveladores se os compararmos com as condições de acesso ao mercado de trabalho antes do início da graduação: 85% dos egressos já trabalhavam e 15% estavam fora do mercado de trabalho. Tal condição demonstra que os sujeitos se mantiveram em atividade após o início da graduação pelo ProUni, conforme gráfico 15.

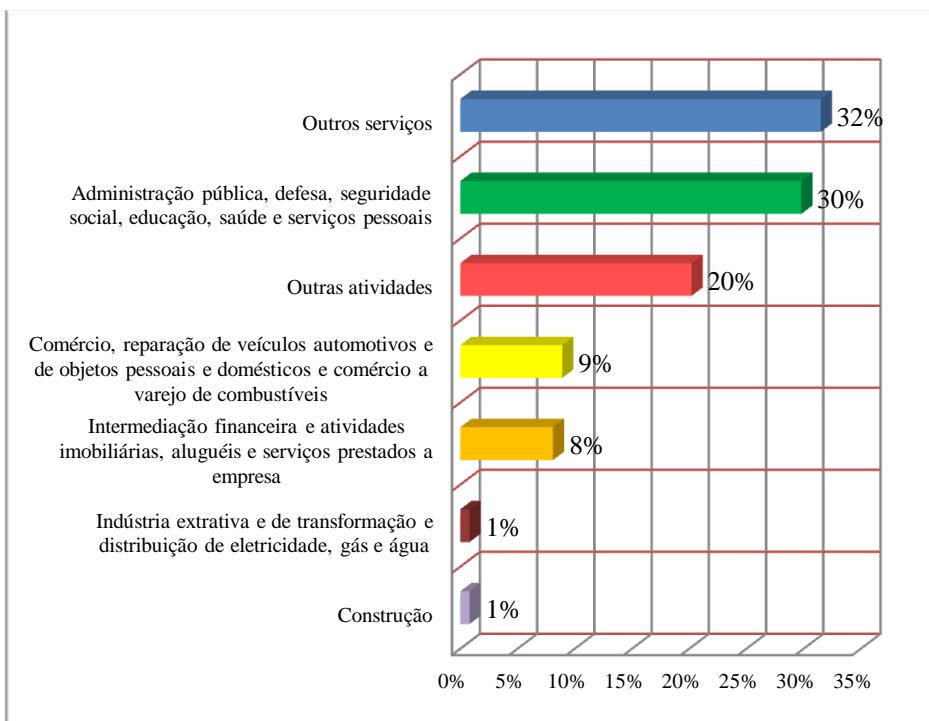


Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 15 - Você trabalhava antes de iniciar a graduação pelo ProUni?

No gráfico 16, também utilizamos como referência as categorias de ocupação previstas na Pesquisa Mensal de Emprego. Do total de trabalhadores egressos do ProUni: 30% estão em

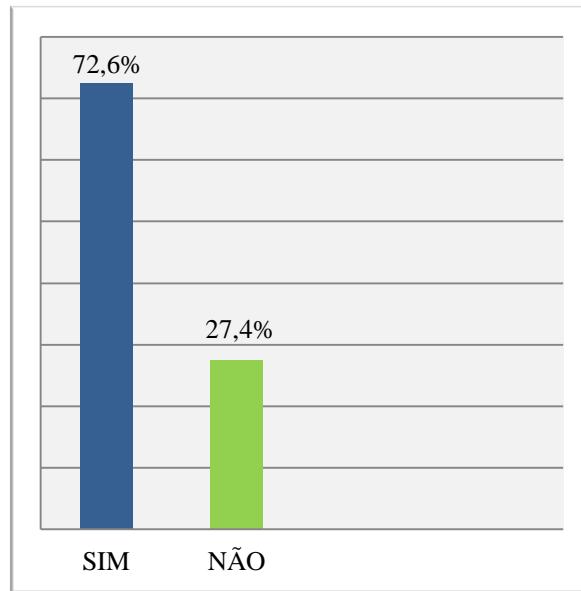
funções de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços pessoais; 9% em funções de comércio, reparação de veículos automotores, de objetos pessoais e domésticos, além de comércio a varejo de combustíveis; 8% em funções de intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresa; 32% em outros serviços e 20% em outras atividades.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 16 - Ocupação no mercado de trabalho dos egressos do ProUni.

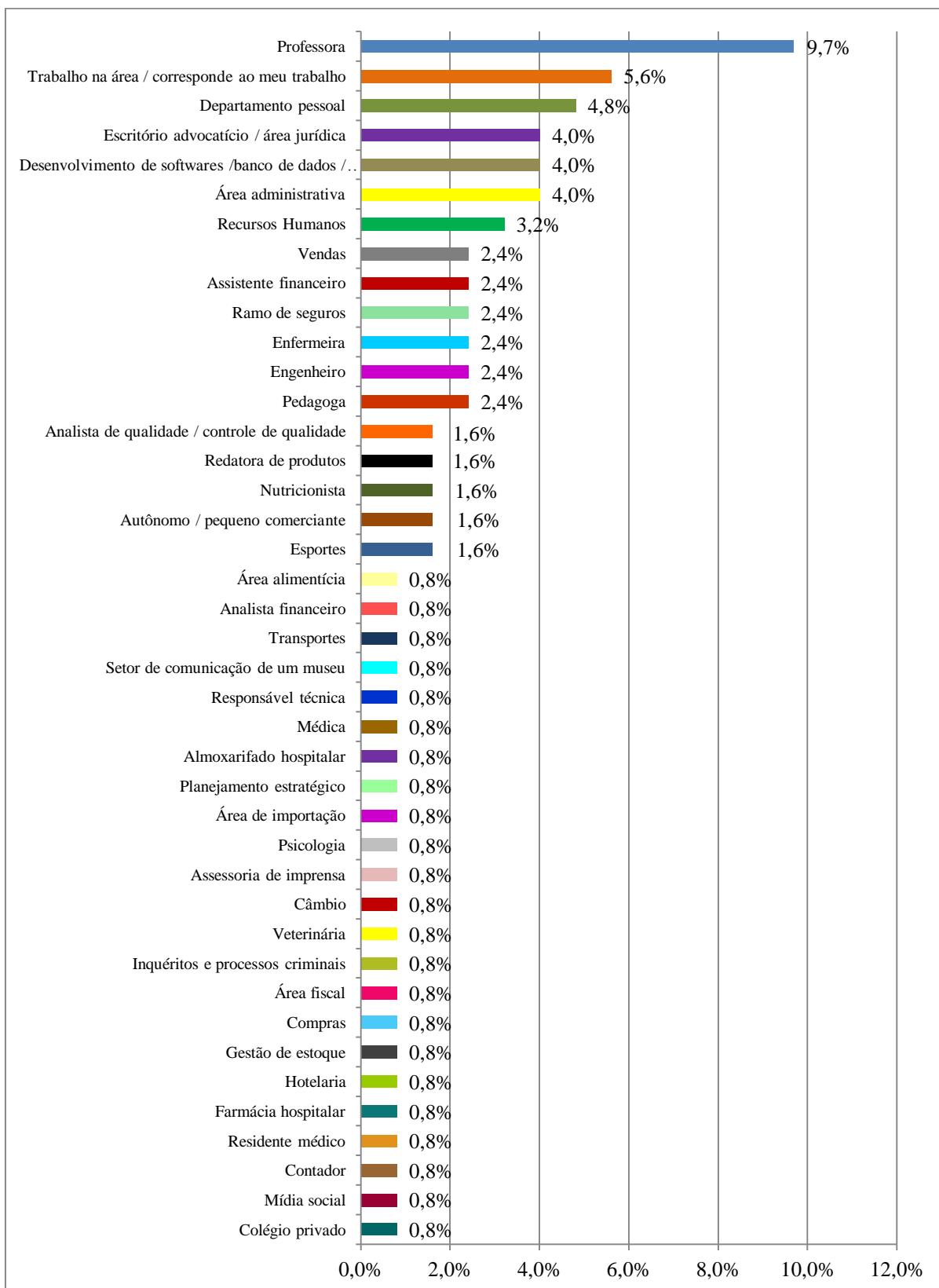
Identificamos que 72,6% dos sujeitos da pesquisa estão trabalhando na sua área de formação acadêmica, conforme gráfico 17 a seguir.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 17 - Seu trabalho corresponde à sua área de formação acadêmica?

Do trabalho exercido atualmente pelos egressos relacionados com a área de formação, temos como destaque a função docente (9,7%), seguida por outras áreas: departamento de pessoal (4,8%); administrativa (4%); tecnologia da informação (4%); jurídica (4%); entre outros, conforme gráfico 18, a seguir.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 18 - Ocupação dos egressos correspondente a sua área de formação acadêmica.

O público-alvo do ProUni são estudantes egressos da rede pública de ensino e professores da rede pública de ensino básico que não possuem curso superior. O fato de a função docente aparecer com destaque entre as ocupações dos egressos pode estar relacionado ao fato do Programa atender a uma parcela de professores do ensino básico. O curso de pedagogia aparece em segundo lugar entre os cursados pelos egressos do ProUni, com 12,3%, conforme demonstrado anteriormente no gráfico 8.

O tema da formação de professores surge com destaque no último período. Percebe-se um investimento maior do poder público na formação dos docentes, em especial dos profissionais da educação básica. A LDB desde 1996 já prevê em seu art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996)

O novo PNE também prevê uma série de propostas direcionadas à formação continuada dos profissionais em educação. De acordo com a meta 15, a Lei n. 8035/2010 deverá:

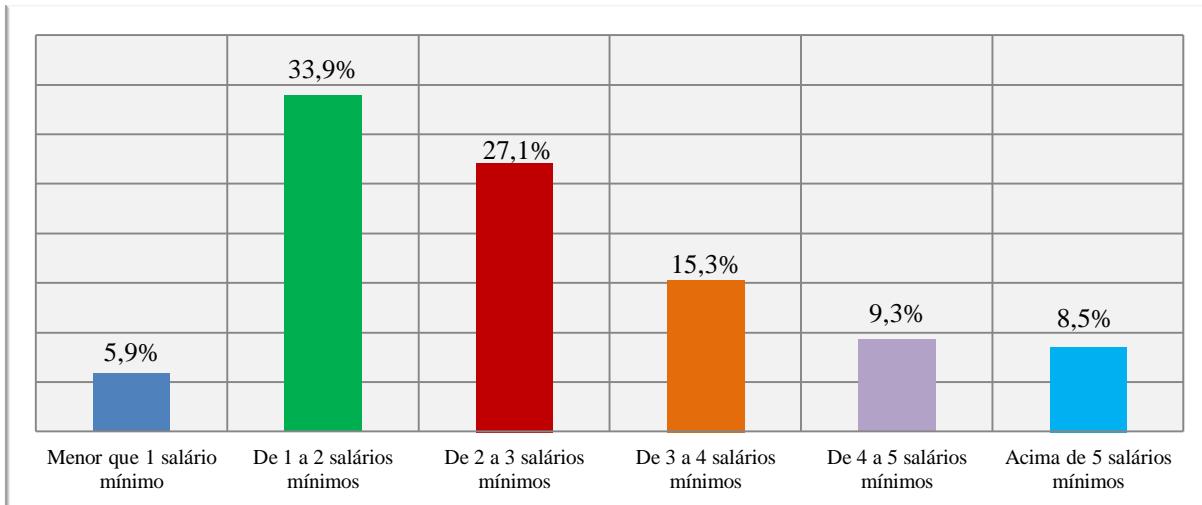
Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, a política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Ao pensarmos na melhoria da qualidade da educação, torna-se necessária a adoção de políticas públicas que invistam na formação continuada dos professores e no plano de carreira desses profissionais.

Em relação à renda: 33,9% dos trabalhadores egressos do ProUni possuem renda mensal individual de 1 a 2 salários mínimos<sup>17</sup>; 27,1% possuem renda mensal de 2 a 3 salários mínimos e 15,3% de 3 a 4 salários mínimos, de acordo com o gráfico 19 a seguir.

---

<sup>17</sup> Utilizamos como referência o piso do salário mínimo nacional em vigor no ano de 2012, no valor de R\$ 622,00.

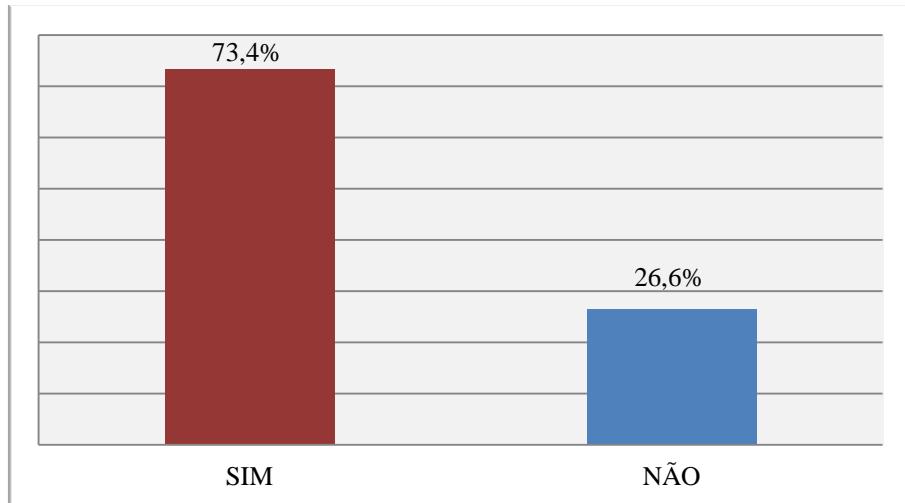


Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 19 - Renda mensal individual dos egressos do ProUni.

Segundo dados do IBGE de 2008 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTASTÍSTICA, 2012), dos 5,9 milhões de estudantes de graduação no país naquela ocasião, cerca de 31,4% têm renda entre 1 e 5 salários mínimos. Se levarmos em conta o conjunto da população brasileira, segundo os dados de 2010, 62,9% possuem renda *per capita* de 1/2 a 5 salários mínimos. Os egressos do ProUni se constituem como uma parcela da contingente da população brasileira inserida nessa faixa de renda.

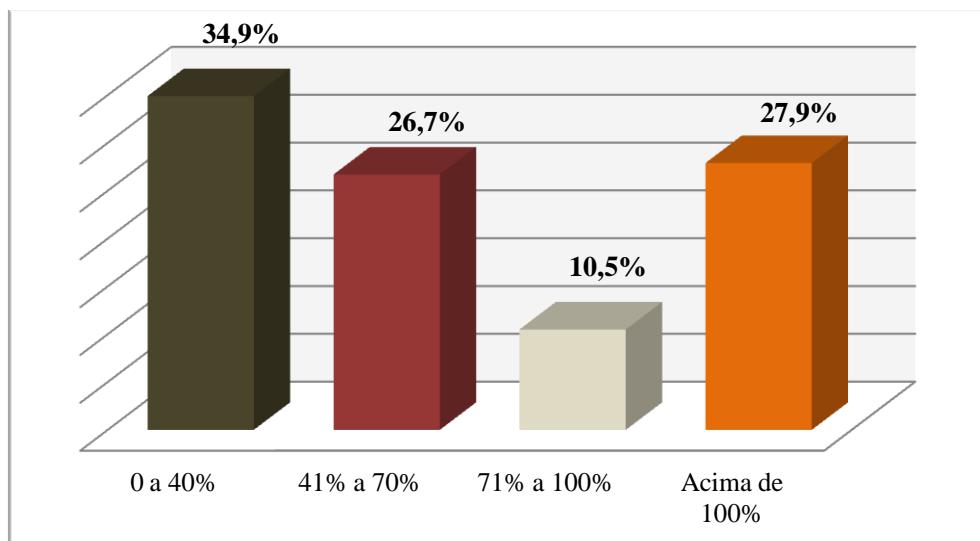
De acordo com os participantes desta pesquisa, após a conclusão da graduação, 73,4% elevaram sua renda e 26,6% mantiveram ou reduziram sua renda, conforme gráfico 20.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 20 - Ter cursado uma graduação pelo ProUni contribuiu para a elevação da sua renda?

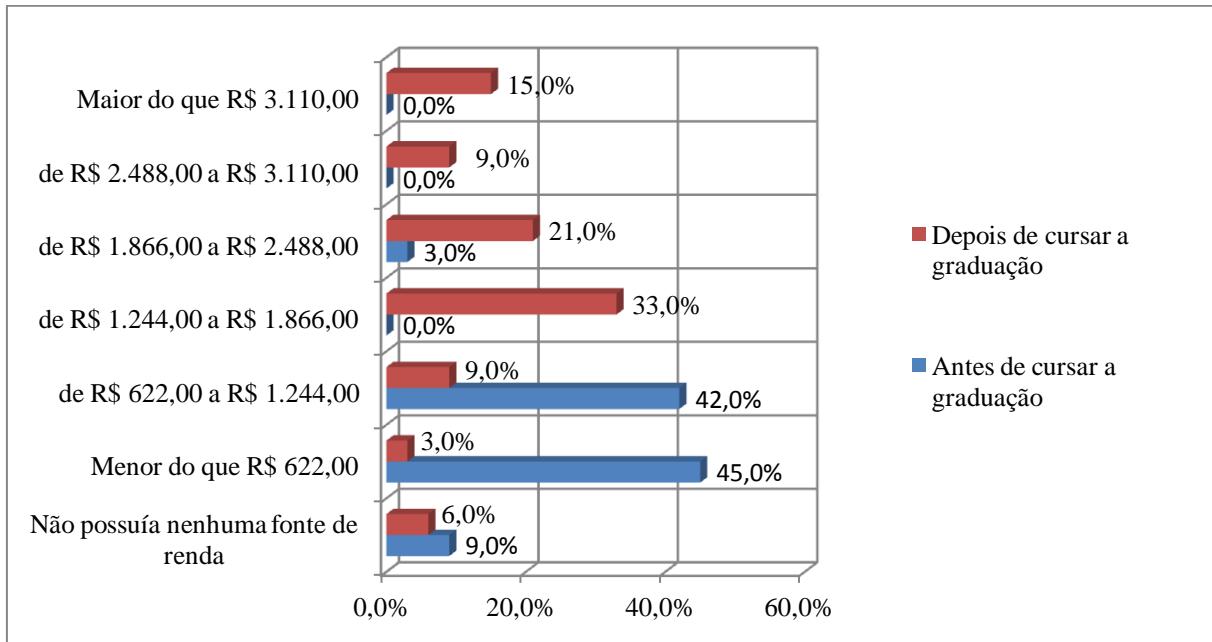
Destacamos no gráfico 21 que, dos egressos que elevaram sua renda entre 71% e mais de 100%, temos um universo total de 38,4% dos participantes.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 21 - Percentual de elevação da renda após a conclusão do curso de graduação dos egressos do ProUni.

Ao compararmos a renda dos egressos antes e depois de cursarem a graduação, temos uma elevação de renda em todas as faixas. Destacamos as de 2 a 3 salários mínimos, que salta de 0% para 33%, e de 3 a 4 salários mínimos, que salta de 3% para 21%, conforme gráfico 22.



Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2012.

Gráfico 22 - Renda Mensal individual dos egressos do ProUni antes e depois de cursar a graduação.

Mesmo que, para a maioria dos egressos a renda tenha se ampliado, identificamos também que, para 26,6% dos participantes da pesquisa, houve uma redução dessa renda após a conclusão da graduação. Tal diminuição correspondeu, para a maioria deles (78,8%), em torno de 10% de redução.

#### 4.6 Os egressos do ProUni e as diferentes perspectivas sobre a qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho

A análise a seguir refere-se às ideias centrais contidas nas questões abertas dos questionários eletrônicos e das entrevistas. Apresentamos os principais temas que surgiram como resultado da pesquisa, tendo por referência o posicionamento dos egressos do ProUni. São eles: qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho, mudanças na condição socioeconômica e trajetória ocupacional.

##### 4.6.1 Qualificação/formação profissional e acesso ao mercado de trabalho

A ampliação do conhecimento e a continuidade dos estudos (pós-graduação, especialização e outros cursos) foram apontados como importantes e necessários para 99% dos egressos.

O acesso ao conhecimento representa para os egressos uma perspectiva de desenvolvimento humano, assim como a possibilidade de crescimento profissional.

*Busco maior qualidade de vida e conforto para mim e minha família. Espero aproveitar muito bem as ofertas oferecidas pela vida. No atual cenário da nossa economia existem diversas possibilidades de crescimento profissional e humano, o conhecimento é a base para uma carreira promissora, para isso temos a necessidade de constante aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos. (Egr.1/145)*

No contexto da qualificação profissional temos diferentes perspectivas encontradas pelos egressos do ProUni, dentre elas: a formação profissional, a qualificação para o mercado de trabalho e a evolução na carreira profissional. Para Pochmann, (2007) a qualificação e formação profissional tendem a constituir, no caso dos jovens, um fator adicional na determinação geral do potencial de ingresso no mercado de trabalho. (p. 55)

*Acho fundamental continuar os estudos. Atualmente vivemos numa fase que quanto maior o grau de instrução, melhor o profissional estará qualificado e apto para o mercado de trabalho. E acredito que o término da graduação não signifique parar de estudar, e sim abranger ainda mais os conhecimentos dentro da sua área profissional. (Egr.1/2)*

*Porque quero crescer cada vez mais na minha carreira profissional, quanto mais conhecimento tiver será melhor para minha colocação no mercado de trabalho. (Egr.1/19)*

*Porque o mercado de trabalho está cada dia mais competitivo e exigente, se não nos atualizarmos constantemente dificilmente obteremos sucesso profissional. (Egr.1/113)*

Branco (2005), ao analisar a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, realizada pelo Instituto Cidadania em 2005, constatou que, para 65% dos jovens, o âmbito educacional-cultural se constitui como assunto de maior interesse. Soma-se a esse interesse a relevância dada à educação, como aquela referida ao emprego/atividades profissionais, uma vez que uma das motivações ou razões mais importantes para se estudar está relacionada à obtenção futura de uma boa inserção ocupacional no sistema econômico. (p. 140)

Segundo Corrochano (2007), no cenário de busca pelo emprego, algumas credenciais ganham importância, entre as quais a escolaridade, experiência profissional, certificação e acesso à informação. (p. 54) A possibilidade da continuidade dos estudos é apresentada pelos egressos numa perspectiva do prazer e da satisfação pessoal em estudar, além da contribuição para o seu desenvolvimento e crescimento pessoal.

*Além de serem importantíssimos os estudos devido à relação de necessidade, tenho a necessidade de sempre estar aprendendo algo de novo, contudo gosto muito da vivência acadêmica onde também leciono na parte docente. (Egr.1/10)*

*Porque eu sempre gostei de estudar, e cada vez mais vou buscar novos conhecimentos, para atingir as necessidades do mercado de trabalho. Pretendo fazer o bacharelado, pós-graduação e especializações. (Egr.1/23)*

*A graduação surpreendeu todas as minhas expectativas e estou trabalhando com o prof. que orientou meu trabalho de curso em um projeto de pesquisa como bolsista DTI-C. Trabalhando com pesquisa, tenho todo incentivo e motivação para continuar os estudos e pretendo começar o mestrado no próximo ano. (Egr.1/94)*

Cursar uma graduação significou ampliar os horizontes para 91,9% dos egressos em relação ao desenvolvimento das suas funções na atual ocupação no mercado de trabalho.

Para os egressos, a graduação possibilitou articular o conhecimento adquirido na área de formação com a prática profissional, contribuindo assim para facilitar o desenvolvimento das funções no trabalho.

*Sim. Ela me deu uma ótima base para poder aprender as atividades na prática, pois a formação acadêmica fornece os conhecimentos teóricos, já na empresa você adquire o conhecimento técnico. (Egr.1/9)*

*Sim. Totalmente, sem minha formação não teria o conhecimento necessário para o desenvolvimento das atividades do dia-a-dia, como confecção de relatórios da área de controladoria e controle de pagamento de royalties. (Egr.1/17)*

*Sim. Pois tive a oportunidade de estudar em uma ótima Universidade, ser aprovada em concurso público e tenho mais facilidade para desenvolver meu trabalho, que abrange diversas áreas do Direito. (Egr.1/31)*

Dentre os motivos daqueles que responderam que a graduação não facilitou o desenvolvimento no trabalho (8,1%), temos como destaque dois fatores: a formação recebida na universidade não foi suficiente e o atual trabalho do egresso não corresponde à área de formação.

*Não. Na universidade tive pouco contato com essa área. Fui me especializar melhor nos estágios curriculares, fora da universidade em que cursei. (Egr.1/82)*

*Não. Pois trabalho numa área totalmente diferente da formação acadêmica, mas tenho fé que conseguirei uma vaga na minha área. (Egr.1/128)*

A oportunidade de cursar uma graduação contribuiu para que 78,2% dos egressos pudessem ter um emprego com mais qualidade.

Ao considerarmos os aspectos positivos sobre o que representa para os egressos um emprego com qualidade, surge com destaque: melhorias salariais, acesso aos direitos trabalhistas, estabilidade no emprego, evolução na carreira e a satisfação profissional.

*Sim. Hoje sou funcionária pública, tenho estabilidade, ganho um salário maior do que ganhava antes. Já é possível fazer planos para o futuro, pois tenho certa base financeira (não muito grande, mas mesmo assim já é melhor do que antes). (Egr.1/ 99)*

*Sim. Emprego com carteira assinada, salário digno, benefícios e reconhecimento de seu trabalho. (Egr.1/17)*

*Sim. No meu caso ter uma profissão foi fundamental, não só pela qualidade do que eu faço, mas pela gratificação pessoal. Quando as pessoas me perguntam em que você trabalha? Sou professora! Isso, esse orgulho de ser alguma coisa é que faz com que meu trabalho seja de qualidade, faz com que eu queira aprender cada vez mais e queira saber todas as respostas e pesquise mais e mais sobre a melhor maneira de trabalhar o desenvolvimento da criança. Tenho 38 anos e talvez, para um jovem, a satisfação não seja tamanha, mas, eu quero ser cada vez melhor e em consequência desse desejo o meu trabalho sempre terá mais qualidade. (Egr.1/21)*

O trabalho com qualidade também é percebido pelos egressos numa perspectiva de realização pessoal e satisfação. Consideram importante se sentirem motivados para fazerem o que gostam e estimulados a encararem novos desafios.

*Sim. Um emprego com mais qualidade é aquele que você tem prazer em exercer, sempre motivado e aberto para novos desafios, mesmo que o salário não seja alto, mas você se sente feliz e realizado. É o que gostamos de fazer! (Egr.1/23)*

O trabalho (subjetivamente) atraente passa a ser aquele capaz de produzir não a mera satisfação (ética) pelo dever cumprido, mas a almejada gratificação (estética) pelo desempenho de atividades interessantes e refinadas. (BAUMAN *apud* GUIMARÃES, 2005, p.156)

Para os egressos que afirmaram que a graduação não contribuiu para a obtenção de um emprego com mais qualidade (21,8%), temos como justificativa o fato de que as empresas estão exigindo, além da graduação, uma experiência maior na área e o domínio de um idioma, no caso específico, o inglês.

*Não. Porque o que as empresas querem hoje é uma pessoa que possua experiência na área e não somente uma com graduação.* (Egr.1/28)

*Não. Apesar do curso ter proporcionado bastante conhecimento na área, o mercado de trabalho ainda está restrito para pessoas com inglês fluente.* (Egr.1/67)

Em alguns casos, dependendo da área de formação, o egresso precisa fazer algumas concessões para adequar a área de formação com o cargo pretendido na empresa, ou mesmo com a área que melhor se identifica.

*Não. Acredito que um curso de graduação ajude a conquistar um emprego, mas eu tive que rebaixar meu cargo para poder trabalhar na minha área atual. Sem contar que não são todos os lugares que aceitam o tecnólogo. Existe ainda um pré- conceito sobre esse tipo de curso.* (Egr.1/66)

*Não. O ProUni foi essencial para minha formação, acredito que sem o programa eu me formaria, mas com muita dificuldade financeira. Mas em relação a encontrar um trabalho que me proporcione mais qualidade de vida, foi questão de buscar uma chance de trabalho na área em que eu me identifiquei.* (Egr.1/126)

Ao comparar a condição de vida antes, durante e depois do ProUni, 91% dos egressos consideram que o Programa contribuiu para alterar sua condição no mercado de trabalho.

Dentre as mudanças apresentadas pelos egressos, surge com destaque a oportunidade do acesso à Educação Superior, a obtenção de uma profissão e a evolução na carreira.

*Antes não tinha uma profissão definida, e nem condições financeiras para fazer um curso superior, já que para mim, que passei ao longo dos meus 37 anos por cerca de 10 escolas até concluir o ensino médio, seria missão impossível, por exemplo, passar no vestibular de uma universidade federal ou estadual, [...], e o Enem foi fácil para mim, bastou-me uma tentativa e tive a oportunidade de ter uma profissão com bolsa integral. Trabalhei em várias áreas operacionais, continuei como copeira até a conclusão do curso porque era de seg. a sex. e usava o meu VR para o lanche da faculdade. Como estagiária, o meu salário que já era pouco cairia pela metade. Hoje,*

*como pedagoga, tenho muito mais facilidade em encontrar emprego e minha renda dobrou depois que eu me formei, graças ao ProUni. (Egr.2/10)*

*Ao concluir minha graduação através do ProUni, fui promovido de Técnico Químico para Analista da Qualidade Jr. (Egr.2/17)*

*Atualmente sou bolsista de pesquisa CNPq e trabalho como autônomo (freelancer) na área de atuação relacionada à minha graduação. Sem o ProUni, não teria condições de cursar ensino superior e não teria as oportunidades e perspectiva de crescimento profissional que tenho hoje. (Egr.2/22)*

#### 4.6.2 Condição socioeconômica, qualidade de vida e atendimento das necessidades básicas

Os egressos identificam e reconhecem que a oportunidade de cursar uma graduação contribuiu de forma destacada tanto na oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, como também na alteração de sua condição socioeconômica. Dentre as mudanças ocorridas na vida dos egressos após concluírem uma graduação, temos a elevação da renda e a mobilidade social.

*Sim. No Estado de São Paulo, no qual resido, a concorrência no meu ramo de atividade é muito acirrada, todavia, por anteriormente eu me encontrar nas camadas mais baixas da população, ou seja, classe e/f, atualmente, houve, de fato, uma mobilidade social, proporcionando a elevação para outra classe, c. De fato, há ainda algumas necessidades que carecem ajustes, mas houve uma grande transformação. (Egr.1/39)*

*Eu acredito que a principal mudança na minha vida foi, além do conhecimento, a condição financeira, que com certeza sem formação a chance de encontrar um trabalho com um salário melhor, seria menor. (Egr.1/126)*

A ampliação do acesso à Educação Superior de qualidade pode interferir na trajetória profissional e, consequentemente, na melhoria da condição socioeconômica dos egressos. Para Pastore (1979), melhorar de vida, para a grande maioria dos indivíduos, depende de mudar de *status* e subir na estrutura social. Além disso, melhorar a vida, mais precisamente, depende de mudar de *status* ocupacional. (p. 05). As mudanças nas perspectivas dos egressos não estão associadas somente aos aspectos socioeconômicos, mas também na ampliação das suas perspectivas de crescimento pessoal e profissional.

O acesso à Educação Superior representa para os sujeitos da pesquisa a ampliação dos conhecimentos e uma compreensão maior do seu papel político e social.

*As mudanças atingem todos os níveis de minha vida, principalmente cultural, econômico, mas também de acesso a outros mecanismos facilitadores da vida em sociedade, tais como - engajamento político e social. Mas, mais que mudanças financeiras, o aumento no nível intelectual é o maior e melhor benefício que recebi depois de ter concluído a graduação pelo ProUni. (Egr.1/39)*

O direito à educação é parte do reconhecimento da importância do saber para o indivíduo, e da aquisição de uma consciência social para interferir nas transformações do seu meio social. Cury (2002) afirma que o acesso à educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções. Além disso, para o autor, o direito à educação é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave de crescente estima de si. (p.261)

A elevação da autoestima surge com destaque nas respostas dos egressos numa perspectiva de se sentirem mais confiantes para estabelecerem projetos profissionais e se posicionarem melhor no mercado de trabalho.

*Me trouxe mais autoestima, confio mais em mim e no que sou capaz. Além disso, as pessoas, não apenas do mercado de trabalho, mas, em geral, te olham de outra forma. (Egr.1/60)*

*A autoestima, pois na minha infância havia traçado uma meta de chegar na idade onde me encontro hoje com um conhecimento adquirido em uma faculdade. Hoje vejo que essa meta a longo prazo se concretizou. Na verdade, foi mais um de meus sonhos que consegui realizar, graças a Deus em primeiro lugar e em segundo lugar ao ProUni, que vem dando muitas oportunidades a jovens iguais a mim, que não tiveram condições de entrar em faculdades públicas, por questão do cotidiano, entrar em faculdade boas que oferecem bons cursos, nos preparando assim para o mercado de trabalho que cada vez mais tem sido tão concorrido, onde só os que realmente estão preparados alcançarão altos lugares. (Egr.1/69)*

Se por um lado, a graduação representa uma ampliação das perspectivas profissionais e pessoais, por outro lado, os salários atuais não atendem as necessidades básicas para 62,1% dos egressos.

De acordo com as justificativas dos egressos, o custo de vida em São Paulo é muito elevado e os salários não condizem com as demandas relacionadas às necessidades básicas, que incluem o acesso a planos de saúde, moradia, transporte, lazer, educação, cultura, entre outros.

*Não. Porque hoje em dia o custo de vida está muito elevado, com excesso de impostos que ocasionam o aumento de produtos usufruídos no dia-a-dia, como convênio médico, alimentação, moradia etc., impossibilitando ter uma tranquilidade no final do mês, ou permitir ter um acesso a uma cultura maior, ou possibilitar fazer cursos de aperfeiçoamento. (Egr.1/9)*

*Não. Porque na verdade a faixa salarial paga em nosso país deixa a desejar, e todas essas necessidades deveriam ser passadas independente do que eu ganho, pois pagamos altíssimos*

*impostos, que deveriam ser empregados em todos os itens básicos citados. Mas com o meu trabalho atual consigo ter um bom plano de saúde e odontológico, lazer, sim, consigo até de vez em quando acesso. Educação, só mesmo pagando, pois, como já concluí com bolsa pelo ProUni, não consigo outra para novos estudos e novas descobertas. Tenho que me preparar um pouco mais, até que eu consiga outra vaga em uma empresa onde possa ganhar melhor salário, o que até mesmo nessa, possa ter meu trabalho reconhecido e uma alavancada na função. E em relação à cultura, sempre que posso acompanho as agendas de Centros Culturais espalhados pela cidade. Hoje São Paulo tem muita coisa boa de ver, e o melhor, a maioria grátis. Só não se informa quem não quer independente de um emprego, mas, claro, que precisamos dele até mesmo para pagar uma condução e outras coisas mais.* (Egr.1/70)

*Não. Porque o salário que ganho atualmente não possibilita que algumas necessidades sejam atendidas, tais como convênio médico entre outras coisas.* (Egr.1/81)

No cenário de recuperação do emprego atualmente no Brasil, os egressos do ProUni têm a oportunidade de acesso ao emprego formal e aos bens de consumo. Nesse novo contexto se ampliam as demandas, em especial, no acesso a saúde, educação, transporte e moradia. Os salários nem sempre são suficientes para suprir tais demandas.

No entanto, para 37,9% dos egressos, os salários são compatíveis com a atual demanda de acesso às necessidades básicas. Dentre as respostas, temos por destaque o aumento salarial, a evolução na carreira e o crescimento profissional, além de perspectivas de melhoria da remuneração atual.

*Sim. Recebo muito mais do que um dia imaginei conseguir alcançar.* (Egr.1/14)

*Sim, pois o ProUni abriu as portas da universidade, e isso me deu oportunidade de estágio, sendo que fui efetivada e hoje tenho condições de atender minhas necessidades básicas.* (Egr.1/43)

*Sim, mas pode melhorar. Acredito que quando estiver trabalhando como farmacêutica o meu salário melhore.* (Egr.1/58)

*Sim. Consigo manter o mesmo padrão de vida que tinha antes de cursar a graduação e começar a trabalhar na área com a vantagem que atualmente tenho melhores perspectivas de crescimento profissional graças à graduação e às pessoas que conheci durante o curso.* (Egr.1/94)

#### 4.6.3 Trajetória ocupacional, oportunidades e perspectivas no mercado de trabalho

Os egressos do ProUni são jovens que ultrapassaram uma série de barreiras em suas trajetórias ocupacionais e de vida. Partem de uma condição de exclusão do sistema educacional superior brasileiro e têm a oportunidade de cursar uma graduação. Tal condição gera uma série de expectativas para esses egressos.

A trajetória ocupacional e educacional dos jovens é marcada por dificuldades e obstáculos no que se refere à transição escola-trabalho, nem sempre realizada nessa mesma ordem e de forma sequencial.

*Como comecei a trabalhar muito cedo, isso teve um impacto muito negativo na minha vida de estudante. Tive que parar de estudar por várias vezes. Inclusive a primeira série eu tive que parar de estudar, foi na terceira série do ensino fundamental, ensino básico. Depois de lá pra cá eu só fui começar e ter uma vida mais regular depois da 7º série do ensino fundamental. (Entr. 3)*

A necessidade de ajudar na renda familiar surge com destaque nos relatos, além de outros fatores que interferem e contribuem para o início precoce das trajetórias ocupacionais dos egressos.

*Com 12, 13 anos eu já estava trabalhando em algum lugar pra ter um pouquinho de renda pra ajudar em casa. Então passei desde as oficinas de bairro, como serralheria, oficina mecânica, funilaria, e depois com 15 anos eu já estava no mercado de trabalho já registrado como Office boy numa empresa que trabalhei e saí de lá como assistente administrativo com 17 anos. (Entr. 3)*

*Trabalho desde cedo. Trabalhei com meu pai, ele tinha um mercadinho de subsistência. Trabalho com ele desde meus 10 anos, e ai quando fiz 16 anos de idade em que poderia trabalhar fora, fui trabalhar com telemarketing. (Entr. 4)*

*Eu voltei pra SP com 15 anos pra morar com minha mãe, numa situação com muitas dificuldades financeiras, e no fundo da casa da minha tia, em um cômodo. Ali comecei a fazer meus primeiros bicos. Não era uma inserção no mercado de trabalho, mas eram alguns bicos aqui outros ali, trabalhava fazendo panfletagem na Estrada do Campo Limpo. Emprego formal foi um pouco mais tarde. (Entr. 5)*

As dificuldades enfrentadas pelos egressos podem provocar consequências e implicações nessas trajetórias, e podem ser, em alguns casos, irreversíveis. Segundo Pochmann (2007), dependendo de como o jovem ingressa no mercado de trabalho, podem ser abertas ou fechadas as portas de acesso que definirão sua trajetória. (p.54)

Segundo Corrochano (2011), ao analisarmos o contexto da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, permite-se construir um consenso: a juventude de nosso país é uma juventude trabalhadora. No entanto, boa parte dos jovens está em busca de trabalho ou trabalha de maneira precária. (p.47)

Na pesquisa também identificamos situações em que o egresso iniciou sua trajetória ocupacional um pouco mais tarde, após o início da graduação conforme o relato a seguir.

*Considerando toda a minha trajetória, na prática eu comecei quando eu estava para fazer 19 para 20 anos. Estava no 3º ano da Universidade, fazendo a faculdade de administração. No 3º ano eu consegui um estágio. Foi meu primeiro trabalho, eu nunca tinha tido assim experiência*

*profissional em caráter oficial. Antes eu tinha feito algumas outras coisas, mas nada remunerado.*  
(Entr. 6)

Ao ingressar no mercado de trabalho, os egressos desenvolveram suas atividades e ocupações em diversas áreas, dentre elas: recepcionista, assistente administrativo, autônomo, entre outros.

*Na verdade com 16 anos trabalhei de recepcionista, depois trabalhei como assistente administrativa, e na época que eu comecei a fazer faculdade estava trabalhando como assistente administrativa. Sai da empresa em que trabalhava e fui para uma empresa do grupo Bradesco, onde estou até hoje.* (Entr. 1)

*Antes de me formar, consegui uma vaga na área, mas como analista de suporte. Passei oito meses e saí. Fiquei seis meses parado. Também trabalho com eventos, e sou fotógrafo também.* (Entr. 2)

*À partir do curso eu já comecei a trabalhar como autônomo, mas não mais como ajudante na construção civil, mas eu passei a trabalhar por conta na área de elétrica, fazendo instalação residencial e predial.* (Entr. 3)

Identificamos também nas respostas do questionário eletrônico II, outras atividades desenvolvidas pelos egressos antes de cursarem a graduação. São elas: assistente administrativo, promotora de vendas, comércio, auxiliar administrativo, técnico de informática, operadora de telemarketing, auxiliar de escritório, copeira, estagiário, aprendiz, técnico químico, secretária, auxiliar financeiro, área administrativa, ajudante geral, guarda mirim, atendente de cantina, assistente, fiscal do Procon, operadora de caixa em supermercado, administração de imóveis e escriturária.

Os egressos encaram a trajetória ocupacional como uma jornada, e em alguns momentos, atribuem a si mesmos a responsabilidade pelo êxito. Surge com destaque o esforço em manter-se sempre atualizado, através de cursos de capacitação, certificação e idiomas, como mecanismo de melhorar a colocação no mercado de trabalho.

*Eu destacaria primeiro a vontade. Esse é o meu diferencial. Sou um cara perspicaz, e é isso que ajuda muito. Por exemplo, eu não tenho inglês, e para entrar no Pinheiro Neto e até mesmo no BMA, tinha que ter um inglês afiadíssimo, teria que falar como eu falo a minha primeira língua, sem dúvida. E eu consegui porque tinha outros cursos, outras qualidades que me destacavam mais do que o inglês, e que me daria possibilidades de seguir a carreira de qualquer forma assim como os outros. Isso já faz uma grande diferença. E eu sempre fiz muitos cursos, então eu era muito interessado. Se tivesse um Congresso de Direito Tributário ou Criminal, quando eu trabalhava em Criminal, eu ia assistir o Congresso. Além disso, ia estudar cursos fora da faculdade.* (Entr. 4)

Num contexto em que as tecnologias e os saberes estão em constantes mudanças e atualizações, o conhecimento é colocado como principal elo entre o indivíduo e uma boa colocação no mercado de trabalho, tendo por objetivo, dentre vários motivos, a melhoria da sua condição socioeconômica.

*O ProUni serve como verdadeiro elevador social, porque quando você tem o acesso à universidade, tanto no ponto de vista pessoal, como do profissional, e automaticamente, financeiramente ele vai te dar estabilidade. Então eu só tenho análise positiva, não só para mim, assim como todos meus colegas que fizeram o ProUni, que passaram pelo ProUni. (Entr. 3)*

*Antes não tinha uma profissão definida, e nem condições financeiras para fazer um curso superior, já que para mim, que passei ao longo dos meus 37 anos por cerca de 10 escolas até concluir o ensino médio, seria missão impossível, por exemplo, passar no vestibular de uma universidade federal ou estadual, [...], e o Enem foi fácil para mim, bastou-me uma tentativa e tive a oportunidade de ter uma profissão com bolsa integral. Trabalhei em várias áreas operacionais, continuei como copeira até a conclusão do curso porque era de seg. a sex. e usava o meu VR para o lanche da faculdade. Como estagiária, o meu salário que já era pouco cairia pela metade. Hoje, como pedagoga, tenho muito mais facilidade em encontrar emprego e minha renda dobrou depois que eu me formei, graças ao ProUni. (Egr.2/10)*

Os egressos reconhecem as desigualdades sociais no Brasil e as barreiras que enfrentam para que elas sejam eliminadas. No entanto, sabem quais são *as regras* e não ignoram que o acesso à Educação Superior e à obtenção de um diploma seja muito importante em suas vidas.

*Quando estou no programa e saio para me dedicar a minha militância política, primeiro a minha formação me ajuda muito a desenvolver a minha universidade, lutar contra os contratemplos, a falta de recursos às vezes para tirar uma xerox pra um trabalho acadêmico. E lutar contra esses contratemplos, através da minha consciência política me ajudou a superar isso com mais facilidade, sem contar que tive mais facilidade do aprendizado, porque boa parte eu já tinha adquirido dentro de uma formação política, e então isso também contribuiu para essa minha trajetória. Mas sem dúvida, sem o programa eu não teria tido esse trampolim, talvez eu tivesse me desenvolvido no escritório, coisa que provavelmente nem traria minha felicidade. (Entr. 5)*

O acesso à Educação Superior e ao mercado de trabalho para os egressos significa ampliar suas expectativas em relação ao futuro profissional. Em todos os relatos abaixo, identificamos uma vontade de crescer profissionalmente e de expandir as possibilidades, tanto profissionais, quanto pessoais.

*A primeira coisa que desejo é trocar de trabalho, pegar uma experiência nessa área em que estou, que é de compras. Durante a faculdade, acabei não procurando outro emprego, permaneci nesse que eu estou. Então agora é pegar experiência nessa área de compras ou em qualquer outra área em que eu possa agregar conhecimentos. (Entr. 1)*

*Agora eu vou fazer umas pesquisas sobre especialização, ou mesmo uma pós-graduação. To procurando isso. Eu to fazendo a pesquisa, mas to procurando certificações.* (Entr. 2)

*Como eu sou professor do ensino fundamental e médio, a minha intenção é chegar a ser professor universitário. Então preciso ter mais acesso, que está difícil ainda, queria fazer uma pós, um mestrado.* (Entr. 3)

*A minha perspectiva profissional está mudando muito. Trabalhei na área pública e não me identifiquei. Trabalhei na área privada como advogado, e acho que me destaco melhor, tenho mais o perfil executivo. Penso em que daqui até os meus trinta anos montar escritório nesse ramo. Não que seja uma empresa, mas ter algo meu. Pretendo ir agora para o Canadá, e isso é profissional porque eu vou estudar inglês e francês. É para o meu currículo, é meu investimento, um grande investimento inclusive.* (Entr. 4)

*Tenho vontade de sair daqui, e de dar aula em uma universidade. Manter o cargo no Estado, até para uma futura aposentadoria, manter a estabilidade, mas conseguir dar aula em uma instituição universitária.* (Entr. 5)

*A minha segunda graduação agora de filosofia e meu atual trabalho é produto direto dessa política afirmativa do ProUni que me colocou me ajudou a ter isso que tenho hoje: poder contribuir com orçamento da família, poder fazer uma segunda graduação, ter um trabalho que eu sempre quis ter.* (Entr. 6)

A implementação de políticas públicas como o ProUni torna-se cada vez mais relevante no sentido de garantir que a juventude não fique invisível às ações do poder público, e de assegurar que mais jovens possam ter acesso à Educação Superior, assim como à inserção no mercado de trabalho, não só através da disponibilidade de vagas, mas também de emprego com qualidade, permitindo à juventude novas perspectivas para si e também para sua família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar se o ProUni, enquanto Política Pública de Acesso à Educação Superior, possibilitou melhores condições de inserção no mercado de trabalho, assim como melhorias na condição socioeconômica dos seus egressos.

Nossa expectativa inicial foi demonstrar a relevância social da implementação de políticas públicas de acesso à Educação Superior, de modo a contribuir para a redução das desigualdades, possibilitando nova perspectiva socioeconômica aos jovens de baixa renda em nosso país, e excluídos da universidade.

Percorremos um longo caminho marcado por reflexões, ajustes e desenvolvimentos na pesquisa, que nos possibilitou explorar e aprofundar aspectos dos limites e possibilidades que o ProUni proporcionou aos egressos em relação ao acesso ao mercado de trabalho, mudanças nas condições de vida e trajetória ocupacional.

A universidade cumpre uma função destacada na produção do conhecimento e desenvolvimento de pesquisas no Brasil, e deve ser considerada como uma questão nacional. A ampliação do acesso à Educação Superior é cada vez mais necessária, e essa agenda precisa se tornar prioridade como política de Estado.

O acesso à educação em todos os níveis, como um direito social, torna-se cada vez mais fator estratégico de desenvolvimento de uma nação como o Brasil, no que se refere, não somente aos aspectos econômicos, mas também, aos aspectos de elevação da escolaridade, de desenvolvimento cultural, de ampliação das oportunidades e do acesso equânime ao conhecimento pela juventude brasileira.

O Estado deve responder às demandas sociais apresentadas pela sociedade através da implementação de políticas sociais de caráter público em áreas importantes para o conjunto da população, tais como: educação, saúde, transporte, moradia, entre outros.

O ProUni surge num contexto de atender emergencialmente uma demanda reprimida de acesso à Educação Superior. Em se tratando de uma política pública conjuntural, é permeada por uma série de contradições, num contexto de expansão da Educação Superior a partir da lógica do setor privado da educação, em detrimento de maior investimento do setor público, em especial à partir da década de 1990, conforme já apresentado.

No caso específico da Educação Superior, a iniciativa do poder público com a implementação do ProUni, surge numa perspectiva de responder de forma imediata à pressão social de acesso, em especial, do público jovem. No entanto, cabe uma reflexão sobre o *prazo de validade* de um política como o ProUni: mesmo considerando sua relevância social, o poder público deve estabelecer mecanismos que possam inverter a lógica do caráter privado da Educação Superior atualmente no Brasil, e garantir a expansão da universidade pública.

Soma-se à expansão de vagas na universidade outro fator relevante, que diz respeito à necessidade de maior investimento na qualidade do ensino público em todos os níveis educacionais, de forma a permitir que a juventude tenha a mesma condição de acesso à Educação Superior.

Ao considerarmos o contexto desta pesquisa desenvolvida com os egressos e a expectativa inicial de identificar se o acesso ao ProUni possibilitou melhores condições de inserção no mercado de trabalho e melhorias na condição socioeconômica, temos um resultado positivo. O acesso aos níveis educacionais, desde a educação fundamental até o nível superior, isoladamente, não são suficientes para garantir uma ascensão social, mas sem o acesso à educação, certamente torna-se mais difícil uma evolução desses jovens na escala social brasileira.

É necessário refletirmos que as barreiras sociais superadas pelos egressos do ProUni não podem ser observadas somente numa lógica de conquistas individuais, e sim numa perspectiva coletiva inserida em um contexto favorável de desenvolvimento econômico e social atualmente no Brasil. No entanto, as desigualdades sociais ainda persistem, e o desafio para a inclusão social e educacional da população brasileira ainda se configura como um dos principais desafios do poder público.

No que se refere ao mercado de trabalho, ainda persists a lógica da valorização da educação numa perspectiva instrumental de formação de mão-de-obra para atender as demandas do setor produtivo. Além disso, temos a pressão individual de qualificação profissional dos egressos, que são desafiados a estarem cada vez mais preparados para as “disputas” no mercado de trabalho. Nesse cenário, verificamos uma adequação da Educação Superior, em especial, das IES privadas, no sentido de oferecer cursos e formações direcionados para dar conta de atender às novas demandas profissionais.

Os bolsistas do ProUni são levados a disputar os cursos disponíveis nessas IES privadas. Tais cursos nem sempre correspondem às áreas de interesse desses jovens. Os

cursos mais concorridos, ou chamados cursos de ponta, geralmente são muito disputados e, dentre as vagas disponíveis, a maioria estão nas IES públicas. Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre o mecanismo de uma política pública educacional como o ProUni, que, por um lado, atende à demanda de acesso à Educação Superior e, por outro lado, não consegue dar conta ainda de enfrentar e superar a questão da qualidade do ensino oferecido por algumas IES privadas.

Os egressos do ProUni apresentam uma perspectiva positiva em relação à oportunidade de acesso à Educação Superior que o Programa proporcionou. Consideram a relevância no que se refere às melhorias das suas condições de vida, mas apresentam a expectativa de que cada vez mais o acesso à universidade se afirme como um direito assegurado à juventude, de forma permanente e não mais como uma política emergencial.

Em nosso estudo tivemos como expectativa a discussão do que significa a inclusão na universidade para jovens de baixa renda no país. Ao pensarmos em desenvolvimento nacional, temos que levar em conta a importância de assegurar que a juventude trabalhadora tenha acesso à Educação Superior, não somente como meio para a mobilidade social e melhorias na condição de vida, mas também no sentido do pertencimento enquanto sujeito de direitos sociais.

O acesso à universidade para os egressos do ProUni representa uma nova perspectiva de ampliar o conhecimento, as relações sociais, as possibilidades de formação profissional, acesso ao mercado de trabalho e mobilidade social. Além de todos esses fatores, também aparece como aspecto de grande relevância a conquista de um direito negado até então a esses jovens – o acesso à Educação Superior.

Não temos a pretensão de esgotar todas as possibilidades que surgiram com a realização desta pesquisa que envolveu os temas: trabalho, educação e juventude. Dentre as inúmeras reflexões e descobertas no percurso deste trabalho, apresentamos a seguir os principais elementos que surgem como resultado da pesquisa a partir do posicionamento dos egressos do ProUni.

O ProUni se constitui como uma política pública de Educação Superior que atende majoritariamente os jovens. No entanto, temos que considerar que existe uma parcela significativa da população que já tinha abandonado o sonho de ingressar na universidade e consegue retomar esse projeto através do Programa.

Surge com destaque a questão do atendimento à juventude negra. Mesmo o ProUni atendendo um contingente razoável de negros e pardos, ainda identificamos que as oportunidades de acesso à Educação Superior excluem uma parcela significativa da juventude negra.

Os egressos do ProUni são em geral os primeiros universitários da família. A escolaridade dos pais e mães se apresenta em sua maioria até o nível do ensino médio completo, o que demonstra mudança em relação ao acesso à Educação Superior de uma geração para outra. A realidade da baixa escolaridade dos pais e mães se reflete no conjunto de atividades e profissões desenvolvidas, que exigem baixa qualificação, condizente com os níveis de ensino. Destacamos também a incidência do analfabetismo, apesar de estar abaixo da média nacional, ainda é uma realidade presente entre os pais e mães dos egressos.

A maioria dos egressos trabalhava antes de ingressar na universidade, e se mantiveram inseridos no mercado de trabalho. Desses, temos um número considerável com carteira de trabalho assinada, o que corresponde a um aspecto relevante no que se refere ao acesso desses jovens ao mercado formal. Na ocupação dos egressos, o destaque diz respeito à função docente, que aparece em segundo lugar nas ocupações informadas. O Programa atende uma parcela de professores do ensino básico, e a formação continuada dos professores, assim como o plano de carreira desses profissionais, surge com destaque nas políticas apresentadas pelo poder público e na legislação brasileira, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996.

A renda mensal individual dos egressos se concentra nas faixas entre 1 a 5 salários mínimos, e identificamos que, após a conclusão da graduação, a maioria obteve elevação da renda. Os egressos reconhecem a contribuição da Educação Superior para a alteração e melhoria da sua condição socioeconômica, através do aumento da renda e mobilidade social.

No entanto, no que diz respeito ao acesso e atendimento das demandas relacionadas às necessidades básicas, os egressos, apesar de reconhecerem que o ProUni contribuiu para elevação da renda, ainda consideram os salários insuficientes para atender a toda a demanda.

O acesso ao ProUni para os egressos representa uma perspectiva de ampliar o conhecimento, a formação profissional, a qualificação para o mercado de trabalho e para a evolução na carreira. Além disso, surge como destaque a importância da continuidade dos estudos através de cursos de pós-graduação, especialização, cursos técnicos, certificações, entre outros. A formação acadêmica recebida com a graduação significou ampliar os

horizontes para os egressos no que se refere ao desenvolvimento das atividades no mercado de trabalho atual. Além disso, a articulação da área de formação com a prática profissional é apresentada numa perspectiva de facilitar o desenvolvimento das atuais funções no mercado de trabalho.

A oportunidade de cursar uma graduação também contribuiu para que os egressos pudessem obter um emprego com mais qualidade no que se refere à melhoria das condições de trabalho, tais como: direitos trabalhistas, estabilidade, evolução na carreira e melhorias salariais.

A trajetória ocupacional dos egressos é marcada por dificuldades e obstáculos, em especial, no que diz respeito à transição escola-trabalho. Essa transição é permeada pelo ingresso precoce no mercado de trabalho, em muitos casos, interrompendo os ciclos educacionais. Mesmo assim, superam essas barreiras e conseguem chegar à universidade, o que, para muitos, representa um sonho realizado. Além disso, destacam a necessidade de se manterem sempre atualizados, tendo como principal objetivo o crescimento pessoal e a ampliação das possibilidades em relação ao futuro profissional.

Esta pesquisa teve por intenção apresentar uma singela contribuição ao debate sobre a importância de uma política pública de acesso à Educação Superior como o ProUni. Temos clareza dos imensos desafios educacionais em nosso país, e sabemos que esses desafios estão longe de serem superados.

Esperamos que as reflexões contidas nesta tese possam estimular novas pesquisas. A articulação do tema trabalho e educação ganha centralidade no debate sobre as políticas públicas de juventude e da implantação de ações que deem oportunidade aos jovens de sonharem com um futuro melhor, um desafio cada vez mais presente em nosso País.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS<sup>18</sup>

**1º ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DO PROUNI DE SÃO PAULO. Carta aberta ao Exmo. Sr. Ministro da Educação Fernando Haddad.** São Paulo: São Paulo, 2007.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.

AGOSTINHO, Luis Otávio Vicenzi; FILHO, Vladimir Brega. Por um olhar democrático às ações afirmativas. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/INEP.** v. 92, n. 232, 2011, p. 455-476.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A transição demográfica e a janela de oportunidade.** São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2008.

AMARAL, Daniela Patti do; OLIVEIRA, Fátima Bayma de. O ProUni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. In: **Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação/Fundação Cesgranrio,** v. 19, n. 73, Rio de Janeiro: A Fundação, 2011.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; NETO, Miguel Farah. Juventudes e trajetórias escolares: conquistando direito à educação. In: ABRAMOVAY, Mirian; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: MEC, 2007, p. 57-80.

BALDIJÃO, Carlos Eduardo; TEIXEIRA, Zuleide. **A educação no Governo Lula.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Ed. 13. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 129-148.

---

<sup>18</sup> De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na universidade pública brasileira:** será esse o caminho? Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 2208**, de 17 de abril de 1997. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 abr. 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5154**, de 23 de julho de 2004. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional n. 65**, de 13 de julho de 2010. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 de janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 Jan. 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.180, de 23 de dezembro de 2005.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Portaria n. 807**, de 18 de junho de 2010.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 3.627, de 28 de abril de 2004.** Poder Legislativo, Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 7.200, de 10 de abril de 2006.** Poder Legislativo, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 8.035, de abril de 2010.** Poder Legislativo, Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 1.209, de abril de 2011.** Poder Legislativo, Brasília, 2011.

CARVALHO, Cristina Helena de Almeida. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. In: **Educação & Sociedade**. Revista de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade. São Paulo, v. 27, n. 96, p. 979-1000. Número Especial. Cortez; Campinas: Cedes, 2006.

CARVALHO, Luiz Carlos Ferreira de. Educação para o trabalho: novas exigências de aprendizagem. In: CASALI, Alípio; RIOS, Iaci; TEIXEIRA, José Emídio; CORTELLA, Mario Sergio. **Empregabilidade e educação:** novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC, 1997, p. 101-109.

CASALI, Alípio. O mundo do indivíduo: inteligência e aprendizagem: introdução. In: CASALI, Alípio; CORTELLA, Mario Sergio; RIOS, Iaci; TEIXEIRA, José Emídio. **Empregabilidade e educação:** novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC, 1997, p. 67-69.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2006.

CORBUCCI, Paulo Roberto; CASSIOLATO, Maria Martha; CODES, Ana Luiza; CHAVES, José Valente. Situação Educacional dos Jovens Brasileiros. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009, p. 89-108.

CORROCHANO, Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil.** São Paulo: Petrópolis, 2011, p. 45-72.

CORTELLA, Mario Sergio. O mundo do trabalho. In: CASALI, Alípio; CORTELLA, Mario Sergio; RIOS, Iaci; TEIXEIRA, José Emídio. **Empregabilidade e educação:** novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC, 1997, p. 21-60.

COSTA, Fabiana de Souza. **Políticas Públicas de Educação Superior – Programa Universidade para Todos:** Um Olhar dos Alunos Beneficiários na PUC-SP. Mestrado (Dissertação). São Paulo, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, n. 116. São Paulo/Campinas: Autores Associados, 2002, p. 245-262.

DIONE, Jean; LAVILLE, Christian. **A Construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão.** 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

FAMBRINI, Valéria. **O impacto do ENEM no processo seletivo da PUC/SP.** In: CAPPELLETTI, Isabel Franchi. Avaliação de políticas e práticas educacionais. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola LTDA, 2002.

FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. (Org.). **Tratado de sociologia do trabalho.** v. 1. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 19-44.

GIRARD, Alain. Orientação e formação profissionais. In: FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. (Org.). **Tratado de sociologia do trabalho.** São Paulo: Cultrix, 1973. v. 1, p. 203-242.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira:** Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 149-174.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 180-216.

\_\_\_\_\_. Pense nisso. In: CASALI, Alípio; RIOS, Iaci; TEIXEIRA, José Emídio; CORTELLA, Mario Sergio. **Empregabilidade e educação:** novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC, 1997, p. 61-63.

\_\_\_\_\_. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez, 2002, p. 13-26.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**, ed. 2. São Paulo: Cortez, 2010.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2008.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de Emprego para Jovens: Entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009, p. 109-128.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior: resumo técnico**. Brasília, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Perspectiva da política social no Brasil – Livro 8**. Brasília: IPEA, 2010

\_\_\_\_\_. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro – Livro 10**. Brasília: IPEA, 2010.

JORNAL DA USP, São Paulo, 2001.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Edital**, n. 03. [S.l.], 26 abr. 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO / SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil**. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Bases de uma Nova Política Pública de Qualificação.** Brasília, 2003. Disponível em: < [http://www.mte.gov.br/pnq/conheca\\_base.pdf](http://www.mte.gov.br/pnq/conheca_base.pdf)> Acesso em: 19 ago. 2012.

MUSA, Edson Vaz. Prefácio. In: CASALI, Alípio; RIOS, Iaci; TEIXEIRA, José Emídio; CORTELLA, Mario Sergio. **Empregabilidade e educação:** novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC, 1997, p. 9-14.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **A nova classe média:** o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2010.

\_\_\_\_\_. **A nova classe média.** Rio de Janeiro, FGV/IBRE, CPS, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente e juventude no Brasil.** Brasília: OIT, 2009.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil.** São Paulo: T.A. Queiroz: Edusp, 1979.

PASTORE, José; SILVA, Nelson do Valle. **Mobilidade Social no Brasil.** São Paulo: Makron Books, 2000.

PINO, Mauro Del. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada:** políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, CLACSO, 2002.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **Nova classe média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **A batalha pelo primeiro emprego:** a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro, 2. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). **Juventude e Sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 217-241.

\_\_\_\_\_. **O desafio da inclusão social no Brasil.** São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **O emprego no desenvolvimento da nação.** São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Qual desenvolvimento?** Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo. São Paulo: Publisher Brasil, 2009.

ROMANELLI, Geraldo. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos – o estudante-trabalhador. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Org.). **Família e escola:** trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 99-123.

SAVIANI, Demerval. A educação no centro do desenvolvimento econômico. In: BARROSO, Aloísio; SOUZA, Renildo (Org.). **Desenvolvimento:** ideias para um projeto nacional. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Mauricio Grabois, 2010, p. 247-264.

SILVA, Adailton da; SILVA, Josenilton da; ROSA, Waldemir. Juventude Negra e Educação Superior. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009, p. 259-290.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior: Faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade.** Revista de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade, v. 31, n. 113. São Paulo: Cortez; Campinas: Cedes, 2010, p. 1223-1245.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre a juventude e a escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira:** Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 87-127.

TARTUCE, Gisela Lobo Batista Pereira. **O que há de novo no debate da “qualificação do trabalho”?**: reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Naville. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TEIXEIRA, José Emídio. A busca do elo perdido na qualidade de vida no trabalho. In: CASALI, Alípio; RIOS, Iaci; TEIXEIRA, José Emídio; CORTELLA, Mario Sergio. **Empregabilidade e educação:** novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC, 1997, p. 43-49.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Auditoria Operacional. **Programa Universidade para Todos** – ProUni e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies. Recomendações e determinações. TC-013.493/2008-4, Brasília, 2008.

Sites pesquisados:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTASTÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

PROJOVEM URBANO. Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

## APÊNDICES

## Apêndice A

Tabela 1 - Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Públicas (Total)</b>	<b>%</b>	<b>Federais</b>	<b>%</b>	<b>Estaduais</b>	<b>%</b>	<b>Municipais</b>	<b>%</b>	<b>Privadas</b>	<b>%</b>
2001	1.391	183	13,2	67	4,8	63	4,5	53	3,8	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	73	4,5	65	4,0	57	3,5	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	83	4,5	65	3,5	59	3,2	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	87	4,3	75	3,7	62	3,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	97	4,5	75	3,5	59	2,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	105	4,6	83	3,7	60	2,6	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	106	4,6	82	3,6	61	2,7	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	93	4,1	82	3,6	61	2,7	2.016	89,5
2009	2.314	245	10,6	94	4,1	84	3,6	67	2,9	2.069	89,4
2010	2.378	278	11,7	99	4,2	108	4,5	71	3,0	2.100	88,3

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior, 2010.

## Apêndice B

Tabela 2 - Evolução do Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica – Brasil – 2001-2010

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Universidades</b>	<b>%</b>	<b>Centros Universitários</b>	<b>%</b>	<b>Faculdades</b>	<b>%</b>	<b>IFETs e Cefets</b>	<b>%</b>
2001	1.391	156	11,2	66	4,7	1.143	82,2	26	1,9
2002	1.637	162	9,9	77	4,7	1.367	83,5	31	1,9
2003	1.859	163	8,8	81	4,4	1.576	84,8	39	2,1
2004	2.013	169	8,4	107	5,3	1.703	84,6	34	1,7
2005	2.165	176	8,1	114	5,3	1.842	85,1	33	1,5
2006	2.270	178	7,8	119	5,2	1.940	85,5	33	1,5
2007	2.281	183	8,0	120	5,3	1.945	85,3	33	1,4
2008	2.252	183	8,1	124	5,5	1.911	84,9	34	1,5
2009	2.314	186	8,0	127	5,5	1.966	85,0	35	1,5
2010	2.378	190	8,0	126	5,3	2.025	85,2	37	1,6

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior, 2010.

## Apêndice C

Tabela 4 - Evolução das Taxas de Escolarização Bruta e Líquida na Educação Superior (18 a 24 anos) – Brasil e Regiões – 2001-2009

Brasil Regiões	Escolarização Bruta									Escolarização Líquida								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	15,1	16,6	18,6	18,6	19,9	22,6	24,3	25,57	26,7	8,9	9,8	10,6	10,5	11,2	12,6	13,1	13,7	14,4
Centro-Oeste	18,2	21,8	23,6	23,2	25,9	27,0	28,8	31,1	32,6	9,7	11,9	12,3	12,2	14,0	14,8	15,6	16,3	17,9
Nordeste	9,1	9,5	10,9	11,1	11,9	14,3	15,9	16,9	18,4	5,1	5,1	5,8	5,9	6,1	7,1	7,7	8,3	9,4
Norte	11,3	15,3	14,7	12,2	14,6	17,0	19,3	21,7	23,7	5,2	6,7	6,1	5,7	7,0	7,6	9,0	9,9	11,0
Sudeste	17,3	19,0	21,2	22,0	23,3	26,7	28,6	29,4	30,1	10,9	12,0	12,8	13,0	13,8	15,7	16,4	16,6	16,8
Sul	21,3	22,8	26,7	26,5	27,8	29,7	30,8	32,9	33,5	12,7	13,7	15,9	15,3	16,2	17,1	16,8	18,7	19,2

Fonte: INEP, 2010.

## Apêndice D

Tabela 5 - Evolução do Número de Matrículas por Categoria Administrativa - Brasil – 2001-2010

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Públicas (Total)</b>	<b>%</b>	<b>Federais</b>	<b>%</b>	<b>Estaduais</b>	<b>%</b>	<b>Municipais</b>	<b>%</b>	<b>Privadas</b>	<b>%</b>
2001	3.036.113	944.584	31,1	504.797	16,6	360.537	11,9	79.250	2,6	2.091.529	68,9
2002	3.520.627	1.085.977	30,8	543.598	15,4	437.927	12,4	104.452	3,0	2.434.650	69,2
2003	3.936.933	1.176.174	29,9	583.633	14,8	465.978	11,8	126.563	3,2	2.760.759	70,1
2004	4.223.344	1.214.317	28,8	592.705	14,0	489.529	11,6	132.083	3,1	3.009.027	71,2
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	595.327	13,0	514.726	11,3	136.651	3,0	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	607.180	12,4	502.826	10,3	141.359	2,9	3.632.487	74,4
2007	5.250.147	1.335.177	25,4	641.094	12,2	550.089	10,5	143.994	2,7	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	698.319	12,0	710.175	12,2	144.459	2,5	4.255.064	73,3
2009	5.954.021	1.523.864	25,6	839.397	14,1	566.204	9,5	118.263	2,0	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,8	938.656	14,7	601.112	9,4	103.530	1,6	4.736.001	74,2

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior, 2010.

## Apêndice E

Tabela 6 - Distribuição e Participação Percentual de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais por Região Geográfica – Brasil – 2001 e 2010

<b>Brasil e Regiões</b>	<b>2001</b>			<b>2010</b>		
	<b>Matrículas</b>	<b>% de Matrículas</b>	<b>% da População</b>	<b>Matrículas</b>	<b>% de Matrículas</b>	<b>% População</b>
Brasil	3.030.754	100	100	5.449.120	100	100
Centro-Oeste	260.349	8,6	7,1	495.240	9,1	7,4
Nordeste	460.315	15,2	28,7	1.052.161	19,3	27,8
Norte	141.892	4,7	5,8	352.358	6,5	8,3
Sudeste	1.566.610	51,7	43,4	2.656.231	48,7	42,1
Sul	601.588	19,8	15	893.130	16,4	14,4

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior, 2010.

## Apêndice F

Tabela 7 - Evolução do Número de Ingressos (Todas as Formas) por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Públicas (Total)</b>	<b>%</b>	<b>Federais</b>	<b>%</b>	<b>Estaduais</b>	<b>%</b>	<b>Municipais</b>	<b>%</b>	<b>Privadas</b>	<b>%</b>
2001	1.043.308	251.239	24,1	125.701	12,0	99.214	9,5	26.324	2,5	792.069	75,9
2002	1.431.893	334.070	23,3	148.843	10,4	149.017	10,4	36.210	2,5	1.097.823	76,7
2003	1.554.664	325.405	20,9	153.393	9,9	128.323	8,3	43.689	2,8	1.229.259	79,1
2004	1.646.414	364.647	22,1	165.685	10,1	153.889	9,3	45.073	2,7	1.281.767	77,9
2005	1.805.102	362.217	20,1	148.206	8,2	166.660	9,2	47.351	2,6	1.442.885	79,9
2006	1.965.314	368.394	18,7	177.232	9,0	143.636	7,3	47.526	2,4	1.596.920	81,3
2007	2.138.241	416.178	19,5	193.919	9,1	176.047	8,2	46.212	2,2	1.722.063	80,5
2008	2.336.899	538.474	23,0	211.183	9,0	282.950	12,1	44.341	1,9	1.798.425	77,0
2009	2.065.082	422.320	20,5	253.642	12,3	133.425	6,5	35.253	1,7	1.642.762	79,5
2010	2.182.229	475.884	21,8	302.359	13,9	141.413	6,5	32.112	1,5	1.706.345	78,2

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior, 2010.

## Apêndice G

Tabela 8 - Evolução do Número de Concluintes por Categoria Administrativa – Brasil – 2001-2010

<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Públicas (Total)</b>	<b>%</b>	<b>Federais</b>	<b>%</b>	<b>Estaduais</b>	<b>%</b>	<b>Municipais</b>	<b>%</b>	<b>Privadas</b>	<b>%</b>
2001	396.119	132.747	33,5	65.571	16,6	55.045	13,9	12.131	3,1	263.372	66,5
2002	467.972	152.813	32,7	72.054	15,4	64.860	13,9	15.899	3,4	315.159	67,3
2003	532.228	173.141	32,5	85.461	16,1	68.237	12,8	19.443	3,7	359.087	67,5
2004	633.363	209.008	33,0	90.269	14,3	97.727	15,4	21.012	3,3	424.355	67,0
2005	730.484	203.689	27,9	92.626	12,7	88.681	12,1	22.382	3,1	526.795	72,1
2006	762.633	195.231	25,6	84.813	11,1	86.787	11,4	23.631	3,1	567.402	74,4
2007	786.611	197.040	25,0	91.152	11,6	81.522	10,4	24.366	3,1	589.571	75,0
2008	870.386	195.933	22,5	85.634	9,8	84.452	9,7	25.847	3,0	674.453	77,5
2009	959.197	206.877	21,6	93.510	9,7	93.049	9,7	20.318	2,1	752.320	78,4
2010	973.839	190.597	19,6	99.945	10,3	72.530	7,4	18.122	1,9	783.242	80,4

Fonte: INEP, Censo da Educação Superior, 2010.

## Apêndice H

### QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO I

**Se você ainda não concluiu seu curso de graduação, desconsidere este convite.**

**Prezado (a) Egresso (a) do ProUni,**

Vimos pelo presente parabenizá-lo (a) pela sua conclusão do seu curso de graduação pelo ProUni. Tomamos a liberdade de convidá-lo (a) a contribuir com nossa pesquisa de doutorado do Programa de Educação: Currículo da PUC-SP, com o título “**O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude**”, respondendo o questionário abaixo. A pesquisa tem por objetivo identificar a inserção dos alunos que já concluíram o curso de graduação pelo ProUni no mercado de trabalho e suas implicações.

Sua participação é voluntária e sua identificação sigilosa. Caso não deseje participar é só não clicar no link do questionário a seguir.

Esta mensagem é direcionada exclusivamente para a pesquisa e ao seu endereço de correio eletrônico. Não reencaminhe esta mensagem.

Desde já agradecemos muito sua colaboração e nos colocamos à disposição para quaisquer dúvidas, através do seguinte endereço eletrônico: [prounipesquisasegressos@gmail.com](mailto:prounipesquisasegressos@gmail.com)

Atenciosamente,

**Fabiana Costa**

**Doutoranda em Educação: Currículo da PUC-SP**

**Identidade de gênero:**

(  ) Masculino

(  ) Feminino

**Idade**

(  ) 16 a 24 anos

(  ) 25 a 29 anos

(  ) 30 a 49 anos

(  ) 50 anos ou mais

**Raça/Cor**

(  ) Branco

(  ) Preto

(  ) Pardo

(  ) Amarelo

(  ) Indígena

**Qual o ano de conclusão da sua graduação pelo ProUni?**

(  ) 2010

(  ) 2011

**Qual o curso de conclusão da sua graduação?**

(  ) Administração

(  ) Pedagogia

(  ) Direito

(  ) Farmácia

(  ) Enfermagem

(  ) Publicidade e Propaganda

(  ) Educação Física

(  ) Letras

(  ) Ciências Contábeis

(  ) Ciências da Computação

- Medicina
- Jornalismo
- Psicologia
- Turismo
- História
- Ciências Biológicas
- Fisioterapia
- Outros

**Qual o grau de escolaridade de sua mãe/responsável?**

- não sei responder
- Analfabeto
- Sabe ler e escrever
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

**Qual o grau de escolaridade do seu pai/responsável?**

- Não sei responder
- Analfabeto
- Sabe ler e escrever
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo

- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

**Qual a profissão atual do seu pai ou responsável?**

---

**Qual a profissão atual da sua mãe ou responsável?**

---

**Está trabalhando atualmente? Se sim, em qual ramo de atividade?**

- não (neste caso, o questionário redirecionou o egresso para a questão de número 18)
- Empregado com carteira de trabalho assinada
- Empregado sem carteira de trabalho assinada
- Trabalhador por conta própria/autônomo
- Trabalho não remunerado/voluntário
- Outros: \_\_\_\_\_

**Qual a sua ocupação?**

- Indústria extrativa e de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água;
- Construção;
- Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis;
- Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresa;
- Administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde e serviços pessoais;
- Serviços domésticos;
- Outros serviços;
- Outras atividades.

**Qual sua renda mensal individual aproximada?**

- menor do que R\$ 622,00

- R\$ 622,00 a R\$ 1.244,00  
 R\$ 1.244,00 a R\$ 1.866,00  
 R\$ 1.866,00 a R\$ 2.488,00  
 R\$ 2.488,00 a R\$ 3.110,00  
 maior do que R\$ 3.110,00

**Seu trabalho corresponde à sua área de formação acadêmica?**

- Sim. Explique: \_\_\_\_\_  
 Não. Explique: \_\_\_\_\_

**A formação acadêmica recebida no seu curso de graduação facilita o desenvolvimento do seu trabalho?**

- Sim. De que forma? \_\_\_\_\_  
 Não. Por que? \_\_\_\_\_

**Ter cursado uma graduação pelo ProUni contribuiu para que você tivesse um emprego com mais qualidade?**

- sim  
 não

Se sim, o que você considera emprego com mais qualidade?

---



---



---

Se não, por que?

---



---



---



---



---

**Ter cursado uma graduação pelo ProUni contribuiu para a elevação da sua renda?**

- sim  
 não

Se sim, o quanto aumentou sua renda?

- 0 a 10%  
 11 a 20%

- 21 a 30%
- 31 a 40%
- 41 a 50%
- 51 a 60%
- 61 a 70%
- 71 a 80%
- 81 a 90%
- 91 a 100%
- mais de 100%

Se não, o quanto reduziu sua renda?

- mantive a mesma renda anterior
- 1)  0 a 10%
- 2)  11 a 20%
- 3)  21 a 30%
- 4)  31 a 40%
- 5)  41 a 50%
- 6)  51 a 60%
- 7)  61 a 70%
- 8)  71 a 80%
- 9)  81 a 90%
- 10)  91 a 100%
- 11)  mais de 100%

**Você pretende continuar os estudos (pós-graduação, especialização, cursos técnicos)?**

- Sim. Por que? \_\_\_\_\_
- Não. Por que? \_\_\_\_\_

**Qual a principal mudança na sua vida, depois de ter cursado uma graduação pelo ProUni?**

---

---

---

---

---

**Você considera que seu emprego e salário atuais atendem satisfatoriamente suas necessidades básicas (saúde, alimentação, moradia, transporte, lazer, educação, acesso à cultura)?**

( ) Sim. Por que? \_\_\_\_\_

( ) Não. Por que? \_\_\_\_\_

**Quais são as críticas e sugestões que você deixaria para aprimorar o ProUni?**

---

---

---

---

**Agradecemos muito sua participação!**

À partir deste estudo, pretendemos chamar a atenção do poder público sobre a importância da implantação de políticas que permitam aos jovens sonhar com um futuro melhor. Lutar por acesso e ampliação de direitos para a juventude brasileira e garantir-lhes melhores condições de vida, é o desafio de toda a nossa geração.

Caso deseje deixar seus contatos para futuras pesquisas, e o envio dos resultados desse nosso estudo, favor preencher os dados abaixo.

Nome: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Obrigada!

**Fabiana Costa**

**Doutoranda em Educação: Currículo da PUC-SP**

## Apêndice I

### QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO II

**Prezado (a) Egresso (a) do ProUni,**

Vimos pelo presente agradecê-lo (a) por sua gentil contribuição com nossa pesquisa de doutorado do Programa de Educação: Currículo da PUC-SP, com o título “**O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude**”. A pesquisa está em fase de conclusão e tem por objetivo identificar a inserção dos alunos que já concluíram o curso de graduação pelo ProUni no mercado de trabalho e suas implicações.

Nesse sentido, tomamos a liberdade novamente de *convidá-lo (a) a complementar algumas informações importantes referentes à sua trajetória no mercado de trabalho*, respondendo as questões abaixo.

Sua participação é voluntária e sua identificação sigilosa. Caso não deseje participar é só não responder o questionário.

Esta mensagem é direcionada exclusivamente para a pesquisa e ao seu endereço de correio eletrônico. Não reencaminhe esta mensagem.

Desde já agradecemos muito sua colaboração e nos colocamos à disposição para quaisquer dúvidas, através do seguinte endereço eletrônico: [prounipesquisasegressos@gmail.com](mailto:prounipesquisasegressos@gmail.com).

Atenciosamente,

**Fabiana Costa**  
**Doutoranda em Educação: Currículo da PUC-SP**

Você trabalhava antes de iniciar a graduação pelo ProUni?

- ( ) Sim  
( ) Não

Se sim, Em que atividade?

Se não, informe quando começou a trabalhar e em que atividade.

Qual era sua renda mensal individual antes de iniciar a graduação pelo ProUni?

- ( ) Não possuía nenhuma fonte de renda  
( ) menor do que R\$ 622,00  
( ) R\$ 622,00 a R\$ 1.244,00  
( ) R\$ 1.244,00 a R\$ 1.866,00  
( ) R\$ 1.866,00 a R\$ 2.488,00  
( ) R\$ 2.488,00 a R\$ 3.110,00  
( ) maior do que R\$ 3.110,00

Qual era sua renda mensal individual atual?

- ( ) Não possuo nenhuma fonte de renda  
( ) menor do que R\$ 622,00  
( ) R\$ 622,00 a R\$ 1.244,00  
( ) R\$ 1.244,00 a R\$ 1.866,00  
( ) R\$ 1.866,00 a R\$ 2.488,00  
( ) R\$ 2.488,00 a R\$ 3.110,00  
( ) maior do que R\$ 3.110,00

Compare sua condição de vida antes, durante e depois do ProUni. Você considera que o Programa contribuiu para alterar suas condições no mercado de trabalho?

- ( ) Sim  
( ) Não  
( ) Foi indiferente  
( ) Me mantendo no mesmo emprego que estava antes de cursar a graduação, mas mudei minha função

De acordo com sua resposta anterior, justifique como o ProUni contribuiu para alterar ou não sua condição no mercado de trabalho.

Agradecemos muito sua colaboração e nos colocamos à disposição para quaisquer dúvidas, através do seguinte endereço eletrônico: [prounipesquisasegressos@gmail.com](mailto:prounipesquisasegressos@gmail.com).

Atenciosamente,

**Fabiana Costa**

**Doutoranda em Educação: Currículo da PUC-SP**

## Apêndice J – Modelo de identificação das ideias centrais e categorias das respostas abertas

Você pretende continuar os estudos (pós-graduação, especialização, cursos técnicos)?

		<b>Resposta Completa</b>	<b>Ideias Centrais</b>	<b>Categorias</b>
E1	Sim	Especializar na área é muito difícil trabalhar somente com a graduação.	1) Especializa na área; 2) Dificuldade de conseguir emprego só com a graduação;	Formação profissional
E2	Sim	Para complementar minha formação.	1) Complementar a formação;	Formação Profissional
E3	Sim	Acho fundamental continuar os estudos. Atualmente vivemos numa fase que quanto maior o grau de instrução, melhor o profissional estará qualificado e apto para o mercado de trabalho. E acredito que o término da graduação não signifique parar de estudar, e sim abranger ainda mais os conhecimentos dentro da sua área profissional.	1) Importância Continuação dos Estudos; 2) Quanto maior a formação, melhor o preparo para o mercado de trabalho; 3) Terminar a graduação não significa parar de estudar; 4) Abranger os conhecimentos dentro da área profissional;	Qualificação para o mercado de trabalho;  Formação Profissional;
E4	Sim	Para me qualificar para o mercado de trabalho	1) Qualificar para o mercado de trabalho	Qualificação para o mercado de trabalho;
E5	Sim	Porque pretendo evoluir na carreira e me destacar no mercado profissional, além de me atualizar.	1) Evoluir na Carreira; 2) Satisfação pessoal;	Formação Profissional; Satisfação Pessoal;
E6	Sim	O mercado exige , e por prazer e satisfação pessoal	1) Exigência do mercado; 2) Satisfação pessoal;	Qualificação para o mercado; Satisfação Pessoal;
E7	Sim	POIS, CONTINUAR OS ESTUDOS É FUNDAMENTAL, PARA SER RECONHECIDA NO MERCADO DE TRABALHO	1) Importância da continuidade dos estudos; 2) Para ter reconhecimento no mercado de trabalho;	Qualificação para o mercado de
E8	Sim	Estar atualizada no mercado.	1) Atualização para o mercado de trabalho;	Qualificação para o mercado de trabalho;
E9	Sim	Por me diferenciar dos demais no mercado e especializarme ainda mais na profissão, e me tornar um destaque no mercado de trabalho.	1) Diferenciação no mercado de trabalho; 2) Especialização na profissão;	Qualificação para o mercado de trabalho;
E10	Sim	Além de ser importantíssimo os estudos devido a relação de necessidade, tenho a necessidade de sempre estar aprendendo algo de novo, contudo gosto muito da vivência acadêmica onde também leciono na parte docente.	1) Importância dos estudos; 2) Necessidade de sempre aprender algo novo; 3) Gosta muito da vivência acadêmica/é docente;	Atualização dos conhecimentos;

E11	Sim	Para ter mais oportunidades no mercado de trabalho.	1) Oportunidade para o mercado de trabalho	Qualificação para o mercado de trabalho;
E12	Sim	Pois sempre é necessária atualizações e aumentar os conhecimentos e graduações para o mercado de trabalho.	1) Atualização dos conhecimentos; 2) Ampliação dos conhecimentos e graduações para o mercado de trabalho;	Qualificação para o mercado de trabalho; Atualização dos conhecimentos;
E13	Sim	Para atualização dos conhecimentos e estar mais preparado para o mercado de trabalho	1) Atualização dos conhecimentos para o mercado de trabalho;	Qualificação para o mercado de trabalho; Atualização dos conhecimentos;
E14	Sim	Para evoluir profissionalmente.	1) Evoluir profissionalmente;	Formação Profissional
E15	Sim	Para me aprimorar e especializar.	1) Aprimorar e especializar;	
E16	Sim	Para me qualificar profissionalmente e alcançar novos cargos	1) Qualificar profissionalmente; 2) Alcançar novos cargos;	Formação Profissional;
E17	Sim	Para crescimento pessoal e profissional.	1) Crescimento pessoal e profissional	Crescimento pessoal; Crescimento profissional;
E18	Sim	qualificação profissional	1) Qualificação profissional	Qualificação para o mercado de trabalho;
E19	Sim	Porque quero crescer cada vez mais na minha carreira profissional, quanto mais conhecimento tiver será melhor para minha colocação no mercado de trabalho.	1) Crescer cada vez mais na carreira profissional; 2) Quanto mais conhecimento, melhor a colocação no mercado de trabalho	Qualificação para o mercado de trabalho;
E20	Sim	Porque alem do mercado exigir o conhecimento é inegotável	1) Conhecimento como exigência do mercado;	Qualificação para o mercado de trabalho; Atualização dos conhecimentos;
E21	Sim	Porque quero me especializar em educação infantil e assim contribuir melhor para o futuro do meu país.	1) Especialização na área;	Formação Profissional
E22	Sim	porque acredito que a educação é o caminho para o bem-estar social.	1) Educação como caminho para o bem-estar social;	
E23	Sim	Por quê eu sempre gostei de estudar, e cada vez mais vou buscar novos conhecimentos, para atingir as necessidades do mercado de trabalho. Pretendo fazer o bacharel, pós-graduação e especializações.	1) Buscar novos conhecimentos; 2) Necessidade do mercado de trabalho;	Qualificação para o mercado de trabalho; Atualização dos conhecimentos;

		O primeiro sonho eu já realizei, consegui me formar. Agora pretendo continuar a estudar pois aprender nunca é demais, desejo fazer pós graduação em Gestão de Pessoas ou Psicologia	1) Aprender nunca é demais; 2) Continuar os estudos (pós-graduação);	Atualização dos conhecimentos;
E24	Sim	Para continuar evoluindo profissionalmente.	1) Evoluir profissionalmente;	Formação Profissional;
E25	Sim	Nunca sabemos tudo, precisamos a cada dia melhorar naquilo que fazemos e só conseguiremos isso estudando continuamente.	1) Para melhorar naquilo que fazemos, só é possível estudando continuamente;	
E26	Sim	É a única maneira de ingressar com "equilíbrio", no mercado de trabalho. O conhecimento enriquece as técnicas de trabalho e as argumentações quanto um ponto de decisões.	1) Única maneira de ingressar com ‘equilíbrio’ no mercado de trabalho; 2) Conhecimento enriquece as técnicas de trabalho e os argumentos para as decisões;	Qualificação para o mercado de trabalho;
E27	Sim	<b>PORQUE ESCOLHI UMA ÁREA QUE É PRECISO ESTAR SEMPRE ATUALIZADA.</b>	1) Escolha de área de necessita sempre de atualização;	Qualificação para o mercado de trabalho; Atualização dos conhecimentos;
E28	Sim	Aprendizagem e especialização.	1) Aprendizagem e especialização;	Formação Profissional;
E29	Sim	Pois na minha área de atuação é importante, além de ser um diferencial na carreira, é um jeito de conseguir um emprego melhor.	1) É importante para minha área de atuação; 2) Diferencial na carreira; 3) Conseguir um emprego melhor	Formação Profissional;
E30	Sim	Dentre outros motivos, porque tenho o sonho de lecionar na Universidade.	1) Sonho de lecionar na Universidade	Formação Profissional;
E31	Sim	Gosto de estudar	1) Gosto de estudar;	Satisfação Pessoal/Gostar de Estudar;
E32	Sim	Para ampliar meus conhecimentos	1) Ampliar os conhecimentos	Atualização dos Conhecimentos;
E33	Sim	Me especializar na área e ser mais competitivo na concorrência a uma vaga no mercado de trabalho. Assim acumulo experiência para que, num futuro próximo, comece a lecionar em cursos de graduação voltados a tecnologia e exatas, uma vez que a experiência conta muito na qualidade das aulas de TI.	1) Especializar na área; 2) Ser mais competitivo;	Qualificação para o mercado de trabalho;
E34	Sim	<b>AMPLIAR MEUS CONHECIMENTOS.</b>	1) Ampliar os conhecimentos	Atualização dos Conhecimentos;

E36	Sim	Necessito de atualização e como já tenho 26 anos e 3 filhos fica difícil construir uma carreira sem atualização. Preciso mostrar para a empresa, que o fato de ter 3 filhos não impede que eu tenha uma vida profissional.	1) Atualização profissional;	Formação Profissional; Atualização dos Conhecimentos;
E37	Sim	Porque acho que o estudo é importante, não só pelo crescimento intelectual, mas também pelo crescimento pessoal, pois o convívio com outras pessoas e situações diferentes do seu dia-dia faz sua visão de mundo mudar. Também pelo retorno financeiro que posso adquirir com mais estudo.	1) O Estudo é importante para o crescimento intelectual e pessoal; 2) Retorno financeiro;	Atualização dos conhecimentos; Satisfação Pessoal;
E38	Sim	Por que os estudos são importantes para o meu desenvolvimento profissional.	1) Para o desenvolvimento profissional;	Formação Profissional;
E39	Sim	No ano de 2011, conclui minha primeira pós-graduação, pretendo continuar meus estudos.	1) Pretende continuar os estudos;	
E40	Sim	Especialização	1) Especialização;	Formação Profissional
E41	Sim	SE ESPECIALIZAR PARA MELHOR COLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	1) Especialização para o mercado de trabalho	Qualificação para o mercado de trabalho;
E42	Sim	Para aprimorar meus conhecimentos e me desenvolver cada vez mais, podendo assim obter uma carreira profissional bem sucedida.	1) Aprimorar os conhecimentos; 2) Obter uma carreira profissional bem sucedida;	Qualificação para o mercado de trabalho; Atualização dos conhecimentos;
E43	Sim	Para aprimorar meus conhecimentos e estar sempre atualizada na minha área de atuação.	1) Aprimorar os conhecimentos; 2) Estar sempre atualizada na área de atuação;	Formação Profissional
E44	Sim	Para poder esta sempre aprimorando os meus conhecimentos.	1) Aprimorar os conhecimentos;	
E45	Sim	Mesmo meu pai sendo analfabeto, ele sempre soube da importância de se estudar e foi o que ele sempre me pediu, e tenho feito sua vontade até hoje, e cada vez mais venho obtendo resultados com meus estudos e me satisfazendo profissionalmente.	1) Apoio e incentivo familiar para o estudo; 2) Satisfação profissional;	Satisfação Profissional;

E46	Sim	Para aprofundar meus conhecimentos, pretendo fazer pós graduação. E para conseguir um bom emprego.	1) Aprofundar os conhecimentos; 2) Conseguir um bom emprego;	Qualificação para o mercado de trabalho; Atualização dos conhecimentos;
-----	-----	--	---	--

## Transcrição das entrevistas com os 6 egressos do ProUni

### ENTREVISTADA 1

Fabiana: boa noite! Meu nome é Fabiana. Estou fazendo doutorado na PUC-SP SP, e fiz também o mestrado sobre o ProUni, com alunos matriculados. Agora meu Doutorado é com quem já se formou pelo Programa. Nossa temática é identificar quem se formou pelo programa, e sua inserção no mercado de trabalho. O objetivo dessa entrevista com você no sentido de aprofundar um pouco sobre esse tema. Queria que você falasse, sobre a sua trajetória ocupacional. Com quantos anos começou a trabalhar? Como foi esse processo de acesso ao ProUni? O que significou isso em relação ao mercado de trabalho? Faça um paralelo, antes, durante e agora sobre sua condição no mercado de trabalho.

Entrevistada 1: na verdade eu fazia cursinho pré-vestibular e meu objetivo era entrar numa faculdade pública. Como eu não consegui e na época não existia esse tipo de programa, eu fiz um tempo de cursinho. Tentei a Escola Técnica Estadual - ETEC's. Passei na ETEC e fui fazer o secretariado. Terminei o secretariado e logo depois, estudei dois anos praticamente de cursinho. Fiz o cursinho da Poli, que fica lá na Lapa, da USP. Fiz dois anos. Mas estava humanamente impossível passar nessas faculdades públicas porque as cotas são relativamente grandes. Só quem entra é a burguesia de São Paulo, pessoas que tem acesso às grandes escolas particulares, que tem acesso a um bom estudo. Então acabei desistindo. E quando surgiu essa oportunidade, minha mãe disse: tenta para ver como é. Passei logo de cara e consegui bolsa de 100% para fazer na Universidade Ibirapuera. Tanto que na época eu já tinha até desistido dessa ideia de faculdade. Quando entrei na faculdade, eu já trabalhava. Trabalho desde os 18 anos. Quando entrei na faculdade, vi como era o negócio. Me surpreendi, vi que a faculdade era boa, enfim. Mas depois de 6 meses a faculdade deu uma caída. Por quê? Porque a faculdade estava passando por dificuldades financeiras. Então assim, de 100 pessoas que tinha na sala, 50 eram bolsistas, e eu achei que com esse problema financeiro que a faculdade estava passando, o ensino piorou muito. Nos outros anos, subsequentes foram piorando muito. Estava acostumada com um ritmo de estudo dos primeiros semestres, depois foi piorando. Na minha faculdade, todo mundo reclamava. As pessoas que pagavam mensalidade, e que não

era barata, a mensalidade lá era mais de R\$ 900,00 reais, reclamava do ensino. Eles dão acesso à faculdade, mas quando você entra, não é tudo aquilo que você acha que vai ser. O ensino durante a faculdade não era bom. Eu acho que não acontecia somente na faculdade que eu estudava, acho que na maioria. Tanto para pagantes como não pagantes, como o pessoal que tinha bolsa.

Fabiana: e com relação ao mercado de trabalho? Você começou a trabalhar com quantos anos? Em que atividade?

Entrevistada 1: Com 18 anos comecei a trabalhar. Na verdade com 16 anos trabalhei de recepcionista, depois trabalhei como assistente administrativa, e na época que eu comecei a fazer faculdade estava trabalhando como assistente administrativa. Sai da empresa em que trabalhava e fui para uma empresa do grupo Bradesco, onde estou até hoje.

Fabiana: e qual a sua função lá?

Entrevistada 1: Eu entrei como recepcionista, e hoje eu estou como assistente de compras.

Fabiana: isso depois que você se formou?

Entrevistada 1: Depois que eu me formei. Pedi transferência interna, porque trabalhava na recepção e agora, comecei há pouco tempo, estou trabalhando como assistente de compras.

Fabiana: Você considera que sua renda individual aumentou ou diminui?

Entrevistada 1: aumentou bastante.

Fabiana: Em sua opinião, qual a influência que o ProUni teve nessa sua trajetória ocupacional? Teve ou não teve influência ou foi indiferente?

Entrevistada 1: Teve influência sim. Porque uma faculdade agrupa muitos valores, muitos conhecimentos. A única coisa que eu tenho que ressaltar é que eles não dão a bolsa para o aluno, o aluno tem que fazer uma prova para entrar. Acho que deveriam dificultar ainda mais as provas, porque o nível das faculdades está caindo muito. Depois que você entra, tem aquele pessoal que tem bolsa, mas que é super inteligente e se destaca mais. As pessoas que têm bolsa possuem um conhecimento a mais de quem não tem, de quem está pagando. Muitas vezes as provas das faculdades particulares são bem fáceis. Daí mistura, todo mundo na sala. A sala fica, de um lado defasada, e de outro lado com quem está acompanhando mais. Isso

tem em qualquer lugar. A única coisa, na minha opinião, é que deveria dificultar mais ou melhorar a qualidade de ensino depois que as pessoas entrarem.

Fabiana: vamos voltar um pouquinho ao mercado de trabalho, pois a avaliação do Programa está sendo feita tem outros estudos. O nosso objetivo é a inserção no mercado de trabalho. Você considera que além do ProUni, existiram outros fatores que ajudaram na melhoria ou na alteração da sua condição no mercado de trabalho?

Entrevistada 1: sim.

Fabiana: Você considera que teve outros fatores que ajudaram? Posso te dar alguns exemplos: familiares que contribuíram, amigos, a própria empresa que incentivou, ou mesmo cursos que você fez. Quais foram as oportunidades que você teve nesse processo e que ajudaram também?

Entrevistada 1: o emprego em que estou hoje consegui através da faculdade. Por quê? Porque na própria faculdade eles pegaram e indicaram um site, que estava pegando alunos, referente a essa vaga que estou hoje. A faculdade me ajudou muito, porque foi indicação de professores. Cursos também me ajudaram, os cursos que fiz e faço até hoje que são de línguas, mas acho que o essencial mesmo foi a faculdade.

Fabiana: Podemos dizer que a oportunidade de você ter a bolsa foi um peso fundamental?

Entrevistada 1: não. Porque eles não sabiam que eu tinha bolsa, mas o fato de eu estar cursando a faculdade, sim. Hoje em dia tem empresas que se destacam, que querem alunos do ProUni. Não sei se você já viu isso?

Fabiana: não. Essa informação é nova.

Entrevistada 1: Tem vagas que eles colocam que preferem alunos bolsistas. Você tem que informar se é bolsista ou não.

Fabiana: Qual foi o ano que se formou?

Entrevistada 1: 2010.

Fabiana: qual a perspectiva que você possui em relação ao futuro no mercado de trabalho?

Entrevistada 1: a primeira coisa que desejo é trocar de trabalho, pegar uma experiência nessa área em que estou, que é de compras. Durante a faculdade, acabei não procurando outro emprego, permaneci nesse que eu estou. Então agora é pegar experiência nessa área de compras ou em qualquer outra área em que eu possa agregar conhecimentos. Porque eu não tive muito. Não fiz estágio durante a faculdade, essa foi a realidade. Então, trabalhei em emprego formal, com carteira registrada. Quando você faz estágio, você tem mais oportunidades de inserção no mercado. Então não fiz estágio, já entrei no trabalho registrado, com vínculo empregatício e tudo. Hoje meu objetivo é pegar experiência nessa área que eu estou. Ano que vem quero fazer intercâmbio, é meu objetivo. E se Deus quiser, eu quero arranjar outro emprego.

Fabiana: Qual foi seu curso?

Entrevistada 1: administração de empresas.

Fabiana: Como a experiência profissional teve interferência nessa sua trajetória? Sua experiência, por exemplo, de um trabalho para outro, foi importante?

Entrevistada 1: sim. A experiência de um trabalho para outro é fundamental. Acho que é um diferencial no mercado de trabalho, melhor do que a faculdade. Acho que quem tem a experiência hoje e não tem faculdade é bem visto no mercado, quem tem as duas coisas dá um upgrade bem melhor na carreira. Então, se você tem faculdade e não tem experiência, não significa nada. As duas coisas têm que andar juntas, caminhar juntas.

Fabiana: E qual o elemento fundamental que você considera além da experiência da graduação?

Entrevistada 1: são os cursos de idioma. Tem sempre que estar se reciclar no mercado de trabalho. De nada adianta a faculdade. Você tem que aplicar no dia a dia, e colocar isso no seu currículo para o mercado de trabalho. Durante a faculdade é bem mais fácil conseguir trabalhos, estágios melhores. Conseguir escolher um pouco mais, verificar o que você quer, entender melhor o que será melhor para você no mercado de trabalho. Depois que termina a faculdade, fica um pouco mais difícil, ainda mais quando não se tem muita experiência na área. Eu acho que eu peceei por não ter feito estágio. Eu acabei trabalhando num emprego de carteira assinada e me acomodei. Não pensei: e depois, o que vai ser de mim? Continuei no

meu empreguinho, estava tudo bom na época, e continuei trabalhando. Depois que eu percebi, daí eu pensei: nossa eu não fiz estágio, e agora? Como eu vou arranjar um emprego na minha área. Fui inexperiente nesse ponto.

Fabiana: Me fale da sua situação atual na empresa.

Entrevistada 1: Na empresa que estou trabalhando hoje, pedi transferência de setor, por questões de experiência, pra conseguir um pouco de experiência. Porque na época que eu fiz a faculdade, não tive a possibilidade de fazer estágio, então pedi transferência de setor para uma área administrativa para conseguir experiência, e com essa experiência tentar outra vaga no mercado de trabalho.

Fabiana: alterou sua renda?

Entrevistada 1: não alterou. Manteve a mesma renda. Porque na empresa que eu trabalho é muito difícil conseguir promoção ou aumento de cargo.

Fabiana: Muito obrigada!

## ENTREVISTADO 2

Fabiana: boa tarde! Meu nome é Fabiana. Estou terminando meu doutorado na PUC/SP. Fiz o meu Mestrado lá também, como o tema sobre o ProUni, e naquela ocasião com os alunos matriculados no Programa. Agora no doutorado, meu foco de trabalho são os alunos que já se formaram, que denominamos de egressos. São os egressos do ProUni. Nossa tema da pesquisa é: em que medida o programa, enquanto uma política pública de acesso à educação superior possibilitou melhores condições de acesso ao mercado de trabalho e quais as mudanças na situação econômica dos seus egressos? Queria que você relatasse com foco na discussão do mercado de trabalho sua trajetória ocupacional. Quando você começou a trabalhar? De lá pra cá, quais foram as empresas e os cargos que você ocupou? Onde você está trabalhando agora? Teve mudanças na sua renda nesse processo da trajetória?

Entrevistado 2: antes de me formar, consegui uma vaga na área, mas como analista de suporte. Passei oito meses e saí. Fiquei seis meses parado. Também trabalho com eventos, e sou fotógrafo também. No final do ano passado, entrei em outra empresa para trabalhar na área como analista de suporte. No dia 31 do mês passado fui desligado da empresa porque o foco da atividade que eu exercia mudou e eles queriam uma pessoa que já tivesse experiência na área de supermercado. Não só na parte de suporte, mas de supermercado. Mas assim, o ProUni sempre me ajudou bastante porque pagar eu não teria condições. Apesar da faculdade não ser uma das mais conceituadas, o valor é bastante, não é uma quantidade tão irrisória, e na atividade que exercia não tinha condições de pagar, então me ajudou muito. Já tinha interesse na área de TI, aprendi bastante e consegui despertar um interesse maior dentro da área de TI. Foi na área de gestão de projetos, mesmo já tendo alguma experiência na área de suporte, com infraestrutura, mas dentro da área de projetos foi onde consegui me identificar melhor.

Fabiana: Qual foi sua universidade?

Entrevistado 2: a UNIP.

Fabiana: Curso de Tecnologia da Informação?

Entrevistado 2: Isso mesmo.

Fabiana: Você começou a trabalhar com quantos anos?

Entrevistado 2: Com 12 anos.

Fabiana: Quais foram seus primeiros empregos?

Entrevistado 2: Eu trabalhei primeiro como Office boy, daí peguei um estágio com projeto da Febem lá do Ceará, não fui menor infrator, é porque a Febem desenvolveu um projeto no Ceará para pegar menores de baixa renda e eles davam curso pra gente. E através desse curso a gente conseguia vaga de estágio em empresas públicas ou privadas.

Fabiana: Lá no Ceará?

Entrevistado 2: Isso, lá no Ceará. Eu consegui um estágio por dois anos e seis meses num banco. O banco lá do Estado.

Fabiana: Você estava com qual idade?

Entrevistado 2: Eu estava com 13 para 14 anos.

Fabiana: Qual atividade você exercia?

Entrevistado 2: Eu era office boy. Trabalhava no setor de cobrança. Com 8 meses eu passei para o setor de compensação, para digitar cheques, dar entrada dos cheques no sistema. Eu passei 2 anos e meio nesse estágio e terminou quando completei a maioridade. Após os 16 anos tive que sair. Não era a maioridade, tinha um período de estágio, de tempo de estágio. Fui trabalhar em outras empresas, dentro do projeto. Quando completei a maioridade fui trabalhar na fábrica.

Fabiana: fábrica de quê?

Entrevistado 2: fábrica de transformadores de alta potência.

Fabiana: qual era sua função lá?

Entrevistado 2: era auxiliar de produção, mas fazia parte de polivalência. Era treinado em todos os setores pra substituir as pessoas que tiravam férias.

Fabiana: quanto tempo ficou nessa empresa?

Entrevistado 2: fiquei quase dois anos lá. Sai mais para estudar mesmo

Fabiana: e você saiu dessa empresa e veio para São Paulo?

Entrevistado 2: não. Pra São Paulo eu vim faz 7 anos.

Fabiana: depois dessa empresa, quais foram suas outras atividades?

Entrevistado 2: a maioria das atividades, depois que eu saí dessa empresa de transformadores, foi trabalhar com licitação. Com licitação passei mais de 5 anos. Era uma área bem burocrática, bem complicada. Na verdade, foi mais por isso que eu vim a São Paulo, pra procurar estudar, mudar de função, mudar de área, porque eu não gostava muito do que fazia. Fazia porque pagava bem. Mas depois eu comecei a perceber que aquele pagar bem, não era bem o que eu queria.

Fabiana: você veio pra São Paulo quando?

Entrevistado 2: Eu vim em 2005.

Fabiana: já começou a trabalhar aqui também?

Entrevistado 2: comecei a trabalhar. Na verdade, quando cheguei fui panfletário. Um amigo meu trabalhava numa loja em frente ao shopping Iguatemi, ai fui panfletar pra ele, porque era final de ano. Nesse tempo que eu estava panfletando, passei em frente a uma papelaria, na Faria Lima. Lá estavam precisando de digitador, e eu já tinha experiência. Fui lá e peguei a vaga. Fiz a seleção, fui escolhido e passei mais de dois anos trabalhando com eles. Nesse tempo, fiz curso técnico.

Fabiana: De que?

Entrevistado 2: de informática. Fiz pela ETE/SP. A gente chamava antes de ETESP, agora é ETE São Paulo. Teve Vestibulinho, fiz e graças a Deus passei. Terminei o curso, e pra continuar fiz o Enem, e consegui a bolsa pelo ProUni.

Fabiana: Quando você entrou pelo ProUni?

Entrevistado 2: Foi em 2009.

Fabiana: E quando se formou?

Entrevistado 2: Em 2011. Curso de gestão são dois anos.

Fabiana: você tem mais ou menos 1 ano de formado então?

Entrevistado 2: sim.

Fabiana: E quando você começou a graduação estava trabalhando nessa papelaria?

Entrevistado 2: não. Quando comecei, estava trabalhando só com eventos.

Fabiana: Com eventos?

Entrevistado 2: sim.

Fabiana: autônomo?

Entrevistado 2: sim. Autônomo

Fabiana: quando você concluiu sua graduação você estava trabalhando onde?

Entrevistado 2: Estava na Intelig.

Fabiana: E qual era sua função?

Entrevistado 2: era analista de suporte.

Fabiana: Nessa transição do início para a conclusão do curso, você migrou para a Intelig?

Entrevistado 2: sim. Sai, e trabalhei por último numa empresa de assessoria.

Fabiana: antes você era autônomo, e depois você passou a trabalhar na Intelig?

Entrevistado 2: sim. Na Intelig. Depois da Intelig, acho que passei uns 4 meses com eventos, ai consegui essa vaga como analista de suporte nessa empresa que dava assessoria para o varejo.

Fabiana: Nessa última empresa que você trabalhou?

Entrevistado 2: sim. Mas saiu devido a mudança de função. Eles queriam uma pessoa mais experiente, com mais experiência dentro da área de redes, e que tivesse trabalhado em supermercados.

Fabiana: Então era incompatível com a função que você estava exercendo?

Entrevistado 2: No começo não era. Fazia meu trabalho, e fazia até bem mais que deveria. Porque eles me chamaram para dar suporte apenas para o sistema. Ai surgiu a oportunidade de ficar fazendo a manutenção dos micros da empresa, interno. Eles migraram para outro sistema e colocaram outra rede de computadores. Nessa função eles queria uma pessoa que tivesse um pouco mais de experiência, e eu não tinha.

Fabiana: Atualmente você está desempregado?

Entrevistado 2: sim. Tem 10 dias que eu saí. Sai de lá e ainda estou resolvendo a papelada da homologação que vai acontecer segunda-feira agora.

Fabiana: Há alguma perspectiva de inserção de novo no mercado?

Entrevistado 2: sim. Tenho alguns amigos que trabalham na área e já me pediram o currículo. Mas não tenho como entregar agora, porque ainda não resolvi a parte burocrática do desligamento.

Fabiana: queria que você me falasse se além do ProUni, que outros fatores contribuíram para essa sua trajetória no mercado de trabalho? Por exemplo, familiares, cursos de formação, amigos, experiência profissional, enfim.

Entrevistado 2: eu não vou falar de amigos, porque meus amigos foram até um pouco contrário as minhas ideias quando eu falei. Como eles não trabalham na área acha que tudo é difícil, e a gente não consegue. Se não tentar, não dá certo, e assim eu consegui bastante. Fiz esses cursos ai, fiz alguns cursos que me levaram a ter mais interesse pela área devido a minha situação financeira. Eu tinha interesse mas não tinha acesso. Tornava isso um pouco mais distante da minha realidade. Isso acontece ainda hoje, não só naquela época da minha infância como hoje ainda, tem pessoas que tem interesse, tem talento pra coisa, mas falta oportunidade, falta acesso mesmo. Falta acesso para que elas possam ter mais interesse por aquela área, conhecer melhor, se preparar melhor pra tentar o mercado de trabalho, estudar mesmo, fazer uma graduação.

Fabiana: você pode afirmar se sua condição, antes, durante e depois do ProUni, teve alteração na no mercado de trabalho?

Entrevistado 2: sem dúvida. Teve bastante.

Fabiana: Teve alteração na sua renda? Pra mais ou pra menos?

Entrevistado 2: vou te ser sincero, não muito. Hoje, só uma graduação não quer dizer muita coisa.

Fabiana: além da graduação que outros elementos contribuíram para a sua trajetória, ou poderiam ter contribuído?

Entrevistado 2: uma das coisas que eu acho primordial para quem faz a minha área de TI, seria um curso de línguas, de preferência o inglês. Tendo o curso de inglês, e tendo a graduação, você tem 90% de chance de conseguir uma vaga pra ganhar 3 ou 4 vezes do que um analista, como no meu caso ganha hoje. A média de salário hoje com um curso de línguas e mais alguma especialização na área, uma certificação ou dependendo da área que você escolheu infra ou gerenciamento ou a área de desenvolvimento. Se você tem certificações nessas áreas e mais um curso de línguas, um inglês intermediário, que você consiga pelo menos se localizar, conversar com alguém, mesmo com pouco de dificuldade, mas se você tem essas duas coisas, certificação e curso de línguas, mais a graduação, aí sim, a remuneração melhora, digamos 200%, 300%.

Fabiana: Mas você pode dizer que teve mudanças pra mais ou pra menos da sua renda, desde quando você entrou no ProUni?

Entrevistado 2: Pra mais, pra mais. Com certeza.

Fabiana: Você saberia em quanto? 2, 3, 4 vezes mais?

Entrevistado 2: 2 vezes.

Fabiana: O que você falaria sobre o ProUni se você pudesse resumir. Críticas, sugestões ou avaliação do programa.

Entrevistado 2: O certo seria não ter o ProUni. Seria ter um estudo, uma faculdade gratuita boa pra todos. Mas isso teria que partir não da parte do curso superior, mas vindo lá do ensino fundamental, falo do jardim de infância. A preparação teria que começar de lá, pra poder chegar na faculdade sem precisar pagar. Porque esses vestibulares das faculdades públicas, aquela maratona de estudos, de provas, eu não acho errado. Realmente tá lá quem precisa,

mas é culpa do governo. Ele tem toda a parcela de culpa por não ter um ensino melhor da infância até a fase adulta. Não preparar a gente para uma faculdade pública. Aí o que é que o governo fez? Foi lá e criou o ProUni pra limpar a barra dele. Tem ajudado bastante. Porque se não fosse o ProUni, eu até poderia ter conseguido, como eu tentei o Fies. Conseguí pelo Fies e consegui pelo ProUni. Pelo ProUni eu não precisaria devolver nada. Mas tem ajudado bastante. Todo mundo que faz pelo ProUni, que encabeça mesmo na vaga, consegue e muda um pouco a vida dele. Como tem também aqueles que entram. Porque é assim, muitas pessoas que entram, acabam desistindo. Pelo menos na minha turma, umas 4 ou 5 pessoas mais ou menos, entraram pelo ProUni e acabaram desistindo. Por quê? Porque o ProUni é uma coisa gratuita, eles vão lá fazem, fazem a inscrição para o ProUni, entra na faculdade e vê que não era aquilo que eles queriam e acabam desistindo. Tem muita gente que não valoriza isso. Eu, pelo menos assim, acabei valorizando porque é uma porta que abriu pra mim, que o governo abriu para nós que temos baixa renda. Então é assim, eu procuro aproveitar essas oportunidades, e tem pessoas que não aproveitam, mesmo conseguindo, não aproveitam.

Fabiana: Mas você acha que elas não aproveitam por quê?

Entrevistado 2: Primeiro porque eles veem que não era aquilo que eles queriam, o curso. Chegam lá e se decepcionam. Eles não têm certeza. São pessoas que assim, que não tem esclarecimento da área. Ai vão pra fazer, porque é uma área que está em fase de crescimento e acham que chegando lá, a coisa é bem diferente né. Do jeito que elas pensam assim. Mas chega lá e é bem diferente, não é aquilo que elas pensam que era. É uma coisa gratuita, então se vão abandonar ou não, não vai ter problema. Se elas tivessem pagando, seria diferente, eles não abandonariam, ou até abandonaria, mas antes terminariam um semestre ou não. A maioria não termina.

Fabiana: Existem quantos casos desses na sua turma?

Entrevistado 2: Bastante. E assim, o que acontece também é que elas acabam desistindo também porque falta incentivo. A própria vontade delas mesmo de melhorar. E outra, é gratuito né. De graça então, acho que não tem tanto valor. Eles não costumam valorizar tanto. Não estudaram bastante pra conseguir, até estudam, porque não é tão difícil. O Enem e o ProUni, não é tão difícil de conseguir. Se você tem um certo grau de conhecimento, você consegue fazer a prova, consegue fazer uma média legal pra te colocar numa faculdade. O que

falta mesmo é valorizar aquilo ali. Tem muita gente que não valoriza. Que é dado pelo governo, então acha que não é a melhor coisa. Mas quem tá lá mesmo, aqueles que pagam, estão fazendo o mesmo curso, estão tendo o mesmo aprendizado. Acho que é isso. Também é de cultura. A cultura faz muito que as pessoas desistam das coisas. Hoje eu vejo dessa forma. Vindo de pessoas com melhores condições, pessoas com dinheiro. Elas já possuem uma vida bem regrada, já começam bem o dia delas. Elas têm um curso de manhã, a tarde tem uma escola, a noite tem um curso. Elas têm uma vida assim, uma agenda, mesmo que seja uma vida de criancinha, existe uma agenda pra ela. A mãe vai para o trabalho, a baba vai lá, leva a criança pra fazer natação, fazer um curso. Nós de baixa renda não temos esse costume. A gente cresce na rua, brincando de pipa, aqui a gente chama de bolinha de gude. A nossa vida é bem diferente da deles. A gente não tem essa coisa de regra. A gente vive feito uns animais.

Fabiana: o que você chama de regra?

Entrevistado 2: agenda. Nós não temos essa agenda. A gente acorda, toma café e vai pra rua brincar. Se tiver aula, tudo bem. É assim, não tem a cultura. Agora tá bem diferente, mas antes era assim. Tanto que as pessoas de hoje, os mais jovens tem outra cabeça, a cultura era desse jeito. Não forçava a gente a estudar, a ter uma rotina, falta isso. Aí o que acontece, as pessoas vão pra faculdade, conseguir uma bolsa e chega lá, elas veem que é outra coisa, que não era bem aquilo que elas pensavam. Ai, o que elas fazem? Vão desistir.

Fabiana: qual a profissão dos seus pais?

Entrevistado 2: meu pai é comerciante, é vivo ainda. Minha mãe é falecida, era doméstica. Ela tinha até a 5º série do ensino fundamental, meu pai também.

Fabiana: você considera que sua situação comparada a dele está melhor? Pior? Ou a mesma coisa?

Entrevistado 2: pior não posso falar né? Melhor, tão melhor também não está. Porque meu pai, como é comerciante e aprendeu com o dia a dia, ele tem outra vida no Ceará. Ele é bem mais tranquilo. Mas é assim, o que ele faz é algo que eu jamais conseguia fazer. Ele trabalha com frigorífico, é uma profissão que não dá, eu acostumei na área burocrática.

Fabiana: É outra perspectiva?

Entrevistado 2: sim. Agora, pra eu melhorar mesmo, o que eu to precisando é fazer uma especialização, certificações. Quer dizer, tudo isso requer grana, dinheiro e não é barato. Sai bem caro.

Fabiana: Então fala um pouquinho da sua perspectiva de futuro, dentro de mercado de trabalho, evolução, de perspectiva profissional, mesmo individual, em relação a sua formação.

Entrevistado 2: Agora eu vou fazer umas pesquisas sobre especialização, ou mesmo uma pós-graduação. To procurando isso. Eu to fazendo a pesquisa, mas to procurando certificações.

Fabiana: Seria um curso de qualificação?

Entrevistado 2: de qualificação. Por que nessa área tem que ter. Não tem como não ter. É diferente de quem faz uma administração, de quem faz biologia. Até essas áreas é uma coisa que acaba mudando. Mas é assim, a área de TI é uma área que muda muito. A cada três meses tem coisa nova no mercado. Então assim, certificações eu tiro uma hoje, daqui há 1 ano, a que eu tirei já não...não é que não sirva, mas não está mais tão cotada. Eles já estão procurando pessoas com mais experiência, com outras certificações. Então é assim, eu tenho que fazer mesmo. Pra eu crescer no mercado, conseguir um emprego, um trabalho melhor, eu tenho que estudar. Não da para parar. Se eu escolhi essa área, eu tenho que estudar. Tenho que fazer curso de línguas também. Tenho que ter no mínimo 1 língua, no mínimo inglês. Eu to fazendo inglês, to estudando. Eu pago um curso próximo a minha casa lá. Tenho um pessoal conhecido que eles tiveram bastante vivência nos EUA e estão dando aula numa escola, fundada dada por eles, numa igreja. É assim, é um valor que dá pra eu pagar, da pra estudar direito, e aprender também. E to correndo atrás das certificações. Assim, to estudando em casa, da forma como eu posso, da forma como eu sempre fiz a vida toda, eu sempre pego material, agora com internet ajuda bastante, não precisa estar comprando livros, apesar de gostar muito de livros. Eu tenho estudado em casa. Pra quando eu estiver mais ou menos preparado, eu pego o dinheiro, vou lá, invisto naquilo, pago o curso, porque o curso geralmente são 3 a 4 dias.

Fabiana: Você busca qualificação nessa área?

Entrevistado 2: sim. Pra tirar certificações. Num curso de 3 a 4 dias paga no mínimo R\$ 2.000,00.

Fabiana: o investimento nessa área é caro?

Entrevistado 2: muito caro. Isso porque a gente ainda paga pra fazer a prova, que geralmente, na maioria das vezes é em inglês, ela vem em inglês. Tem em português também, mas em inglês você tem mais chance de fazer a prova correta, porque, às vezes, quando a prova é em português, existem os erros de traduções ou as pegadinhas. Então, se você está se preparando no inglês e faz a prova em inglês, você tem mais chance de certificar.

Fabiana: Muito obrigada.

### ENTREVISTADO 3

Fabiana: boa tarde! Meu nome é Fabiana, e estou fazendo uma pesquisa de doutorado da PUC- SP, do programa Educação: currículo. Tem como objetivo identificar de que forma o ProUni contribuiu ou não para que os egressos pudessem ter melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, e consequentemente, mudanças na sua condição socioeconômica. Gostaria que comparasse a sua condição de vida antes, durante e depois de ter a oportunidade de acesso ao Programa, e identificar se ele contribuiu ou não para alterar sua condição no mercado de trabalho. Descreva sua trajetória de quando começou a trabalhar. Com quantos anos? Como foi esse processo? Quais cargos você ocupou? Em quais empresas trabalhou e qual sua condição atual?

Entrevistado 3: no mercado de trabalho comecei a trabalhar muito cedo, assim como boa parte do pessoal que foi assistido pelo ProUni.

Fabiana: Com quantos anos?

Entrevistado 3: com 12, 13 anos eu já estava trabalhando em algum lugar pra ter um pouquinho de renda pra ajudar em casa. Então passei desde as oficinas de bairro, como serralheria, oficina mecânica, funilaria, e depois com 15 anos eu já estava no mercado de trabalho já registrado como Office boy numa empresa que trabalhei e saí de lá como assistente administrativo com 17 anos. Como comecei a trabalhar muito cedo, isso teve um impacto muito negativo na minha vida de estudante. Tive que parar de estudar por várias vezes. Inclusive a primeira série eu tive que parar de estudar, foi na terceira série do ensino fundamental, ensino básico. Depois de lá pra cá eu só fui começar e ter uma vida mais regular depois da 7º série do ensino fundamental. Também coincidiu um pouco da minha vida de participação no movimento estudantil, quando eu cheguei da escola, fui participar de greve estudantil, me interessar um pouco mais pela escola. E aí continuava no mercado de trabalho, nessa área de escritório como auxiliar administrativo. Eu trabalhei até 92 como auxiliar administrativo. Depois veio aquela crise no Brasil, de 92, com o Collor, quando teve toda aquela crise, quando ele pegou todo o dinheiro, e alguns estavam aplicados. Não só de pessoa física, mas como de pessoa jurídica e algumas empresas quebraram, inclusive a minha, faliu, fechou.

Fabiana: Qual era a empresa?

Entrevistado 3: era uma empresa de metalúrgica. Trabalhava na área administrativa. Era a Metal Design. Trabalhava com fachada para esses mercados grandes, como Pão de Açúcar. Teve um período de muita crise e fiquei desempregado. Fui trabalhar na informalidade na construção civil. Foi nesse período que consegui também concluir o ensino médio. Conclui por volta de 93, 94 e fiquei praticamente sem estudar uns 4 anos, porque não conseguia e não tinha perspectiva de ter acesso à universidade. Porque a universidade para pessoas da minha condição financeira era uma coisa praticamente impossível. Você não tinha tantas universidades que ofereciam oportunidade de estudo. Na particular não tinha condição de pagar e a pública, a gente não tinha preparação pra tentar, pra entrar, por exemplo, numa pública como USP ou qualquer outra que fosse técnica. Até tentei. Tentei pedagogia USP ali por volta de 96. Mas foi uma coisa assim, pra jogar pra baixo, pois me saiu muito mal no vestibular.

Fabiana: vou te pedir pra concentrar mais na parte da trajetória ocupacional.

Entrevistado 3: trabalhei na construção civil e me interessei por uma área, que era a área de elétrica. Daí fiz um curso. Fiz um curso aqui na Getúlio Vargas, na Escola Técnica Getúlio Vargas, em técnico de elétrica porque esse eu consegui fazer o vestibulinho, passar e fazer o curso, que também é gratuito.

Fabiana: então você ainda estava na empresa, na construção civil?

Entrevistado 3: na construção civil como autônomo. À partir do curso eu já comecei a trabalhar como autônomo, mas não mais como ajudante na construção civil, mas eu passei a trabalhar por conta na área de elétrica, fazendo instalação residencial e predial.

Fabiana: começou melhorar a renda?

Entrevistado 3: começou a melhorar um pouco a renda. Mas assim, eu sempre tive a vontade mesmo de entrar na área de educação, de trabalhar, ir pra escola, atuar enquanto professor, só que fazer a faculdade era um sonho. Só fui conseguir entrar de fato na universidade quando apareceu o ProUni, quando apareceu essa oportunidade. Conseguir entrar logo no primeiro ano.

Fabiana: Foi quando?

Entrevistado 3: na verdade, eu só entrei na segunda turma. Eu não lembro exato se foi 2005 ou 2006. Na verdade foi em 2006. Eu fiz e consegui tirar uma boa nota logo no primeiro Enem. Ai no ano seguinte já estava na universidade.

Fabiana: qual foi o curso?

Fabiana: em História?

Entrevistado 3: no curso de Licenciatura. Na verdade eu iniciei em Letras. Iniciei em Letras, fiz 1 ano de Letras e vi que não era bem a minha praia. Aí eu consegui fazer a mudança dentro da universidade e consegui mudar o curso de Letras pra História. Do ponto de vista financeiro, a área de elétrica paga mais, só que do ponto de vista como profissional e pessoal, não era uma coisa que eu fazia porque era aquilo que eu queria na área de elétrica. Porque até então, poderia ter seguido para ser engenheiro elétrico. Mas teria uma dificuldade maior, porque o acesso à universidade de engenharia era muito mais difícil, mas era uma das minhas opções também de ProUni. Eu tinha essa condição também no ProUni, eu coloquei como primeira opção Letras e depois como outra opção, se não me engano a terceira, era engenharia, na Radial em Santo Amaro. Eu também tive acesso e poderia ter feito essa opção. Mas só que, a minha vontade, o meu sonho era Licenciatura, ir pra sala de aula.

Fabiana: você entrou no curso de Letras, depois você mudou para o curso de História. Como foi esse processo? À partir de que momento começou a atuar na sua área? Como foi essa transição? Continuou trabalhando na área de elétrica?

Entrevistado 3: sim. Continuei fazendo o curso e trabalhando na área de elétrica até finalizar a licenciatura. Até então, fiz os estágios, mas não atuei. Todo mundo de licenciatura inicia como professor eventual. Eu só fiz os estágios, mas não fui pra área de eventual, porque infelizmente, você recebe muito pouco e fica também na dependência da falta de um profissional, de um professor pra você dar aula e poder ser remunerado. Às vezes passamos o dia inteiro na escola, e muitas vezes não pega uma aula. Você está alí como eventual. Só fui atuar mesmo como professor depois que eu me formei. O Estado, que geralmente é o primeiro acesso pra grande maioria de licenciatura, começou a fazer umas provinhas no final do ano pra todo iniciante ou pra quem está na carreira sem estar como concursado. Faz uma provinha

no final do ano, e se tirar uma nota acima de 50%, tem direito a atribuição de aula no ano seguinte. Então foi a partir dai que eu comecei a atuar. Então já entrei direto com aulas livres, com minhas próprias salas de aulas, minhas próprias turmas.

Fabiana: mas não é um concurso público?

Entrevistado 3: não é um concurso público, é um contrato.

Fabiana: um contrato temporário?

Entrevistado 3: um contrato temporário. Sempre de 1 ano. São 12 meses e se prorroga por mais 12 meses. Como existe muita falta de professores no mercado, que no início, esse contrato era pra ser de no máximo de 2 anos e depois tinha que ficar no intervalo de 1 ano sem atuar, a não ser que você fizesse o concurso, ficava 1 ano sem dar aula e depois voltaria no ano seguinte. Coisa totalmente sem sentido. O governo voltou atrás e não manteve essa lei que tinha estabelecido de contrato. Então, todo ano, se você passou na prova, pode conseguir aula no ano seguinte de novo.

Fabiana: você se formou quando?

Entrevistado 3: me formei em 98. Em 2009 eu já estava na sala de aula. Estou no terceiro ano aqui em sala de aula, no terceiro ano enquanto professor.

Fabiana: você está concursado agora?

Entrevistado 3: não

Fabiana: Está como contrato temporário?

Entrevistado 3: sim. Passei no concurso, mas como o concurso teve várias fases, na primeira prova que era inicial eu passei. Fiz a segunda parte que é atribuição, fiz a terceira que foi uma escola do Estado e aí eu tive a infelicidade de perder uma prova. Foram duas provas, eu perdi umas das provas da última etapa, que é a etapa final. Então, perdeu uma prova, está eliminado do concurso.

Fabiana: Se você fizesse um paralelo na sua trajetória à partir do acesso ao ProUni, qual seria sua avaliação em termos de alteração no mercado de trabalho? Do ponto de vista da renda, da perspectiva pessoal, profissional, enfim...

Entrevistado 3: o ProUni serve como verdadeiro elevador social, porque quando você tem o acesso à universidade, tanto no ponto de vista pessoal, como do profissional, e automaticamente, financeiramente ele vai te dar estabilidade. Então eu só tenho análise positiva, não só para mim, assim como todos meus colegas que fizeram o ProUni, que passaram pelo ProUni.

Fabiana: além do acesso à graduação, você considera que teve outros elementos que contribuíram pra ajudar na sua trajetória? Por exemplo, ajuda familiar, a oportunidade de outros empregos, cursos de formação que você fez, enfim.

Entrevistado 3: com certeza. Primeiro, essa satisfação pessoal de você ter um curso, você estar capacitado para o mercado de trabalho, você ter uma profissão, é uma coisa muito importante pra qualquer um que está tentando chegar no mercado de trabalho. E depois a elevação social mesmo. Você, a partir do momento que você tem a profissão, você tem sua estabilidade, vai progredindo socialmente. Eu tenho um padrão de vida melhor. Poder aquisitivo melhor, isso melhora seu padrão de vida.

Fabiana: Você pretende continuar estudando?

Entrevistado 3: sim. Como eu sou professor do ensino fundamental e médio, a minha intenção é chegar a ser professor universitário. Então preciso ter mais acesso, que está difícil ainda, queria fazer uma pós, um mestrado.

Fabiana: O que você projeta para os próximos anos? Além dessa visão de chegar na universidade, e de dar aula numa universidade.

Entrevistado 3: uma coisa que eu sempre quis e também vai melhorar ainda mais. Um professor hoje no início de carreira dentro do Estado, no Município, recebe muito pouco. Nós estamos, no Estado, com salário inicial é de R\$ 1800,00. R\$ 1800,00 é o salário base. Do município é um pouquinho maior, do município de São Paulo. Ainda é muito aquém do que de fato deveria receber um professor. A Universidade projeta mais e você tem que se dedicar mais.

Fabiana: O fato de você ter a graduação melhora seu salário no Estado?

Entrevistado 3: sim.

Fabiana: Aumenta?

Entrevistado 3: sim.

Fabiana: Como se fosse uma atribuição?

Entrevistado 3: sim. Uma evolução profissional. Todos os cursos que você vai fazer no Estado e também na Prefeitura, você vai evoluir na carreira. Como se fosse você acumulando pontos, faz um curso e você melhora na sua pontuação, e assim melhorando dentro da evolução de carreira, e do ponto de vista de salário. O salário vai melhorando.

Fabiana: E você considera que sua renda aumentou ou se manteve a mesma, comparando de quando você entrou na graduação até agora?

Entrevistado 3: quando eu estava trabalhando na área da elétrica, as vezes não tinha uma estabilidade. Não é que eu ganhava menos, mas não tinha estabilidade. Às vezes, você tirava um salário maior durante 1, 2, 3 meses, mas às vezes você ficava sem trabalho mais dois meses. Então, tinha muita instabilidade. Eu nunca atuei na área de elétrica, dentro de empresa, nunca fui pra uma empresa tentar seguir carreira. Enquanto professor, eu tenho a minha estabilidade, eu tenho estabilidade financeira que está garantida todo mês, o meu salariozinho lá. Se comparar na média total, o salário melhorou.

Fabiana: Talvez o elemento que você destaca mais seria a estabilidade?

Entrevistado 3: sim. A estabilidade.

Fabiana: mais do que a renda em si, a estabilidade?

Entrevistado 3: a estabilidade financeira e a satisfação pessoal e profissional.

Fabiana: você está satisfeito hoje no seu trabalho?

Entrevistado 3: estou satisfeito.

Fabiana: Com quantos anos você está?

Entrevistado 39 anos.

Fabiana: Momento de consolidar a carreira.

Entrevistado 3: Tem que ser agora. Não pode deixar muito pra frente não.

Fabiana: Muito obrigada. Foi ótima. Eu já tenho todos os elementos que eu precisava para prosseguir a pesquisa.

Entrevistado 3: eu é que agradeço.

## ENTREVISTADO 4

Fabiana: boa tarde! Meu nome é Fabiana, estou fazendo doutorado na PUC-SP com o tema dos egressos do ProUni no mercado de trabalho. Gostaria que, comparando a sua condição de vida, antes, durante e depois do seu curso do ProUni, descrevesse a sua trajetória, o que chamamos de trajetória ocupacional. Com quantos anos você começou a trabalhar? De lá para cá, quais as atividades desenvolveu? Quais foram os trabalhos, as funções que você ocupou? Quais foram as mudanças percebidas no decorrer da sua graduação. Qual o curso você fez?

Entrevistado 4: me formei em 2011 pela PUC-SP. Fiz direito com bolsa de 100% do ProUni. No início fui para o direito por surgir a bolsa, nem pensava em fazer direito. Saí a bolsa em direito, e na época era a primeira vez do ProUni, podíamos ter 5 escolhas. Fiz 5 escolhas de cursos diferentes dentro da PUC-SP. Fui agraciado com a do direito. Acabei fazendo direito, assisti a primeira aula, adorei e fui ficando. No primeiro semestre da faculdade, entrei na Justiça Federal. Entrei de férias na faculdade, e um primo de uma namorada minha na época me ligou e perguntou se eu não queria trabalhar lá, que estavam precisando de estagiários. Acabei trabalhando na Justiça Federal, fiquei lá de 3 a 4 meses.

Fabiana: qual era a função?

Entrevistado 4: era estagiário e fazia a função de: cartório, protocolo, ajeitar petição, fazer documentos internos. Estava uns 4 meses lá, e surgiu uma vaga no TRF da 3ª região, que fica na Paulista, e aí fui para o TRF porque lá eu ia fazer um serviço mais inteligente, mais acadêmico, do que tão braçal quanto eu fazia na Justiça Federal. Fiquei por volta de 4 a 5 meses também no TRF, e aí eu comecei a querer procurar escritório. Fui para o escritório chamado Dias Carvalho Filho Advogados, que é um dos melhores em direito criminal, extremamente famoso, extremamente forte. O Dr. José Carvalho Dias Filho foi Ministro da Justiça. É um escritório bem conceituado. Fiquei lá por 11 meses, e começou a me incomodar a ideia do direito criminal, por causa das questões éticas e outras coisas. Resolvi que queria fazer outra área, parti para a área do direito tributário. No direito tributário, saí do escritório top de direito criminal, e fui para outro escritório top de direito tributário, chamado Advocacia Craco Viack. Trabalhava com processos judiciais, também de estagiário, e os processos judiciais foram me incomodando porque era chato. Resolvi que queria fazer consultivo

tributário, e aí comecei a procurar, fiquei aproximadamente 11 meses nesse emprego. Comecei a procurar no consultivo tributário, consegui no escritório BMA advogados, que é considerado o sétimo maior do Brasil.

Fabiana: em qual área?

Entrevistado 4: direito tributário, estagiário em direito tributário. Consultivo tributário, não é uma área mui fácil, é muito difícil, mas bem interessante. Trabalhando no BMA, um amigo me indicou para ir pra o Pinheiro Neto Advogados, que é considero o melhor escritório de advocacia do Brasil. No Pinheiro Neto fui trabalhar também com consultivo tributário, fiquei lá até me formar. Sete meses antes de me formar fui contratado, passei a ser auxiliar jurídico. Isso foi em março de 2011, porque eu não poderia ser contratado como advogado pois não era advogado. Passei na OAB no mesmo ano da minha formatura. Virei advogado do escritório do Pinheiro Neto, e fiquei lá até junho desse ano (2012). E junho desse ano, eu saí do escritório. Pedi para ser demitido e com esse dinheiro do FGTS e do Fundo de Garantia e todos os outros recursos que saíram, vou fazer uma viagem para o Canadá. Vou para Vancouver, passo lá de seis a oito meses estudando inglês. Depois eu quero ir para Quebec, que é uma cidade que fala francês. Vou estudar francês, e volto daqui a um ano e meio, para advogar novamente.

Fabiana: você começou a trabalhar com quantos anos?

Entrevistado 4: trabalho desde cedo. Trabalhei com meu pai, ele tinha um mercadinho de subsistência. Trabalho com ele desde meus 10 anos, e ai quando fiz 16 anos de idade em que poderia trabalhar fora, fui trabalhar com telemarketing. Quando estava entre os 16 e 17 anos, comecei a fazer cursinho pré-vestibular. Fazia o cursinho da Poli, que é um cursinho mais barato, mas com uma qualidade boa. Não passei no primeiro ano, que era o ano do meu terceiro ano, fui para o segundo ano de cursinho. No segundo ano de cursinho, eu trabalhava. Estudava pela manhã, fazia na Lapa. Era um cursinho melhor. Morava na zona leste, saia da zona leste e ia para Lapa, tinha que estar lá as 07h30min, acordava umas 4h30min ou 5h30min. De lá ia trabalhar no telemarketing. Do telemarketing eu saia umas 19 horas, chegava em casa 20h30min e estudava até de madrugada, e assim foi rolando.

Fabiana: como surgiu a oportunidade do ProUni?

Entrevistado 4: no fim desse ano do cursinho. Como tinha feito escola pública, e tinha uma renda baixa, resolvi prestar o ProUni. E na época era uma primeira versão do ProUni. Era a primeira vez, e se tinha a possibilidade de escolher cinco cursos que poderia cambiar em cinco faculdades. Poderia escolher cinco faculdades diferentes para Direito ou a mesma faculdade para vários cursos ou Direito em uma faculdade ou Português (Letras) em outra, enfim. Queria fazer PUC, gostava da ideia de fazer PUC, e as cinco opções que eu tive foram todas humanas dentro da PUC.

Fabiana: quais foram?

Entrevistado 4: Letras, História, Psicologia, Jornalismo e Direito.

Fabiana: você entrou na graduação, e de certa forma teve mudança na sua situação antes e depois do ProUni em termos de oportunidade no mercado de trabalho. Quais seriam estas mudanças?

Entrevistado 4: a primeira mudança é ter o nome PUC no currículo. Já começa sendo latente, ainda mais no direito. Em direito existe uma segmentação das faculdades que são bem aceitas no mercado de trabalho top. No mercado de trabalho intermediário é outro tipo de graduação. Costumamos dizer que as grandes empresas gostam de PUC, USP, Mackenzie, e no máximo a FAAP. Existe essa a dinâmica. De certa forma é horrível, você retira muita gente boa do mercado de trabalho, mas é assim que funciona. E só o fato de fazer direito na PUC é algo que colocaria na frente de muitas pessoas. A segunda mudança foi na renda, porque hoje em dia eu moro sozinho. Quando fui contratado no Pinheiro Neto passei a ser assistente jurídico. Ganhei um salário maior e com esse salário resolvi morar sozinho. Antes morava na zona leste, tinha que andar de ônibus duas horas e meia todos os dias.

Fabiana: Você morava com a família?

Entrevistado 4: morava com meus pais. Só a ida para a PUC demorava uma coisa de uma hora e meia. Da PUC para o escritório já era mais uma hora, e do escritório para casa era mais duas horas. Então, o tempo de rua era quatro horas e meia, isso não compensava, dormia menos e trabalhava bastante. Resolvi morar mais para o Centro, até pela ideia de vir morar sozinho. Quem não quer morar sozinho? É uma farra. Essa mudança é total, me deu a possibilidade de ter condições de morar sozinho, ter minhas coisas e correr atrás de minha vida.

Fabiana: Em termos de renda o que considera que alterou?

Entrevistado 4: coisa de 1000%, sem dúvidas. Quando comecei a estagiar na Justiça Federal, por exemplo, ganhava coisa de R\$ 420,00, era um salário bem baixo. Quando entrei no escritório de direito, meu salário foi para algo de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.200,00. É o valor que se paga para um estagiário, é uma média do primeiro ao ultimo ano. No final, quando fui contratado, passei a ganhar três mil, no escritório que estava. Mas o escritório é de ponta de linha, não dá para se basear a carreira toda, quero dizer, todo o mercado. Quando eu me tornei advogado passei a ganhar R\$ 5.000,00. Então é um aumento de mais 1000%.

Fabiana: quando você entrou na PUC estava trabalhando onde?

Entrevistado 4: quando entrei na PUC, parei de trabalhar. Dois meses antes de prestar vestibular, eu saio do trampo que eu estava. Trabalhava com telemarketing e a empresa se chamada ML Gomes. Ganhava coisa de um salário.

Fabiana: e você deixou a empresa?

Entrevistado 4: sim. Deixei com o intuito de parar de trabalhar mesmo. Daí estagiei porque era importante pra carreira, e não pelo dinheiro. Estava me virando com dinheiro, que era pouco. Tinha um dinheiro em casa, não era nada, mas estava conseguindo me manter. Havia acabado de sair de outro emprego, e possuía seis meses do seguro desemprego. Estava me mantendo, tinha um dinheirinho guardado do fundo de garantia, e pedi para me mandarem embora. Segurei uns seis meses, e aí fui para a Justiça Federal para ganhar um pouquinho de dinheiro, mas com o intuito de ganhar experiência, que vale mais que dinheiro.

Fabiana: Se pudesse citar alguns fatores que contribuíram para essa sua evolução na carreira, o que você destacaria?

Entrevistado 4: Eu destacaria primeiro a vontade. Esse é o meu diferencial. Sou um cara perspicaz, e é isso que ajuda muito. Por exemplo, eu não tenho inglês, e para entrar no Pinheiro Neto e até mesmo no BMA, tinha que ter um inglês afiadíssimo, teria que falar como eu falo a minha primeira língua, sem dúvida. E eu consegui porque tinha outros cursos, outras qualidades que me destacavam mais do que o inglês, e que me daria possibilidades de seguir a carreira de qualquer forma assim como os outros. Isso já faz uma grande diferença. E eu sempre fiz muitos cursos, então eu era muito interessado. Se tivesse um Congresso de Direito

Tributário ou Criminal, quando eu trabalhava em Criminal, eu ia assistir o Congresso. Além disso, ia estudar cursos fora da faculdade.

Fabiana: E a ajuda familiar, de amigos, ou outros cursos que você já citou como influenciaram?

Entrevistado 4: oportunidades, eu acho que surge quando a gente está atento. Não há oportunidades que venha de graça, acho que todo mundo tem oportunidades, mas nem sempre ninguém tá ligado a ela. Quando você abre o olho, funciona bem. Acho que essa foi a minha diferença, eu nunca perdi as oportunidades. Por exemplo, eu estava no escritório, eu fiquei cinco anos sem tirar férias até o fim da minha carreira no Pinheiro Neto, que foi agora, para eu poder viajar. E isso tem um custo né? Depois da faculdade eu engordei uns 18 quilos, todos esses custos que você tem que contabilizar, mas é uma contabilidade que vale a pena. Acho que é mais a vontade que conta, é o diferencial.

Fabiana: Me fale sobre a oportunidade que o ProUni foi para você?

Entrevistado 4: Eu acho o programa genial. O único problema do programa é que ele impõe uma renda muito baixa, e isso pode atrapalhar algumas pessoas que também não tem a oportunidade de pagar, porque uma faculdade da PUC, por exemplo, é R\$ 1.200,00 inicialmente, termina com R\$ 1.500,00. Do meu rol de amigos da zona leste onde morava, não conheço nenhum que tenha condições de pagar R\$ 1.500,00, e não são pessoas que passam fome, são pessoas inteligentes que às vezes se limitam a outras faculdades. Se limitam a cursos técnicos porque a grana aperta. Essa é a minha única crítica. Tem também a forma da regulamentação, acho tem que haver uma forma de fiscalização maior. Mas melhorou muito, pois no inicio do programa era totalmente abandonado. Até o final do curso, eu mesmo tive que apresentar meus documentos para saber como é que tava a minha renda, isso tem mudado muito, principalmente na PUC. Mas fora isso, eu só tenho a elogiar, é um baita de um programa, que dá de verdade oportunidades para as pessoas inteligentes. Tinha cinco alunos da ProUni na minha sala e não fazia diferença, dava show até. Eu sempre fui desenvolto, então me destacava por ser desenvolto. Sempre tinha outro do ProUni que era o cara mais inteligente, daí se destacava por ser mais inteligente. Não havia nenhum caso de prounista perdido. Eu só vi um caso, e isso conhecendo várias pessoas dentro da PUC. Um caso de um

cara que entrou pelo ProUni na PUC, e abandonou depois de seis meses, mas eu acho que vale bem a tentativa de muita gente não abandonar.

Fabiana: qual a sua perspectiva profissional?

Entrevistado 4: A minha perspectiva profissional está mudando muito. Trabalhei na área pública e não me identifiquei. Trabalhei na área privada como advogado, e acho que me destaco melhor, tenho mais o perfil executivo. Penso em que daqui até os meus trinta anos montar escritório nesse ramo. Não que seja uma empresa, mas ter algo meu. Pretendo ir agora para o Canadá, e isso é profissional porque eu vou estudar inglês e francês. É para o meu currículo, é meu investimento, um grande investimento inclusive. Até o fato de eu ir morar sozinho, foi uma decisão profissional, porque eu poderia muito bem comprar um carro ao invés de ir morar sozinho, até porque sairia mais barato comprar um carro do que pagar aluguel. Mas a ideia de morar sozinho, me traria responsabilidade, me traria a necessidade de acordar sozinho, necessidade de fazer meu almoço e a minha janta. Me virar, e isso me fez crescer muito, conhecer pessoas novas. Moro na Roosevelt, onde tem vários teatros, várias pessoas interessantes, isso me fez crescer muito, então foi um investimento também. E depois de voltar do Canadá, eu pretendo ingressar no mestrado, e ir trabalhar em algum escritório de Consultivo, na área que eu pretenda montar o escritório. Lá fora no Canadá, eu quero fazer cursos de administração e de marketing. Cursos rápidos, para quando eu voltar quiser montar meu escritório, eu já estou preparado.

Fabiana: qual sua idade?

Entrevistado 4: 24 anos.

Fabiana: Muito obrigada.

## ENTREVISTADO 5

Fabiana: boa tarde! Meu nome é Fabiana. Estou fazendo Doutorado na PUC-SP, com o tema: o ProUni e o mercado de trabalho. Meu objetivo é justamente identificar de que forma o programa possibilitou ou não melhores condições de acesso dos egressos no mercado de trabalho, e qual influência na sua condição socioeconômica. Queria que você falasse, com foco na sua trajetória ocupacional, e fazendo uma comparação com sua condição de vida antes, durante e depois do ProUni, como foi sua trajetória no mercado de trabalho? Com quantos anos começou a trabalhar? Como é que surgiu essa oportunidade do ProUni? Como isso impactou na sua inserção no mercado de trabalho depois do Programa?

Entrevistado 5: eu voltei pra SP com 15 anos pra morar com minha mãe, numa situação com muitas dificuldades financeiras, e no fundo da casa da minha tia, em um cômodo. Ali comecei a fazer meus primeiros bicos. Não era uma inserção no mercado de trabalho, mas eram alguns bicos aqui outros ali, trabalhava fazendo panfletagem na Estrada do Campo Limpo. Emprego formal foi um pouco mais tarde. Com 16 anos cheguei a trabalhar menos de um mês, foi quando surgiu meu PIS. Não trabalhei com carteira assinada, e a empresa faliu. Fiquei um longo tempo trabalhando na informalidade. Para lembrar quando foi meu emprego formal, teria que fazer umas contas. Acho que por volta dos 20 e poucos anos comecei a trabalhar em um escritório, como auxiliar administrativo, com um salário pouca coisa maior que um salário mínimo da época. Nesse momento passo a assumir o principal papel financeiro da casa. Minha mãe tinha perdido o emprego recentemente e estávamos morando de aluguel, um pouco depois a gente constrói uma casa em cima da casa do meu tio, num terreno da prefeitura, terreno ocupado. Lá vivi até um tempo depois de terminar a faculdade. Então, com o salário de auxiliar administrativo, eu tinha que manter minha casa, e seria impossível entrar numa universidade.

Fabiana: quando você entrou na faculdade trabalhava como auxiliar administrativo ainda? Qual era o seu salário?

Entrevistado 5: sim. Ganhava um pouco mais que o valor da mensalidade da faculdade, ou seja, a faculdade girava em torno de R\$ 400,00, acho que ganhava em torno de R\$ 550,00.

Era impossível manter minha casa e a faculdade ao mesmo tempo. Daí inverteu, minha mãe é que estava vivendo com bicos e alguns projetos, que ela conseguiu mais tarde.

Fabiana: começou o ProUni em qual ano?

Entrevistado 5: em 2005.

Fabiana: qual foi o ano da conclusão da graduação?

Entrevistado 5: Em 2009, mas como não tinha feito o ENADE, só fui pegar meu diploma no início de 2010.

Fabiana: E durante o curso você mudou de função ou teve outros empregos?

Entrevistado 5: sim. Comecei a militar no movimento estudantil. Já conhecia um pouco antes, fui militante da juventude do PCdoB desde os 17 anos. Antes, estava no movimento secundarista e então assumi a presidência da União da Juventude Socialista na capital de SP. Passei a viver de uma ajuda de custo fornecida pelo Partido que era para me custear meu dia-a-dia, mas eu acabava revertendo para o custeio da minha casa e no dia-a-dia eu ia me virando como podia, tentava comer em casa, e me virando pra poder cumprir essa tarefa de militante político, ao mesmo tempo em que me formava na universidade. A renda não mudou muito, era praticamente a mesma e eu revertia ela quase toda para o custeio e manutenção de minha casa. Terminei a universidade e nesse momento deixei de ser presidente da UJS, e fui para a direção estadual. Fiquei um tempo como dirigente estadual da UJS. À partir do meu último ano na universidade fui trabalhar numa fundação de pesquisa, também ligada ao PCdoB, a Fundação Mauricio Grabois, utilizando um pouco do meu conhecimento adquirido na universidade. Trabalhei com pesquisa, ajudando eles no centro de documentação e memória dessa fundação. Esse é o momento que eu começo a lecionar. Em 2011 inicio minha trajetória como professor. Mais tarde percebi que seria incompatível manter os dois empregos, na fundação e como professor. Optei pela educação.

Fabiana: na Fundação, qual era sua renda aproximada?

Entrevistado 5: era de R\$ 1.050,00. Já aumenta bastante do que eu tinha antes.

Fabiana: Mas você só tinha essa renda?

Entrevistado 5: como professor passo a ter um complemento. Estava com 10 aulas inicial, recebendo cerca de R\$ 800, 00. Tive que optar por uma das duas. Nesse momento me casei, passo a morar junto com minha companheira e aluguei uma casa. Um aluguel um pouco mais caro, e isso vai exigindo um maior protagonismo meu para poder manter um nível de vida um pouco mais elevado. Saio da favela pra morar num bairro um pouco melhor da zona sul. Vi que não estava dando conta fisicamente e psicologicamente dos dois empregos, porque eu tinha que preparar aulas. Eram duas coisas que exigiam um nível de dedicação grande. Pra fazer pesquisa, você precisa viver aquilo no dia-a-dia, e estar na escola também você precisa preparar aula. Aí eu optei pela educação porque sempre foi meu desejo quando eu entrei na universidade, que era ir pra a área da educação, e financeiramente seria mais viável. Tentar na educação elevar minha renda para chegar próximo do que eu ganhava nos dois empregos. Aí eu atribuí mais aulas e passei a ter uma renda entre R\$ 1.500,00 e R\$ 1.600,00, uma renda fixa como professor. No meio do ano sou chamado no concurso que passei um ano antes, para assumir um cargo no Estado. Hoje estou como professor efetivo e tenho uma renda de R\$ 1.800,00 mais ou menos. Hoje eu tenho uma renda fixa e um emprego estável. Não faço jornada completa porque optei por trabalhar um pouco menos num primeiro momento, para poder me dedicar e avançar nos estudos acadêmicos. Para construir meu mestrado, optei por ter uma jornada um pouco menor de aulas, mas poderia aumentar também a minha renda com uma jornada maior.

Fabiana: você considera que, analisando essa sua trajetória, teve outros fatores que ajudaram além do Programa?

Entrevistado 5: Eu acho que até para poder entrar na universidade, tem outros fatores que me ajudam, porque a minha consciência política adquirida na militância me ajudou a não me enxergar como um incapaz, que não conseguiria. Meu objetivo inicial era entrar em uma universidade pública, ainda não existia o Programa. Estudei pra isso e não consegui entrar. Poderia ter me visto como um incapaz e ter desistido de um projeto futuro ali, mas pelo contrário, o fato de eu ter adquirido uma consciência política na minha militância no movimento estudantil me fazia ver que eu tinha mais que lutar para poder conquistar outras coisas. Isso me fez ver no programa uma oportunidade nova de entrar numa universidade, esse é o primeiro ponto. Quando estou no programa e saio para me dedicar a minha militância política, primeiro a minha formação me ajuda muito a desenvolver a minha universidade, lutar

contra os contratemplos, a falta de recursos às vezes para tirar uma xerox pra um trabalho acadêmico. E lutar contra esses contratemplos, através da minha consciência política me ajudou a superar isso com mais facilidade, sem contar que tive mais facilidade do aprendizado, porque boa parte eu já tinha adquirido dentro de uma formação política, e então isso também contribuiu para essa minha trajetória. Mas sem dúvida, sem o programa eu não teria tido esse trampolim, talvez eu tivesse me desenvolvido no escritório, coisa que provavelmente nem traria minha felicidade, nunca consegui me enxergar numa vida profissional mais voltada para um escritório, sempre sonhei com coisas mais livres, mais intelectuais, que você possa crescer, possa desenvolver. A educação é o lugar que eu consigo esses meus anseios.

Fabiana: do ponto de vista de sua formação e preparação para o mercado de trabalho, teve outros cursos?

Entrevistado 5: fui da primeira turma do ProUni e só tinha uma vaga de 100% na universidade. Minha primeira opção era PUC, que também só tinha uma vaga e não estava tão ampliado quanto hoje, não me lembro se foi 1<sup>a</sup> ou 2<sup>a</sup> turma, mas foi bem no início que eu entrei. Não consegui entrar na 1<sup>a</sup> chamada porque só tinha uma vaga, provavelmente quem tinha ocupado essa vaga deve ter optado por outra universidade, e acabei entrando na 2<sup>a</sup> chamada. Surgiu uma frustração, e fui procurar um curso de alguma outra coisa, porque eu não queria ficar parado, daí eu fui fazer um curso de web designer, e que até hoje às vezes me ajuda a ter uma renda extra, mas eu não me voltei pra esse curso como atividade profissional. Na verdade se eu não tivesse entrado na universidade eu acabaria seguindo outro rumo. Mas aí eu me voltei para História, me voltei para educação, e esse curso que eu tinha feito eu não deixei de lado, porque usei para várias coisas, mas não para minha atividade profissional em si.

Fabiana: a sua renda se elevou pelo seu relato até aqui. Você considera que o ProUni teve uma importância para isso ou não?

Entrevistado 5 total. Provavelmente ela teria se elevado porque eu teria uma trajetória profissional, mas eu teria muito mais dificuldade para isso. Hoje ela elevou em potencial e eu tenho um objetivo de elevar ainda mais. Eu posso, em médio prazo, dar aula em uma universidade, porque tenho um objetivo de prosseguir meus estudos. Não teria tido isso se não

tivesse tido o ProUni. Provavelmente eu teria uma formação técnica que permitiria um aumento de renda, mas teria um teto que seria difícil ultrapassar e o fato de eu ter me formado na universidade, hoje consigo enxergar possibilidades maiores.

Fabiana: e do ponto de vista profissional? Quais são suas expectativas e planos a médio e longo prazo?

Entrevistado 5: educação. Mas pretendo ir para educação superior também. Quero manter meu cargo no Estado, já que eu sou concursado, e pretendo não ficar preso em SP. Com o cargo no Estado tenho essa possibilidade de locomoção. Tenho vontade de sair daqui, e de dar aula em uma universidade. Manter o cargo no Estado, até para uma futura aposentadoria, manter a estabilidade, mas conseguir dar aula em uma instituição universitária.

Fabiana: vai continuar estudando?

Entrevistado 5: sim. Meu objetivo imediato é o mestrado, depois o doutorado. Meu objetivo é continuar estudando.

Fabiana: qual sua idade atual?

R – 29 anos

Bia – Muito obrigada pela entrevista. Boa sorte na sua trajetória.

## ENTREVISTA 6

Fabiana: tudo bem? Sou Fabiana, do Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo aqui da PUC/SP. Estou terminando meu doutorado com o tema do ProUni e a relação do mercado de trabalho com seus egressos. O Objetivo de nossa pesquisa é identificar em que medida o programa quanto a uma política pública, possibilitou melhores condições ou não de inserção dos egressos no mercado de trabalho, e se isso teve influência na sua condição socioeconômica. O foco da nossa é sua trajetória ocupacional. Com quantos anos você começou a trabalhar? Quais foram os empregos até você chegar à graduação pelo ProUni? Qual foi a oportunidade que você teve em relação ao ProUni? Faça um comparativo de antes, durante e depois do Programa, e como está sua inserção no mercado de trabalho. Onde você ta trabalhando agora? Gostaria queria que você falasse desde quando você começou a trabalhar: quais empregos você teve? Como foi esse processo? Quando entrou no ProUni? E agora como egresso, onde você ta trabalhando?

Entrevistado 6: vou apresentar um breve relato.

Fabiana: sim. Com quantos anos você começou a trabalhar?

Entrevistado 6: considerando toda a minha trajetória, na prática eu comecei quando eu estava para fazer 19 para 20 anos. Estava no 3º ano da Universidade, fazendo a faculdade de administração. No 3º ano eu consegui um estágio. Foi meu primeiro trabalho, eu nunca tinha tido assim experiência profissional em caráter oficial. Antes eu tinha feito algumas outras coisas, mas nada remunerado. Por exemplo, pouca gente sabe disso, mas eu já trabalhei com hardware de computação, manutenção de computadores e configurações. Mas eu fazia por puro hobby quando eu tinha 12-13 anos. Meu irmão era engenheiro eletrônico. Era muito bom, eu particularmente gostava bastante, mas foi a única coisa que eu fiz neste tempo todo. De mais relevante que eu fiz a partir de 2005, entre 2005 e 2007, foram 2 anos que eu usei de preparação pré-universitária. Fiz 2 anos de curso pré-vestibular pra ingressar na universidade. Mas trabalho mesmo, eu comecei de 19 para 20 anos em 2009.

Fabiana: Em qual atividade?

Entrevistado 6: Estágio.

Fabiana: estágio na área de administração?

Entrevistado 6: sim, aqui na PUC.

Fabiana: e de lá pra cá?

Entrevistado 6: Eu fiquei neste estágio 1 ano e 8 meses, até o final da formação. Me possibilitou ter uma renda, isso foi muito bom.

Fabiana: A graduação que você fez já era pelo ProUni?

Entrevistado 6: sim

Fabiana: Então antes de você ingressar no ProUni não trabalhava?

Entrevistado 6: Não.

Fabiana: Estava se preparando para entrar no vestibular?

Entrevistado 6: sim

Fabiana: daí você entrou no ProUni?

Entrevistado 6: sim, passei no ProUni.

Fabiana: depois de quanto tempo você conseguiu estágio?

Entrevistado 6: do meu ingresso no ProUni até ao ingresso no estágio?

Fabiana: sim

Entrevistado 6: 2 anos e 3 meses.

Fabiana: você estudou então durante 2 anos, e depois você ingressou no estágio? Na metade do curso:

Entrevistado 6: sim. Comecei minha trajetória no mercado de trabalho na metade do curso, no inicio do 3º ano.

Fabiana: e você continuou nesse trabalho, depois de formado ou você mudou de função?

Entrevistado 6: depois que eu terminei o estágio?

Fabiana: depois que terminou o curso de administração.

Entrevistado 6: terminou junto com estágio. Fique 4 meses sem atividade remunerada, desempregado e depois disso, depois desses 4 meses, voltei para a mesma empresa onde eu estava, que é a PUC, pra começar um trabalho efetivo, no qual me encontro até hoje.

Fabiana: qual é a sua atividade atual?

Entrevistado 6: eu trabalho num setor próximo a biblioteca.

Fabiana: em qual a função?

Entrevistado 6: É o setor de vistoria patrimonial, ele não é conhecido por esse nome, é conhecido como setor de achados e perdidos e guarda volumes. É lá onde o pessoal entrega os pertences. Entregam pra gente e damos um número de identificação e ficamos tomando conta enquanto a pessoa estuda lá sossegada em paz, sem precisar se preocupar. Porque estamos lá pra cuidar da vigilância desse material. Aquele setor é chamado de setor de vistoria patrimonial, porque ele cuida de administração de patrimônio dos usuários, entrantes da biblioteca.

Fabiana: você se formou em qual ano?

Entrevistado 6: final de 2010.

Fabiana: se tivesse que fazer um paralelo, considerando sua pouca experiência profissional: você entrou no ProUni, estagiou na área e poucos meses depois de concluir a graduação, conseguiu um emprego formal?

Entrevistado 6: sim. Emprego formal, CLT e tudo.

Fabiana: Queria que comparasse então: essa condição de antes, durante e depois de ingressar no ProUni. Você saiu e conseguiu um emprego formal. Qual foi a relevância ou não do programa nesse processo de evolução na sua trajetória?

Entrevistado 6: você fala dos 4 meses de intervalo entre atividade formal e estágio?

Fabiana: de forma geral, como é que foi o papel do ProUni. O fato de você ter cursado o Programa, se ajudou ou não nessa sua trajetória, se possibilitou ou não melhorar sua trajetória do emprego.

Entrevistado 6: Se não fosse o ProUni, o programa das bolsas que me permitiu concluir essa graduação que tenho hoje, pra falar a verdade, nem sei se um dia eu sonharia em estar nessa universidade, seja trabalhando ou como estudante. Dessa forma sim o ProUni foi, não posso dizer nem relevante, ele foi essencial pra isso, entendeu? O ProUni, ele foi barbaramente essencial pra que eu pudesse me colocar e me recolocar.

Fabiana: Em termos da renda, não temos como fazer um paralelo imediato porque você não trabalhava antes. Então você partiu do zero pra sua atual renda.

Entrevistado 6: é verdade

Fabiana: Hoje aproximadamente qual é a sua renda?

Entrevistado 6: Em salários mínimos?

Fabiana: sim. Um valor aproximado.

Entrevistado 6: No momento é mais ou menos 1 salário mínimo e meio, mas ajuda bastante porque é uma renda própria que entra no orçamento de casa, ajuda balancear e permite dá conta dos meus compromissos com ela. É claro que, com controle, com uma administração que eu faço, isso aí ajuda. Mas por mais alta que seja sua renda, se você não tiver um pequeno controle, não tem dinheiro que chegue. Porque eu mesmo conheço pessoas que ganhavam muito bem e, no entanto, não conseguem dar conta dos compromissos básicos. Mas que ajudou neste sentido, de partir de zero para minha renda atual.

Fabiana: além do Programa, de você ter feito uma graduação no curso de administração, teve outros elementos que te ajudaram nessa evolução? Profissional, pessoal, progressão na carreira, teve outros elementos, por exemplo, ajuda familiar? Ou cursos que você fez nesse processo, enfim oportunidades que você teve nesse processo, durante o curso do ProUni.

Entrevistado 6: O que me fez uma falta enquanto eu tava fazendo a faculdade foi... como é que eu posso dizer isso...a minha família sempre teve a intenção de ajudar, mas pelo fato da gente sofrer reverses o tempo todo de ordem financeira ou coisa do tipo, já teve momentos que eu fiquei arriscado de sair da universidade por não ter como permanecer nela, por motivo de falta dinheiro. Inclusive é bom falar que o estágio ajudou nisso, porque ele veio a calhar

num momento desse bem crítico. Isso aí é uma coisa que ajudou eu continuar fazendo minha graduação.

Fabiana: você acha que em função do estágio que você fez aqui na PUC?

Entrevistado 6: sim. Me ajudou a crescer surpreendentemente. Ao que eu vejo, de nada, de zero, né? Foi um grande crescimento, só o fato de ter ingressado numa universidade desse porte aqui, de ter auferido um diploma desse porte já está ótimo. É como dizem, no bom popular, o que vier é lucro depois.

Fabiana: vamos falar do depois então. Quais são suas expectativas, seus planos, a médio e longo prazo profissionais? Quer fazer pós, quer estudar, quer viajar, quer se consolidar numa profissão? Qual foi o motivo de entrar num curso de filosofia? O que te motivou para isso?

Entrevistado 6: Diga-se de passagem, deixa-me ressaltar. A minha segunda graduação agora de filosofia e meu atual trabalho é produto direto dessa política afirmativa do ProUni que me colocou me ajudou a ter isso que tenho hoje: poder contribuir com orçamento da família, poder fazer uma segunda graduação, ter um trabalho que eu sempre quis ter. Porque, diga-se de passagem, aqui é um lugar onde eu sempre quis trabalhar, entendeu? É tudo isso, conquistas profissionais, viajar, com o tempo isso vai vir, o ambiente me propicia isso, os planos também, minha capacidade de planejamento que auferi nesse tempo todo, certamente me ajudará a conseguir isso. Minha ideia é fazer algumas viagens, evoluir, crescer na carreira, no futuro se eu puder dar aulas, até mesmo na sala de aula aqui da PUC, me tonar um professor daqui. Ir crescendo na carreira, adquirir cargos melhores.

Fabiana: E porque você optou por fazer outro curso, o de filosofia?

Entrevistado 6: Como posso lhe dizer...é uma aptidão pessoal, é um chamamento, visto que já tenho administração, tenho um preparo na parte técnica, o fato de eu fazer filosofia vem complementar mais essa parte da minha formação, não somente na área de exata, mas ter mais a dimensão humana, que permite ter mais uma visão dessa parte, até porque isso nos dias de hoje está sendo muito valorizada, profissionais com essa característica, essa característica do holístico que a PUC sempre teve tão forte em qualquer uma das suas formações, inclusive na minha formação, eu percebi muito bem isso, me ajudou ter esse chamamento.

Fabiana: Boa sorte na sua trajetória, qual a sua idade?

Entrevistado 6: 23 anos

Fabiana: Você começou bem cedo no curso.

Entrevistado 6: entrei com 17 anos.

Fabiana: qual é o seu núcleo familiar?

Entrevistado 6: 3 pessoas – pai, mãe e irmão

Fabiana: muito obrigada!

**ANEXOS**

## ANEXO A

### **Carta do II Encontro Nacional dos Estudantes do ProUni**

Nunca imaginei estar aqui, dizendo essas palavras, representando milhões de sonhos da juventude brasileira.

Não esperava ter vivido desafios e conquistas tão importantes nos últimos anos da minha vida e poder encontrar aqui as histórias de muitos outros como eu.

Nós, os estudantes brasileiros bolsistas do Prouni, celebramos hoje mais uma vez a possibilidade de nos reunirmos e discutirmos o futuro da educação no Brasil.

Em nome de todos nós, eu não poderia deixar a oportunidade de render as nossas sinceras homenagens a um querido amigo que está hoje presente.

E neste momento quero pedir licença para um bom dia especial, em nome de todos os estudantes presentes.

Bom dia ex-sindicalista, ex-presidente da República, e agora Doutor Honoris Causa Luiz Inácio Lula da Silva.

A sua presença em um Congresso da UNE comprova a sua sensibilidade para com os estudantes brasileiros e a sua disposição de continuar próximo aos movimentos sociais.

A sua presença, Lula, motiva a todos nós estudantes do Prouni a não desistir dos nossos sonhos, a valorizar este programa que foi criado em seu governo para levar à universidade aqueles jovens que, por durante anos, temiam que aquele não era o seu lugar.

Mas nós chegamos lá Lula, hoje somos mais de 1 milhão de filhos de trabalhadores, metalúrgicos, empregadas domésticas, motoristas, pintores, camelôs, carpinteiros, garis, famílias de todos os lugares e de todos os tipos que hoje se emocionam com a possibilidade do diploma de um filho querido estampado na parede da sala.

Sim Lula, como diz um bordão do movimento estudantil, depois de tanto tempo neste país, podemos gritar bem alto para quem quiser ouvir: “O filho do pedreiro vai virar doutor”.

Nós estamos provando que mérito não é igual a renda, nós chegamos aqui com os nossos próprios pés e só deus sabe o que todos que estão aqui hoje passaram para conseguir essa vitória.

Não é fácil acordar ainda antes do sol nascer, enfrentar oito horas ou mais de trabalho durante o dia para conseguir, com muito esforço financeiro e frequentar um curso pré-vestibular durante a noite.

Não é fácil investir madrugadas sem sono sobre livros e exercícios, dividindo a preocupação com as contas para pagar, com o alimento que ainda falta na mesa para a família, com o aperto do fim do mês.

Não é fácil enfrentar o descrédito, para não dizer a zombaria de alguns que ainda olham para nós e dizem: “você não vai conseguir”.

Mas nós conseguimos.

O Prouni marca um momento de ampliação necessária do acesso ao ensino superior no Brasil e nós reconhecemos sua central importância no cenário das políticas públicas de educação.

Nós, os prounistas, contamos com o empenho do governo da presidente Dilma Rousseff para a valorização e principalmente ampliação dessa política.

Por isso, nos dirigimos também hoje, com grande expectativa, ao ministro da educação Fernando Haddad, presente a este encontro e que já demonstrou sua atenção com os prounistas nas vezes em que nos reunimos.

Apesar dos avanços recentes, a educação brasileira ainda apresenta um cenário de indesejáveis desigualdades, com número limitado de jovens na universidade, carência de mais de políticas de permanência e assistência estudantil, poucas ações afirmativas para a inclusão de pobres, negros, índios e outros grupos desfavorecidos à universidade.

Ainda há muito o que se fazer também pelos investimentos em ciência e tecnologia, pela democratização da universidade como um espaço de extensão e convivência de toda a comunidade.

Sabemos, senhor Ministro, que não há como a educação não ser a grande prioridade entre as políticas do estado brasileiro neste início de século 21.

A nossa expectativa é testemunhar uma grande coalização, sem precedentes na história do país, entre a união, estados, municípios e a sociedade civil, cumprindo cada qual a sua parte neste projeto de futuro.

Não podemos nos acomodar com a grande distância que o Brasil ainda mantém de uma realidade de ensino público, gratuito e de qualidade e para todas brasileiras e todos brasileiros em qualquer cidade ou área rural deste país.

O nosso desafio, como estudantes, é manter o equilíbrio entre o diálogo saudável que temos construído com o governo federal e a reivindicação firme e destemida daquilo que ainda queremos, apoiando o que julgamos positivo e protestando contra o que não concordamos.

Para nós, políticas como a do Prouni são um direito dos estudantes brasileiros e não hesitaremos um segundo qualquer em nos organizarmos para defendê-lo e ampliá-lo.

Agradecemos a disposição do governo em nos ouvir e esperamos falar muito ainda daqui para frente.

Durante os oito anos de governo do presidente lula, descobrimos a existência de um novo horizonte para a educação brasileira.

Hoje, com toda amizade e respeito construídos, sabemos que chegou a hora de andar até esse horizonte, de ocupá-lo com os nossos sonhos, de colorir o futuro da cor que quisermos.

Nós, os estudantes do Prouni, com nossas próprias histórias de vida, sabemos que chegou a hora de transformar para sempre o Brasil.

Presidente Lula e Ministro Haddad, meu nome é Vanessa Castilho, tenho 32 anos, sou de São Paulo, meu pai é pedreiro, minha mãe é dona de casa e eu sou estudante de medicina do quarto ano na Universidade 9 de Julho.

Presidente Lula e Ministro Haddad, os pobres deste país chegaram à universidade.

Os pobres deste país, que começaram a alcançar o desenvolvimento econômico, serão também a verdadeira elite intelectual do Brasil.

Os pobres deste país, sejam eles pedreiros ou doutores, darão o exemplo de como a sua generosidade, criatividade, esperança e principalmente a sua fé inabalável podem fazer a diferença.

Muito obrigada e bom dia a todos!

Goiânia, 14 de julho de 2011

Vanessa Castilho

## ANEXO B

### *Carta aberta ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad*

Sr. ministro,

Nós, estudantes bolsistas do ProUni reunidos na cidade de São Paulo, dedicamos algumas palavras a Vossa Excelência, a fim de apresentar uma série de ideias e reivindicações a respeito do Programa Universidade Para Todos.

Em primeiro lugar é importante registrar que consideramos o ProUni uma grande conquista dos estudantes brasileiros. Ele é resultado da luta histórica em garantir a ampliação de vagas no Ensino Superior, considerando que o Brasil detém a pífia marca de apenas 11% dos jovens de 18 aos 24 anos matriculados.

Registrarmos aqui, com convicção, que a grande maioria de nós não estaria na universidade sem que fosse através do ProUni. O recorte social que ele garante, inclui uma parcela da população que não teria acesso a uma vaga pública e muito menos as mensalidades praticadas nas instituições privadas. Muitos de nós, com idade já mais avançada, havia perdido a expectativa de concluir uma graduação e agora volta aos bancos escolares retomando este antigo sonho.

Defendemos a ampliação do ProUni! Queremos que mais jovens, como nós, tenham acesso ao Ensino Superior, até que este direito seja universal a toda a população! Queremos a ampliação da universidade pública para que assim ela seja democratizada e popularizada! Buscamos o investimento na escola básica para que tenhamos igualdade de oportunidade com aqueles que tem condição de pagar as altas mensalidades.

Respondemos aqui a todos aqueles que atacaram o ProUni, insinuando que a seleção social derrubaria a qualidade do ensino! Lembramos a eles, que o estudante do ProUni também passa por uma seleção de mérito, através de nota mínima do Enem e da concorrência aberta por determinada vaga. Publicisamos ainda, que todas as pesquisas desta questão, além do Exame Nacional de Avaliação dos Estudantes – Enade – comprovam que os ingressos pelo ProUni ou por outros programas de seleção socioeconômica têm desempenho superior a média dos demais. Por isto, defendemos a radicalização destes critérios. Mais vagas do ProUni! Pela implantação imediata da reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras!

Compreendemos o ProUni como um direito! Como nosso direito ao estudo! E assim, não vacilaremos em nos defender de cada abuso ou distorção. Com todos os méritos que tem, não devemos nos cegar para o fato de que toda política em implantação deve ser aprimorada e melhorada. Muitas vezes, a generalidade dos decretos não consegue perceber as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia do estudante. Durante a nossa organização e a realização das etapas deste encontro diagnosticamos uma série destas dificuldades. Apresentamos aqui as principais delas sistematizadas. São elas:

#### **1) POR MAIS INFORMAÇÃO**

Com toda a certeza, a falta de determinadas informações é o nosso principal problema. Isto gera uma incerteza de nossos direitos e deveres em relação ao programa. A maioria de nós mal tem certeza em relação às exigências de desempenho acadêmico para a manutenção da bolsa, o que cria uma série de boatos. Diagnosticamos que o setor de bolsistas no site do Ministério da Educação é insuficiente para resolver esta questão já que se resume a reproduzir trechos de determinadas portarias, abrindo a possibilidade para diferentes interpretações.

Identificamos que as próprias instituições têm dúvidas sobre vários critérios. É comum encontrarmos casos em que somos prejudicados por informações inverídicas que recebemos por funcionários das próprias secretarias das faculdades.

Sendo assim, defendemos:

- *Que o MEC desenvolva uma cartilha explicativa voltada aos estudantes beneficiados, a ser entregue no ato da matrícula de cada um, detalhando os direitos e deveres do estudante ProUni ao matricular-se pelo programa;*
- *Que o MEC reformule o setor de informações aos bolsistas do sítio do ProUni na internet, detalhando melhor os direitos e deveres dos estudantes do programa;*
- *Que o MEC exija das instituições de ensino que preparem melhor as Secretarias para atender ao estudante ProUni e que crie documentos públicos de orientação para os diferentes atores envolvidos a fim de desmistificar uma série de critérios.*

## **2) POR CRITÉRIOS MAIS CLAROS PARA A PERDA DE BOLSA: PELO FIM DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RENDA ANUAL!**

O medo de perder a bolsa é outro problema frequentemente encontrado. A falta de informação, aliada a interpretações diferentes por parte de cada Instituição gera um verdadeiro terrorismo entre nós. Por várias vezes, nos deparamos com colegas que pensam que nosso desempenho deve ser de no mínimo 7,5 em qualquer disciplina matriculada. Não somos contrários à exigência de um desempenho mínimo para a manutenção da bolsa. No entanto, por se tratar da retirada de um direito adquirido, defendemos que estes critérios sejam uniformizados para que fiquem claros a todos os estudantes.

Apresentamos ainda, a discordância em relação à exigência da comprovação de renda todos os anos praticada por algumas instituições amparadas pelas determinações do MEC. A portaria MEC nº 34, fala em encerramento da bolsa por “substancial mudança de condição socioeconômica do bolsista”. Pois bem, “substancial mudança” não define claramente qual seria ela, o que abre margem para interpretação das próprias instituições. Além disso, consideramos contraditório com os objetivos do programa limitar nosso desenvolvimento financeiro. Tal medida, além de nos trazer incerteza todos os anos do fato da manutenção da bolsa, incentiva a informalidade no trabalho, a negativa de promoções e até problemas familiares com pais e irmãos que tiveram algum tipo de progresso no trabalho.

Sendo assim, defendemos:

- A definição objetiva e publicização dos critérios para a perda de bolsa; que o MEC garanta que as instituições cumpram a determinação de que

“deverá apresentar aproveitamento acadêmico em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das disciplinas cursadas em cada período letivo”;

- Pelo imediato fim da exigência da comprovação de renda a cada renovação de bolsa.

### **3) PELO DIREITO A TRANSFERÊNCIA**

A transferência de matrícula no Ensino Superior é uma prática muito comum a todos os estudantes. Pode ser consequência de uma série de fatores, como transferência de domicílio, conquista ou mudança de horário de emprego, etc. Acontece, ainda, a desilusão com determinado curso que nos obriga a experimentar currículos diferentes. A maioria das faculdades tem nos negado esse direito. Em alguns casos, sequer transferência de período tem sido autorizada.

Outro problema encontrado é da transferência para cursos em universidades públicas. Pela ausência do vestibular na seleção do ProUni, várias faculdades tem se negado a permitir que os estudantes do ProUni disputem com seus méritos o direito a uma vaga remanescente nestes cursos.

Por isso, defendemos:

- Que o MEC exija das faculdades que permitam o pleno direito de transferência, como é facultado a todos os estudantes. Pelo direito a transferência de turno, unidade, universidade e curso;
- Pelo direito dos estudantes do ProUni a disputa de vagas remanescentes em todas as universidades públicas brasileiras.

### **4) IGUALDADE DE CONCORRÊNCIA A TODOS OS ESPAÇOS DA UNIVERSIDADE**

Pensamos que os estudantes do ProUni devem ter os mesmos direitos e deveres que todos os outros. Sendo assim, todos os espaços de disputa de mérito nas faculdades devem ser abertos a nós.

Nos deparamos com uma realidade diferente no caso do pleito de bolsas de iniciação científica e outras, por exemplo. Sob a justificativa da duplicidade de bolsa nos é negado por várias faculdades o direito a disputa dessas vagas. Esta justificativa é falsa já que nenhum estudante do ProUni jamais recebeu nenhum tipo de remuneração por parte do governo ou das instituições.

Outro caso não menos comum é o das Habilidades Optativas. Em muitas faculdades tem sido negado a nós disputar determinada habilitação, nos obrigando a cursar as menos concorridas.

Assim, defendemos:

- Pela igualdade de direitos e deveres dos estudantes do ProUni com o restante dos estudantes matriculados; pelo direito de igualdade de disputa por qualquer espaço na universidade;
- Pelo direito a iniciação científica com bolsa de estudos;
- Pelo direito a disputa de habilidades por mérito.

## 5) PELA GARANTIA DE CONCLUSÃO PLENA DOS CURSOS

Uma de nossas preocupações é a da plena conclusão dos nossos cursos. O direito a uma bolsa do ProUni, conquistada por méritos na nota do Enem e pelo critério socioeconômico, deve nos garantir a conclusão da graduação.

Temos nos deparado com várias dúvidas a este respeito. Uma delas é a de bacharelados opcionais de quarto ano. Várias faculdades não tem deixado claro a respeito do nosso direito de cursá-lo alegando que se trata de uma segunda titulação. Pensamos que trata-se de um complemento do curso, e portanto somos intransigentes na exigência do direito a cursá-los.

Outro caso em aberto é o do que trata da alteração de grades curriculares durante a vigência do contrato. Temos nos deparado com cursos como o de Pedagogia que por alterações nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação, tem obrigado as instituições a ampliar a duração do curso, excedendo a vigência do contrato do ProUni.

Ainda vemos dúvida a respeito de uma possível reaprovação no último ano letivo. Várias faculdades tem nos informado que neste caso teríamos que arcar com o custo desta DP para concluir a graduação, mesmo que dentro dos 25% previstos para reaprovação.

Um outro problema é referente ao trancamento de matrícula. Conforme autoriza o MEC, o trancamento é permitido. No entanto, a maioria das instituições exige o pagamento do período trancado ao final do curso. Sabemos que o trancamento, em vários casos, como a maternidade das estudantes ou os problemas de saúde não é uma opção.

Assim, defendemos:

- Pelo direito a todo tipo de complemento curricular aos estudantes do ProUni durante a vigência da bolsa, incluindo os bacharelados opcionais;
- Pela garantia da conclusão do curso com vigência da bolsa nos casos de aumento da grade curricular;
- Pelo direito a matrícula gratuita de qualquer reaprovação, mesmo que no último ano letivo, desde que dentro do limite de desempenho estabelecido;
- Pelo direito ao trancamento de matrícula justificada sem prejuízo a conclusão do curso com a bolsa;
- Pela garantia, por parte do MEC, do direito a matrícula aos estudantes selecionados pelo programa em cursos que não formaram turma, através de transferência;
- Pela garantia, por parte do MEC, da continuidade dos cursos nos casos de encerramento do convênio entre o MEC e a instituição.

## 6) POR CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA E PROGRAMAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Não podemos ignorar que mesmo com a isenção da mensalidade, nossa permanência durante a graduação é difícil. Como sabemos, a trajetória escolar exige muito mais do que a garantia da carteira na sala de aula. As necessidades são várias: desde a alimentação, o transporte público até a própria moradia para muitos de nós que mudam de município. Além disso, existem as exigências diversas a que cada curso nos submete, com materiais muitas vezes caríssimos e que decisivos, nos cobram a possibilidade da reprovação não pela ausência de mérito, mas de dinheiro suficiente para acompanhar os demais colegas.

Por um lado, pensamos que o atual modelo de concessão de bolsas permanência deva ser revisado. A exigência da média de 6 horas aulas diárias não é atingida inclusive por alguns cursos de Medicina ou Engenharia. Além disso é fundamental que se leve em conta a questão dos custos com materiais didáticos exigidos.

Além disso, é fundamental que pensemos numa perspectiva de inserção no mercado de trabalho para os estudantes do ProUni, através de programas próprios de estágio.

- Pela flexibilização e ampliação dos critérios de concessão da bolsa permanência aos estudantes do ProUni. Pela inclusão, entre os seus critérios de seleção, de possíveis custos didáticos exigidos por determinados cursos;
- Por programas de estágio e primeiro emprego direcionados aos estudantes do ProUni;
- Por políticas públicas municipais, como o passe-livre aos estudantes bolsistas.

## **7) FORMAÇÃO COMPLETA: POR INCENTIVO DE INGRESSO NA PÓS-GRADUAÇÃO**

Uma de nossas preocupações é referente à continuidade de nossa vida acadêmica. O ProUni pensado como instrumento de choque social para setores mais desfavorecidos da população, deve pensar em como propiciar uma formação completa. Sem dúvida, sem nenhuma política específica, muitos de nós não se acomodaremos apenas com uma graduação e buscarão outros diplomas. No entanto, se existisse uma política mais concreta, este número aumentaria e muito.

Defendemos:

- Por convênios específicos nas Pós-Graduações de universidades públicas brasileiras para estudantes egressos do ProUni;
- Por critérios socioeconômicos para a distribuição de bolsas de pós-graduação;
- Pelo direito pleno de participação em todos os espaços de ensino, pesquisa e extensão promovidos pelas universidades.

## **8) PELA IMPLEMENTAÇÃO REAL DA COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO ProUni**

Como fica claro, os problemas e encruzilhadas enfrentados por nós não são poucos. O dia-a-dia muitas vezes traz a tona questões que os decretos e leis não conseguem perceber. As universidades, muitas vezes não obrigadas por lei a garantir determinados direitos nos submetem a situações inadequadas.

Desta maneira, a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni – Conap – deve cumprir papel fundamental.

Assim, reivindicamos:

- Pelo funcionamento regular da Conap;
- Pelas garantias materiais por parte do MEC para o funcionamento da Conap;
- Pela promoção e institucionalização da Conap como instrumento fiscalizador da implantação do ProUni e de amparo aos estudantes bolsistas.

## **9) POR FORMAÇÃO DE QUALIDADE!**

Queremos muito mais do que o direito a matrícula. Queremos educação de qualidade. Por isso, acreditamos que o Ministério da Educação deve ser intransigente na fiscalização de nossos cursos a fim de garantir a sua qualidade. Assim, defendemos:

- Por rigor de fiscalização do MEC nos cursos oferecidos pelo ProUni;
- Pela implantação real do Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – e pelo rigor da determinação de descredenciamento de cursos mal avaliados por ele;
- Pelo descredenciamento de toda a faculdade no ProUni em casos de mais de um curso mal avaliado.

Sr. ministro,

Estas são as nossas reivindicações. Sabemos que Vossa Excelência é um dos idealizadores do programa e esperamos que busque sensibilidade e convicção para fazê-las cumprir. Pensamos que assim o ProUni será um programa ainda melhor.

Somos a primeira de muitas gerações que terão o direito de estudar através do ProUni. Tentamos neste encontro, cumprir o nosso papel, buscando inspiração na ideia de um Brasil grandioso, de uma nação que faça jus ao seu tamanho, as suas riquezas naturais, a sua criatividade científica, tecnológica e econômica e principalmente, que faça isso através das potencialidades do seu povo. A educação é instrumento fundamental na busca desse desafio. Não queremos mais desperdiçar as grandes mentes brasileiras excluídas dos bancos escolares! Que este encontro incentive a todos que lutam por uma educação melhor e mais democrática! Educação de qualidade a todas e todos os brasileiros!

São Paulo, 24 de novembro de 2007.

**ANEXO C**

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI N° 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005**

Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni, regula a atuação de entidades benfeicentes de assistência social no Ensino Superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos – ProUni, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de Ensino Superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio).

§ 2º As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei [nº 9.870, de 23 de novembro de 1999](#).

§ 4º Para os efeitos desta Lei, as bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) deverão ser concedidas, considerando-se todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I – a estudante que tenha cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II – a estudante portador de deficiência, nos termos da lei;

III – a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo ProUni será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de Ensino Superior, segundo seus próprios critérios, à qual competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do ProUni responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do ProUni, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Art. 5º A instituição privada de Ensino Superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao ProUni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo ProUni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º O termo de adesão terá prazo de vigência de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Lei.

§ 2º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 3º A denúncia do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo ProUni, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 4º A instituição privada de Ensino Superior com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente poderá, alternativamente, em substituição ao requisito previsto no caput deste artigo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionadamente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do ProUni, efetivamente recebida nos termos da [Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999](#), em cursos de graduação ou sequencial de formação específica.

§ 5º Para o ano de 2005, a instituição privada de Ensino Superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficiante, poderá:

I – aderir ao ProUni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo ProUni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados;

II – alternativamente, em substituição ao requisito previsto no inciso I deste parágrafo, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Lei atinja o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já têm bolsistas do ProUni, efetivamente recebida nos termos da [Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999](#), em cursos de graduação ou sequencial de formação específica.

§ 6º Aplica-se o disposto no § 5º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e sequencial de formação específica da instituição, e o disposto no caput e no § 4º deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instaladas a partir do exercício de 2006, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e sequencial de formação específica da instituição.

Art. 6º Assim que atingida a proporção estabelecida no § 6º do art. 5º desta Lei, para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e sequencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo na proporção necessária para estabelecer aquela proporção.

Art. 7º As obrigações a serem cumpridas pela instituição de Ensino Superior serão previstas no termo de adesão ao ProUni, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I – proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5º desta Lei;

II – percentual de bolsas de estudo destinado à implantação de políticas afirmativas de acesso ao Ensino Superior de portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 2º No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1º deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios dos arts. 1º e 2º desta Lei.

§ 3º As instituições de Ensino Superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

§ 4º O Ministério da Educação desvinculará do ProUni o curso considerado insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, por 3 (três) avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º desta Lei.

§ 5º Será facultada, tendo prioridade os bolsistas do ProUni, a estudantes dos cursos referidos no § 4º deste artigo a transferência para curso idêntico ou equivalente, oferecido por outra instituição participante do Programa.

Art. 8º A instituição que aderir ao ProUni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: ([Vide Medida Provisória nº 235, de 2005](#))

I – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela [Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988](#);

III – Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela [Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991](#); e

IV – Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela [Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970](#).

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de Ensino Superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 9º O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I – restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º desta Lei e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de 1/5 (um quinto);

II – desvinculação do ProUni, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, conforme dispuser o regulamento, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º desta Lei terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do ProUni, aplicando-se o disposto nos [arts. 32 e 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#), no que couber.

§ 3º As penas previstas no caput deste artigo não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se der em face de razões a que a instituição não deu causa.

Art. 10. A instituição de Ensino Superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade benéfica de assistência social se oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de cursos de graduação ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

§ 1º A instituição de que trata o caput deste artigo deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades benéficas de assistência social na área da saúde.

§ 2º Para o cumprimento do que dispõe o § 1º deste artigo, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput deste artigo, as bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudante enquadrado no § 2º do art. 1º desta Lei e a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa.

§ 3º Aplica-se o disposto no caput deste artigo às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do 1º (primeiro) processo seletivo posterior à publicação desta Lei.

§ 4º Assim que atingida a proporção estabelecida no caput deste artigo para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e sequencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo integrais na proporção necessária para restabelecer aquela proporção.

§ 5º É permitida a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Art. 11. As entidades benéficas de assistência social que atuem no Ensino Superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do ProUni, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3º e no inciso II do caput e §§ 1º e 2º do art. 7º desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:

I – oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1º do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades benéficas de assistência social na área da saúde;

II – para cumprimento do disposto no inciso I do caput deste artigo, a instituição:

a) deverá oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral a estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, enquadrado no § 1º do art. 1º desta Lei, para cada 9 (nove) estudantes pagantes de curso de graduação ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 10 desta Lei;

b) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), destinadas a estudantes enquadrados no § 2º do art. 1º desta Lei, e o montante direcionado para a assistência social em programas não decorrentes de obrigações curriculares de ensino e pesquisa;

### III – gozar do benefício previsto no § 3º do art. 7º desta Lei.

§ 1º Compete ao Ministério da Educação verificar e informar aos demais órgãos interessados a situação da entidade em relação ao cumprimento das exigências do ProUni, sem prejuízo das competências da Secretaria da Receita Federal e do Ministério da Previdência Social.

§ 2º As entidades benfeitoras de assistência social que tiveram seus pedidos de renovação de Certificado de Entidade Benfeitora de Assistência Social indeferidos, nos 2 (dois) últimos triênios, unicamente por não atenderem ao percentual mínimo de gratuidade exigido, que adotarem as regras do ProUni, nos termos desta Lei, poderão, até 60 (sessenta) dias após a data de publicação desta Lei, requerer ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS a concessão de novo Certificado de Entidade Benfeitora de Assistência Social e, posteriormente, requerer ao Ministério da Previdência Social a isenção das contribuições de que trata o [art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

§ 3º O Ministério da Previdência Social decidirá sobre o pedido de isenção da entidade que obtiver o Certificado na forma do caput deste artigo com efeitos a partir da edição da [Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004](#), cabendo à entidade comprovar ao Ministério da Previdência Social o efetivo cumprimento das obrigações assumidas, até o último dia do mês de abril subsequente a cada um dos 3 (três) próximos exercícios fiscais.

§ 4º Na hipótese de o CNAS não decidir sobre o pedido até o dia 31 de março de 2005, a entidade poderá formular ao Ministério da Previdência Social o pedido de isenção, independentemente do pronunciamento do CNAS, mediante apresentação de cópia do requerimento encaminhando a este e do respectivo protocolo de recebimento.

§ 5º Aplica-se, no que couber, ao pedido de isenção de que trata este artigo o disposto no [art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#).

Art. 12. Atendidas as condições socioeconômicas estabelecidas nos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei, as instituições que aderirem ao ProUni ou adotarem suas regras de seleção poderão considerar como bolsistas do programa os trabalhadores da própria instituição e dependentes destes que forem bolsistas em decorrência de convenção coletiva ou acordo trabalhista, até o limite de 10% (dez por cento) das bolsas ProUni concedidas.

Art. 13. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de Ensino Superior, sem fins lucrativos, que adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei e que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o [§ 7º do art. 195 da Constituição Federal](#), que optarem, a partir da data de publicação desta Lei, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo [art. 7º-A da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995](#), passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de

forma gradual, durante o prazo de 5 (cinco) anos, na razão de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Parágrafo único. A pessoa jurídica de direito privado transformada em sociedade de fins econômicos passará a pagar a contribuição previdenciária de que trata o caput deste artigo a partir do 1º dia do mês de realização da assembleia geral que autorizar a transformação da sua natureza jurídica, respeitada a graduação correspondente ao respectivo ano.

Art. 14. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies as instituições de direito privado que aderirem ao ProUni na forma do art. 5º desta Lei ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que se refere o art. 11 desta Lei.

Art. 15. Para os fins desta Lei, o disposto no [art. 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002](#), será exigido a partir do ano de 2006 de todas as instituições de Ensino Superior aderentes ao ProUni, inclusive na vigência da [Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004](#).

Art. 16. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º desta Lei, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos 2 (dois) subsequentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9º desta Lei, bem como o demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de Ensino Superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por 1 (um) representante do Ministério da Educação, 1 (um) do Ministério da Fazenda e 1 (um) do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput deste artigo.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. O Poder Executivo dará, anualmente, ampla publicidade dos resultados do Programa.

Art. 19. Os termos de adesão firmados durante a vigência da [Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004](#), ficam validados pelo prazo neles especificado, observado o disposto no § 4º e no caput do art. 5º desta Lei.

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 21. Os incisos I, II e VII do caput do art. 3º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional Olímpico e Paralímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil;

II – estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil;

.....  
**VII -** estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil." (NR)

Art. 22. O [Anexo I da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004](#), passa a vigorar com a alteração constante do Anexo I desta Lei.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Antonio Palocci Filho*

*Tarso Genro*